



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



Fundo das Nações Unidas para a População

FORÇA DE TRABALHO EM MOÇAMBIQUE

Dezembro 2023





Coordenação

Instituto Nacional de Estatística (INE)
Eliza Mónica A. Magaua, Presidente do INE

Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)
Bérangère Boëll, Representante
Andrea M. Wojnar, Representante (2017-2021)

Ficha Técnica

Comitê técnico inter-institucional

Instituto Nacional de Estatística
Pedro Bernardo Duce, Director Nacional de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais (Coordenador do Comité)
Elísio Sebastião Mazive, Director Nacional Adjunto de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais
Adelaide Macaba Bazagari, Assessora do Presidente do INE
Abdulai Dade, Chefe do Departamento de Estatísticas e Estudos Demográficos

Fundo das Nações Unidas para a População

Muhammad Asif Wazir, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2023)
Alessio Cangiano, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (até 2022)
Ezekiel Ngure, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2022)
Simão Chatepa, Gestor do Projecto de Censo - Trust Fund

Universidade Eduardo Mondlane

Carlos Arnaldo, Director do Centro dos Estudos Africanos

Processamento de dados

Anselmo Nhane, Chefe do Departamento de Informática e Sistemas de Informação
Muemed Cassimo; Maria Alfeu; João Manguê; Francisco Macaringue;
Luis Bassanhane e Mussagy Ibraimo.

Elaboração do relatório (ICON Institute)

Coordenação

Marco Gozio (Coordenador Geral)
Ralph Hakkert (Coordenador Técnico)

Autores

Simone Wajnman
Danielle Cireno Fernandes

Assistência técnica

Jessica Lomelin, Especialista em Comunicação e Desenvolvimento de Parcerias (UNFPA)
Karlina Salu, Oficial da Comunicação (UNFPA)

Maquetização

Danubio Mondlane

Acrônimos e Medidas

INE – Instituto Nacional de Estatística de Moçambique

IPUMS International – Integrated Public Use Microdata Series

IOF – Inquérito sobre Orçamento Familiar

PEA – População Economicamente Ativa

PNEA – População Não Economicamente Ativa

PIA – População em Idade Ativa

Taxa de atividade (ou participação) – PEA/PIA

PREFÁCIO

Os Censos Demográficos apresentam a fotografia do País no momento da recolha de dados, disponibilizando os dados da população e das habitações, bem como as suas principais características. Estes dados permitem identificar tendências e lacunas de modo a planificar e priorizar os investimentos necessários. O uso dos resultados dos censos pode catalisar mudanças profundas e melhorar a vida de milhões de pessoas.

Moçambique realizou quatro rondas de Recenseamento Geral da População e Habitação (Censos) desde a independência nacional em 1975, que tiveram lugar nos anos 1980, 1997, 2007 e 2017. Segundo as normas internacionais, o intervalo entre os Censos é de 10 anos, embora não se tenha cumprido este prazo entre o primeiro e o segundo Censo devido ao conflito armado no País.

Em Agosto de 2017, o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou o IV Recenseamento Geral de População e Habitação e em Abril de 2019 iniciou a divulgação dos resultados definitivos e oficiais.

Com recurso à base de dados do Censo 2017, foram realizados 17 Estudos Temáticos, concluídos em 2023 para fornecer uma análise mais profunda sobre os seguintes tópicos: Avaliação dos dados do Censo 2017; Projecções da População; Dinâmica da População; Fecundidade e Nupcialidade; Mortalidade; Mortalidade Materna; Migração e Urbanização; Deficiência; Inclusão Financeira; Situação das Crianças; Condições Socioeconómicas da Juventude; Padrão Linguístico; Agregados Familiares e Condições de Habitação; Força de Trabalho; Género; Educação e População Idosa.

Através dos relatórios dos estudos, a sociedade tem acesso à informação vital do panorama sociodemográfico actualizado de Moçambique, contribuindo assim para informar os processos de planificação e de formulação de políticas baseadas em evidências.

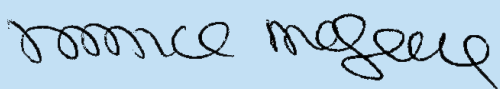
Com os resultados disponíveis, constatou-se que Moçambique mantém uma população jovem e em rápido crescimento, o que apresenta um potencial significativo para colher os benefícios de um dividendo demográfico. Para beneficiar deste dividendo é necessário um investimento adequado na saúde, educação, capacitação e emprego, promoção do capital social e humano e igualdade de género.

Expressamos os nossos mais profundos reconhecimentos a todas as entidades, singulares e coletivas, que contribuíram para a materialização e sucesso do projecto do Censo 2017. Salientamos em particular o apoio técnico e financeiro recebido do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Banco Mundial e do Fundo Fiduciário (Trust Fund) para o IV Censo, constituído pelos Governos do Canadá, Reino Unido, Suécia, Noruega e Itália.

Desejamos igualmente manifestar o nosso maior reconhecimento aos agregados familiares por terem aceitado fornecer os seus dados, bem como aos agentes de campo, com destaque para os recenseadores e guias locais por terem percorrido a extensão do território nacional em busca dos dados relevantes sobre os moçambicanos.

Esperamos um maior uso dos estudos temáticos e que neles se encontre o poder e o valor dos dados, assim como os achados da sua análise. Estes elementos permitirão uma compreensão mais profunda de Moçambique e servirão de referência para sugerir de maneira objectiva onde os investimentos são mais necessários para transformar positivamente a vida das pessoas no presente e das próximas gerações.

Presidente do INE



Eliza Mónica A. Magaua

Representante do UNFPA



Bérangère Boëll

Maputo, Junho de 2023

ÍNDICE GERAL

Acrônimos e Medidas	ii
PREFÁCIO	iii
1. RESUMO EXECUTIVO	1
2. INTRODUÇÃO	3
3. DISPONIBILIDADE DE DADOS	5
4. METODOLOGIA	6
5. RESULTADOS	8
5.1. Breve relato da análise de consistência das informações sobre trabalho do Censo 2017 (síntese da análise apresentada no Estudo A)	8
5.2. Taxas de atividade de 2017 segundo as principais variáveis definidoras da PEA.....	9
5.3. Regressões que indicam o efeito de cada variável explicativa da taxa de atividade	13
5.4. Decomposições da mudança na taxa de atividade entre 2007 e 2017 nos efeitos de composição e taxa das principais variáveis.....	15
5.5. Taxas de desocupação	16
5.6. Ocupações, Ramo de Atividades e Posição no Processo de Trabalho.....	19
5.6.1. Ocupações	19
5.6.2. Distribuição Ocupacional por Gênero.....	20
5.6.3. Ocupações por área de residência	22
5.6.4. Distribuição das Ocupações por Províncias	23
5.6.5. Distribuição Ocupacional e Alcance Educacional	26
5.7. Ramos de Atividades.....	32
5.7.1. Atividade por sexo e Área de Residência	33
5.7.2. Atividade por Províncias	34
5.7.3. Posição no processo de trabalho	43
5.8. Estudos temáticos	54
5.8.1. Trabalho infantil	54
5.8.2. Força de trabalho, gênero e mercado de trabalho	58
6. IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES	65
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
8. ANEXOS	68

LISTA De FIGURAS

Figura 1: Taxas de atividade por idade e sexo. Moçambique, 2017	11
Figura 2: Taxas de atividade por idade e área de residência segundo sexo. Moçambique, 2017	11
Figura 3: Taxas de atividade por idade e escolaridade segundo sexo – Moçambique, 2017	12
Figura 4: Taxas de atividade por idade e províncias segundo sexo – Moçambique, 2017	12
Figura 5: Taxas de desemprego aberto por idade e área de domicílio, segundo sexo Moçambique, 2017	16
Figura 6: Taxas de desemprego aberto por idade e escolaridade segundo sexo Moçambique, 2017	17
Figura 7: Mapa das províncias de moçambique: taxas de desemprego aberto por sexo, 2017	17
Figura 8: Média de horas diárias trabalhadas por tipo de ocupação. Moçambique, 2017	18
Figura 9: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais.....	20
Figura 10: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais por sexo	21
Figura 11: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais por área de residência	22
Figura 12: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais por províncias	24
Figura 13: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais, províncias selecionadas – Maputo e Cidade de Maputo	25
Figura 14: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais e Saber ler e escrever	26
Figura 15: Ocupação principal das pessoas com 15 anos de idade ou mais por nível de ensino concluído – camponeses	28
Figura 16: Ocupação principal das pessoas com 15 anos de idade ou mais por nível de ensino concluído – altos dirigentes	28
Figura 17: Ocupação principal das pessoas com 15 anos de idade ou mais por nível de ensino concluído – administrativos.....	29
Figura 18: Ocupação principal das pessoas com 15 anos de idade ou mais por nível de ensino concluído – técnicos universitários	29
Figura 19: Ocupação principal das pessoas com 15 anos de idade ou mais por nível de ensino concluído – pequenos comerciantes	30
Figura 20: Ocupação principal das pessoas com 15 anos de idade ou mais por nível de ensino concluído – operários não agrícolas.....	30
Figura 21: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho, por sexo	32
Figura 22: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho, por área de residência	33
Figura 23: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do Local de Trabalho por província	34
Figura 24: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do Local de Trabalho por província	35
Figura 25: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do Local de Trabalho por província – Indústria Manufatureira	35
Figura 26: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por província – construção.....	36
Figura 27: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por província – serviços administrativos	36
Figura 28: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível.....	37
Figura 29: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por níveis	38

Figura 30: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível educacional concluído. Saber ler e escrever (sem a categoria agricultura, silvicultura e pesca) ..	39
Figura 31: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível.....	39
Figura 32: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível.....	40
Figura 33: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível.....	40
Figura 34: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível educacional concluído – construção	41
Figura 35: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível educacional concluído comércio e finanças	41
Figura 36: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível.....	42
Figura 37: Posição no processo de trabalho	43
Figura 38: Posição no processo de trabalho, por sexo	44
Figura 39: Posição no processo de trabalho, por área de residência	45
Figura 40: Posição no processo de trabalho por província – trabalhador da administração pública	47
Figura 41: Posição no processo de trabalho por província- trabalhador de empresa privada	47
Figura 42: Posição no processo de trabalho por província – trabalhador de casa particular.....	48
Figura 43: Posição no processo de trabalho por província – trabalhador por conta própria sem empregados	48
Figura 44: Posição no processo de trabalho por província – trabalhador familiar sem remuneração.....	49
Figura 45: Posição no processo de trabalho por nível de escolaridade- trabalhador da administração Pública.....	50
Figura 46: Posição no processo de trabalho por província – nível de escolaridade- trabalhador empresa pública	50
Figura 47: Posição no processo de trabalho por província – nível de escolaridade - trabalhador empresa privada.....	51
Figura 48: Posição no processo de trabalho por província – nível de escolaridade- trabalhador por conta própria com empregados	51
Figura 49: Posição no processo de trabalho por província – nível de escolaridade- trabalhador familiar sem remuneração	52
Figura 50: Posição no processo de trabalho por província – nível de escolaridade- trabalhador casa particular.....	52
Figura 51: Distribuição ocupacional dos ativos de 07-17 anos de idade, por sexo, segundo os grupos ocupacionais mais prevalente, Moçambique, 2017.....	55
Figura 52: Distribuição da população de 7 a 17 anos de idade, por sexo, segundo os setores de atividade mais prevalente – Moçambique, 2017.....	55
Figura 53: Distribuição dos ativos de 07-17 anos de idade, por posição no processo de trabalho, por sexo – Moçambique, 2017	56
Figura 54: Distribuição da população de 7 a 17 anos de idade, por sexo, faixa etária e segundo as alternativas 'não estudar nem trabalhar', 'estudar e não trabalhar', 'trabalhar e não estudar' e 'estudar e trabalhar'– Moçambique, 2017	57
Figura 55: População economicamente ativa por sexo	58
Figura 56: Razões das pessoas que responderam não trabalhar na semana de referência por sexo (Motivo de não ter trabalhado na semana de 25 a 31 de julho)	60
Figura 57: Distribuição da população declarada como doméstica, por sexo e motivo de não ter trabalhado na semana de 25 a 31 de julho	61
Figura 58: Distribuição da população por nível de ensino concluído, segundo o sexo	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Desagregação da População em Idade Ativa (PIA) em subcategorias de atividade e inatividade.....	6
Tabela 2: Distribuição da população e das taxas de atividade e População Economicamente Ativa (PEA) de Moçambique, segundo sexo, grupo etário, área de residência, escolaridade e províncias – 2017	10
Tabela 3: Modelo de regressão logística para condição de atividade ativo/inativo, segundo sexo, escolaridade, área de residência urbana e rural e províncias - Moçambique, 2007 e 2017	14
Tabela 4: Decomposição de Kitagawa para explicar a variação da taxa de atividade entre 2007 e 2017 em (i) efeitos de composição e (ii) efeitos das taxas segundo as variáveis idade, área de residência rural e urbana, escolaridade e províncias – Moçambique, 2007.....	15
Tabela 5: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais	19
Tabela 6: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais por sexo. Qual foi a sua principal tarefa (ocupação principal) nessa semana (de 24 a 30 de julho) ou da última vez que trabalhou?	20
Tabela 7: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais por área de residência. Qual foi a sua principal tarefa (ocupação principal) nessa semana (de 24 a 30 de julho) ou da última vez que trabalhou?.....	22
Tabela 8: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais por Províncias. (apenas percentagem válida).....	23
Tabela 9: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais e Saber ler e escrever	27
Tabela 10: Ocupação Principal das Pessoas com 15 anos de idade ou mais por Nível de Ensino Concluído	28
Tabela 11: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do seu local de trabalho	32
Tabela 12: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do Local de Trabalho, Por Sexo e Área de Residência	33
Tabela 13: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do Local de Trabalho, Por Província	35
Tabela 14: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do Local de Trabalho Por Nível Educacional Concluído	38
Tabela 15: Posição no Processo de Trabalho	43
Tabela 16: Posição no Processo de Trabalho, Por Sexo e Área de Residência.....	45
Tabela 17: Posição no Processo de Trabalho Por Províncias.....	47
Tabela 18: Posição no Processo de Trabalho Por Província – Nível de escolaridade	50
Tabela 19: Atividade económica de crianças de 7 a 17 anos de idade por grupos de idade e sexo, segundo as categorias de atividade e inatividade – Moçambique, 2017	55
Tabela 20: População Economicamente Ativa por Sexo (Na semana de 25 a 31 de julho trabalhou? Sim/Não).....	59
Tabela 21: Razões das pessoas que responderam não trabalhar na semana de referência por sexo (Não trabalhou na semana de 25 a 31 de julho por quê?.....	60
Tabela 22: Distribuição da população declarada como doméstica, por sexo e motivo de não ter trabalhado na semana de 25 a 31 de julho	62
Tabela 23: Distribuição da população por nível de ensino concluído e sexo	63
Tabela 24: Ocupações e Subgrupos ocupacionais que fazem parte do Grupo Ocupacional Camponeses	68

1. RESUMO EXECUTIVO

O estudo apresenta o detalhamento dos quesitos do Censo de 2017 que permitem a caracterização da força de trabalho e apresenta as definições dos conceitos de: População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA), População Não Economicamente Ativa, Ocupados e Desocupados; e as medidas de: Taxa de Atividade, Taxa de Inatividade, Taxa de Ocupação e Taxa de Desemprego.

Os resultados da análise dos dados, através destas medidas e dos cruzamentos com as principais variáveis que definem o comportamento da atividade econômica, compõem o capítulo 5 deste estudo, com seções que assim organizam os resultados:

- 5.1 –** Discutem-se as limitações dos dados do Censo de 2017, que indicam uma clara subestimação do contingente de pessoas economicamente ativas relativamente aos censos anteriores e às outras pesquisas. O aumento de mais de 400% da categoria residual de inativos ("outros") sobre os quais não foi possível identificar o motivo de não ter trabalhado ou a principal atividade exercida no período de referência chama atenção para uma provável dificuldade operacional na captação do status ocupacional do respondente.
- 5.2 –** Perfis etários de taxas de atividade por sexo, domicílio rural/urbano, nível de escolaridade, e províncias mostraram que, apesar dos níveis mais elevados para os homens, os perfis etários de atividade de homens e mulheres são bastante próximos, sobretudo devido à elevada atividade das mulheres na área de residência rural. No meio urbano, as mulheres têm menor nível de participação ao longo de todo o ciclo de vida, enquanto os homens têm sua atividade reduzida nos extremos mais jovem e mais idoso. A escolaridade, por sua vez, diferencia os níveis de atividade com perfis mais horizontalizados e de menores taxas para os de menor nível educacional, enquanto os mais escolarizados apresentam taxas mais elevadas nas idades intermediárias. Nas províncias mais urbanas os perfis masculinos seguem o padrão dos mais escolarizados, enquanto que as mulheres tendem a ter mais oportunidade de trabalho no meio rural.

- 5.3** – Modelos de regressões logísticas que testam a probabilidade da condição de atividade dadas a variáveis de idade, sexo, escolaridade, área de residência urbana e rural, e províncias, simultaneamente, confirmam as relações observadas na análise gráfica para cada uma das variáveis.
- 5.4** – Decomposições da mudança das taxas de atividade de homens e mulheres entre 2007 e 2017 apontam que a mudança da estrutura etária, do grau de urbanização, da composição educacional e da distribuição regional da população por províncias explicam apenas marginalmente a queda das taxas de atividade no período entre 2007 e 2017.
- 5.5** – Taxas de desocupação convencionais que medem o desemprego através da procura de trabalho mostram-se insuficientes para dar conta da magnitude da desocupação em uma sociedade com um mercado de trabalho pouco estruturado, elevado grau de atividades de subsistência de caráter autónomo e poucos mecanismos de procura por trabalho. As taxas de desemprego aberto são muito baixas, claramente não medindo adequadamente a insuficiência de atividade económica para a população em idade ativa.
- 5.6** – A distribuição dos ocupados por grandes grupos de ocupações, atividades e posição no processo de trabalho mostram uma acentuada concentração de ocupados como camponeses nas atividades agrícolas, sobretudo para as mulheres. No meio urbano, apesar de haver ainda uma fatia expressiva de ocupados como camponeses, há maior diversificação ocupacional, com participação de pequenos comerciantes, operários não-agrícolas e pequenos comerciantes. Essa diversificação acentua-se em Maputo e Cidade, onde se destacam também as ocupações de técnicos universitários e não-universitários e administrativos, devido à importância assumida pelos serviços administrativos e pelo setor público.
- 5.7** – Quanto à posição no processo de trabalho, destacam-se, tanto para homens quanto para mulheres, os trabalhadores por conta-própria sem empregados e os trabalhadores familiares sem remuneração, sendo as mulheres muito mais prevalentes nessas posições. No caso dos homens, há também certo destaque para os trabalhadores da administração pública e empregados de empresas privadas.
- 5.8** – Estudos temáticos específicos foram realizados para o trabalho infantil e para as relações de gênero e o trabalho em Moçambique. Os principais achados indicam uma elevada atividade económica de meninas e meninos entre 7 e 17 anos, ocupados principalmente como camponeses e em ocupações desconhecidas. A grande maioria deles desempenham uma atividade económica como trabalhadores familiares sem remuneração. Chama-se a atenção, neste estudo, para a elevada percentagem de crianças de 7 a 11 anos que não estuda e nem trabalha. Entre os de 12-14 anos de idade eleva-se a percentagem dos que estudam e não trabalham, mas também se eleva a percentagem dos que estudam e trabalham simultaneamente. Entre os 15-17 anos de idade já há uma importante fração de jovens que apenas trabalham e não estudam. O combate ao trabalho infantil deveria priorizar as formas de trabalho que competem com a atividade escolar dos jovens. O estudo sobre as relações de gênero no trabalho em Moçambique evidenciou as piores oportunidades ocupacionais para as mulheres, que, de modo geral, estão mais comprometidas com o trabalho doméstico de cuidados com a casa e as crianças. Neste estudo, o viés de gênero afetando negativamente as mulheres fica muito evidente na defasagem educacional das mulheres ocupadas vis-à-vis os homens.

No capítulo 6 discutem-se algumas recomendações extraídas das evidências levantadas neste estudo, com foco nas possibilidades de extrair melhor o potencial das informações censitárias. Melhor treinamento das equipes de recenseadores para identificar o status ocupacional dos respondentes, evitando as situações indefinidas; o uso de ferramentas tecnológicas para a crítica das respostas inconsistentes durante o lançamento dos dados da entrevista; melhor captação das ocupações e das atividades declaradas, evitando apresentar apenas os grandes grupos agregados, são as principais recomendações para lidar com as informações de trabalho na elaboração do próximo censo.

2. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar o estágio atual do mercado de trabalho de Moçambique, com base no Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017. O estudo analisa as dimensões do trabalho relacionadas à atividade, inatividade e desocupação, os tipos de ocupação e atividade econômica, segundo sexo, idade, áreas de residência rural e urbana, nível educacional e áreas geográficas. São utilizadas comparações com os censos anteriores para análise das tendências temporais, assim como também se recorre aos dados do Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF) comparando-os aos dados censitários de 2017.

A adoção de estratégias de sobrevivência tem sido um dos maiores desafios para a população adulta em países em desenvolvimento, nos quais um grande contingente de pessoas vive em permanente busca por trabalho, renda ou itens básicos de subsistência. Em Moçambique, um país cuja atividade econômica é predominantemente agrária, o comportamento da força de trabalho espelha esta realidade. Apesar de apresentar uma estrutura de mercado de trabalho com uma certa diversificação e ter, recentemente, registrado expressiva expansão no sistema educacional, a população apresenta ainda baixo grau de escolaridade, elevada participação nas atividades rurais de baixa produtividade e ainda uma incipiente estrutura de emprego nas atividades industriais e de serviços mais modernos. O setor da agricultura, silvicultura e pesca representou, nas últimas décadas, cerca de 3/4 das atividades econômicas da população, com forte concentração no meio rural - cerca de 90% da população rural, em comparação com pouco mais de 30% na área urbana (INE, 2016).

Por outro lado, a população do país registou um forte crescimento entre 2007 e 2017. Esse aumento ocorreu de forma marcadamente diferenciada para as áreas rural e urbana: neste período, a população experimentou um crescimento médio anual de 3,1%, com taxas anuais de 3,9%, para a população urbana, e 2,6%, para a rural. O avanço do crescimento populacional combinado com o processo de urbanização, no período, elevou a fração da população residente na área urbana de 32% a 34% entre os Censos de 2007 e 2017. Isto significou, em termos absolutos, cerca de 3 milhões de habitantes a mais vivendo nas áreas urbanas, com forte pressão sobre um mercado de trabalho com relativamente poucas oportunidades de ocupações não-agrícolas. Com efeito, o relatório do Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF) de 2014/15 aponta uma taxa de ocupação de 75,0% para a população rural, contra 52,9%, para a população urbana (INE, 2016, p. 18).

A comparação entre os dados dos censos de 2007 e 2017, que se apresenta adiante, indica ter havido uma acentuada diminuição das taxas de participação neste período. Embora os censos demográficos, sabidamente, não sejam o instrumento mais adequado para capturar as formas de trabalho mais precárias e instáveis, tendendo, por esta razão, a subestimar o nível real da atividade, este declínio, no período intercensitário, deve ser mais bem compreendido. Apesar de haver indícios de problemas metodológicos que teriam afetado significativamente a cobertura da população economicamente ativa do censo de 2017, comparativamente ao de 2007, o declínio do nível de atividade pode ser, em parte, reflexo de que o país esteja a enfrentar uma restrição na oferta de empregos, tendo sido incapaz de absorver todo o crescimento da população em idade ativa.

Em meados da década de 2000, o país passou a receber altos investimentos da indústria extrativa, em especial da mineração. Este fato, por um lado, representa um importante estímulo à diversificação dos postos de trabalho, antes bastante concentrados nas atividades manuais em torno da agricultura de subsistência. Por outro lado, a atividade extrativista é caracterizada como poupadora de mão de obra, sendo intensiva em capital, com altos custos fixos e pouco flexíveis. Apesar de estimular a busca de mão de obra especializada, levando a população local a fazer investimentos em capital humano e a atrair correntes migratórias, esta indústria é por si só promotora de poucos estímulos à cadeia produtiva nas regiões onde se instala (Denes 2018). Deve-se acrescentar ainda que estas atividades também trouxeram algo de novo que é a concentração desses investimentos, estrangeiros e nacionais, nas regiões Centro e Norte do país. Desde então, estas regiões passaram a desempenhar um papel importante no crescimento econômico, na diversificação e aumento nos postos de trabalho nacionais, e, como consequência, no estímulo às ondas migratórias (Ibraimo 2022). No entanto, as prováveis incompatibilidades (skills mismatches) entre o nível educacional dos trabalhadores e o nível educacional demandado/exigido pela economia local/regional podem explicar baixas taxas de participação na PEA, assim como distorções salariais e novos fluxos de migração dos indivíduos (Reis 2012). Sobre este aspecto, a literatura internacional esclarece, com evidências, que investimentos na indústria da mineração concentram capital e aumentam a desigualdade de renda entre regiões, ao mesmo tempo que não conseguem absorver parcela significativa da força de trabalho (Loyaza e Rigolini 2016; McMahon e Moreira 2014). Em países onde a desigualdade de renda e a pouca absorção da força de trabalho já é um padrão, essa situação tende a agravar-se. Entretanto, levando-se em consideração

o lado positivo que é a atração de grandes volumes de recursos para o país, alguns estudiosos recomendam medidas compensatórias de geração de emprego por parte dos governos (Zambrano, Robles e Laos 2014).

A combinação dos três fenômenos demográficos - crescimento populacional, ondas migratórias da população do meio rural estimulada na busca por melhores condições de vida no meio urbano e atração de investimento econômico em setores com pouca oferta de postos de trabalho – são alguns dos fundamentos do comportamento populacional que a análise sobre a força de trabalho moçambicana a partir do Censo 2017 deve levar em conta.



3. DISPONIBILIDADE DE DADOS

Este estudo centra-se nas informações obtidas no Censo 2017 através dos quesitos P31 a P37, que informam sobre a condição de ativo/inativo, a procura por trabalho, as formas de inatividade, as ocupações, atividades e posição no processo de trabalho, bem como as horas diárias trabalhadas. O Censo de 2007 é utilizado como base para comparação das estatísticas do Censo de 2017. Os Inquéritos de Orçamentos Familiares de 2014/2015 e 2019/2020 são também utilizados para examinar as discrepâncias entre as duas fontes de informação e para colocar em perspectiva as estatísticas

sobre desemprego, subemprego e atividades mal definidas, cujas informações do Censo são insuficientes.

Análises comparativas entre os Censos de 2007 e 2017 são comprometidas sempre que as variáveis geradas não são idênticas. Nestes casos, é necessário recorrer à estratégia de compatibilização dos quesitos que depende, fundamentalmente, da disponibilidade dos microdados e da documentação completa de cada censo. Houve dificuldade em compatibilizar algumas variáveis em função da restrição no acesso à informação completa. Por exemplo, houve modificação, entre os dois censos, na forma de categorizar as ocupações detalhadas, reportadas pelos entrevistados, em grupos ocupacionais mais agregados. Para fazer a compatibilização e analisar corretamente a evolução da estrutura ocupacional, seria preciso ter acesso aos microdados originais da variável P34 (ocupação principal), de modo a reconstituir os grupos ocupacionais compatíveis com os de 2007. Ocorre que o Censo de 2017, por alguma razão desconhecida, apesar de ter coletado as ocupações reportadas, disponibilizou, na forma de microdados, apenas as grandes categorias ocupacionais. Ao mesmo tempo, seria possível agregar os dados de 2007 para torná-los comparáveis aos de 2017, através do banco de dados do IPUMS Internacional para o ano de 2007, que listou as ocupações detalhadas. Neste caso, no entanto, não houve acesso à documentação da categorização das ocupações que permitiria reconstruir os grandes grupos de 2007 de forma comparável a 2017.

A base de dados que serve de contraponto e comparação com o Censo de 2017 é, portanto, o Censo de 2007. Além deste, usou-se também, como pontos de comparação, os dados publicados do Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF) de 2014/2015 e 2019/2020, também conduzido pelo INE, e os dados provenientes da base da Organização Internacional do Trabalho (ILOSTAT database).

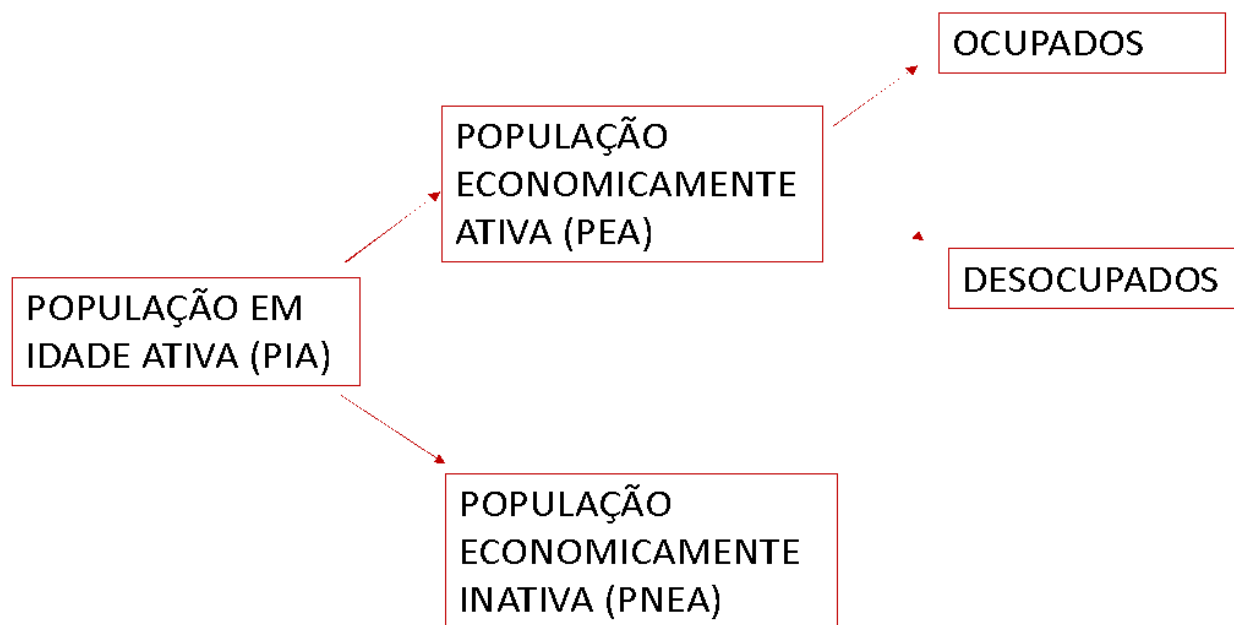


4. METODOLOGIA

Desagregando-se a população em idade ativa (PIA) em população economicamente ativa (PEA) e população não-economicamente ativa (PNEA), e a PEA em população ocupada e população desocupada, de acordo com o quadro de referência da figura que se segue, estimam-se os seguintes indicadores básicos, bem estabelecidos na literatura sobre trabalho:

- População em idade ativa (PIA), que pode ser definida assumindo-se limites inferior e superior de idades associadas ao trabalho, que variam de país para país, conforme o seu contexto econômico e institucional. Aqui se assume que se trata da população de idade igual ou acima dos 15 anos, de modo a garantir a comparabilidade com a maior parte das estatísticas agregadas publicadas.
- População economicamente ativa (PEA), definida como as pessoas em idade ativa que se encontravam a trabalhar no período de referência da pesquisa, ou que, tendo trabalho, não estavam a trabalhar circunstancialmente, assim como as que não tinham trabalho, mas procuravam um. Em síntese, trata-se do grupo de pessoas que caracterizam a oferta de trabalho de uma população, pois trabalham ou demonstram disponibilidade para fazê-lo.
- População não-economicamente ativa (PNEA), definida como as pessoas em idade ativa que não se encontravam a trabalhar, não tinham trabalho e nem estavam à procura; e identificavam-se como, exclusivamente, estudantes, reformados ou na reserva, incapacitados, realizavam apenas serviços domésticos não caracterizados como atividade econômica.
- População ocupada, definida como aqueles que efetivamente têm trabalho, mesmo que estejam numa situação de interrupção temporária do trabalho, por doença, férias, afastamento para treinamento, licença-maternidade etc.
- População desocupada, definida como aqueles que, não tendo trabalhado no período de referência da pesquisa, demonstraram disponibilidade para trabalhar através de procura efetiva por trabalho.

Tabela 1: Desagregação da População em Idade Ativa (PIA) em subcategorias de atividade e inatividade



Medidas básicas:

Taxa de atividade = PEA / PIA

Taxa de inatividade = $PNEA / PIA$

Taxa de ocupação = $OCUPADOS / PEA$

Taxa de desemprego = $DESOCUPADOS / PEA$

Nível de ocupação = $OCUPADOS / PIA$

O estudo baseia-se na análise dos perfis etários de taxas de atividade segundo sexo, que tendem a ser marcadamente distintos em qualquer país do mundo. Estes perfis são desagregados por áreas de residência rural e urbana e por níveis de escolaridade. Como o período recente é marcado por mudanças na escolaridade e do grau de urbanização da população, identificar o papel dos efeitos de composição destas mudanças sobre o nível agregado da atividade pode ajudar a explicar a queda nas taxas de atividade da última década. Serão usados exercícios contrafactuais (como as padronizações diretas) para essa finalidade.¹ O tipo de ocupação, ramo de atividade econômica e posição na ocupação também serão graficamente descritos, indicando os diferenciais por idade, sexo, área de residência rural ou urbana e escolaridade.

Apesar de ser útil comparar estes indicadores de forma agregada, para a população como um todo, comparações mais precisas devem considerar os indicadores desagregados, por idade e sexo, já que a atividade econômica é muito sensível às fases do ciclo de vida e aos comportamentos muito diferenciados segundo sexo. É preciso ter em mente que os indicadores agregados da força de trabalho sofrem tanto os efeitos de composição da estrutura etária e da composição por sexo que é impossível avaliar a consistência da base de dados prescindindo de taxas específicas segundo estas variáveis. A análise de consistência através dos perfis das taxas específicas por idade e sexo beneficia-se no facto de haver padrões bem definidos de comportamento que não costumam sofrer transformações abruptas em curtos intervalos de tempo. Como existem outras bases de dados que nos servem de comparação, investiga-se, sempre que possível, as diferenças que aparecem no Censo de 2017 que não podem ser facilmente explicadas por tendências esperadas.

Mais elucidativo ainda é observar perfis etários de taxas de atividade, ocupação e desemprego segundo sexo, nível de escolaridade e área de residência (rural/urbana), já que as taxas de participação, sobretudo em países com menor capacidade de absorção de mão de obra, são bastante diferenciadas por nível educacional e tendem a ser mais elevadas e inelásticas no meio rural, devido ao facto da atividade econômica poder se misturar com o trabalho doméstico, sobretudo de mulheres. Outros detalhes, como setor de atividade e tipo de ocupação e regiões geográficas também apresentam muita informação a respeito do comportamento da força de trabalho, e são examinados.

¹Uma vez decomposta uma taxa agregada em sua parte relativa às taxas específicas por subgrupos demográficos e a parte relativa à composição da população por estes subgrupos, é útil realizar exercícios contrafactuais que permitem manter uma das componentes fixas, deixando a outra variar, captando assim o seu efeito isolado.

5. RESULTADOS



5.1. Breve relato da análise de consistência das informações sobre trabalho do Censo 2017 (síntese da análise apresentada no Estudo A)

No estudo A, referente à consistência das informações básicas do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017, as informações sobre trabalho foram analisadas, de modo a construir os conceitos de atividade econômica e de taxas de atividade e comparar

estas medidas com as obtidas nos censos anteriores. Ficou evidente que a variação negativa no volume da população economicamente ativa ocorrida na década não pode ser explicada por fatores estruturais que teriam inibido a expansão das possibilidades de trabalho

em ritmo compatível com o crescimento populacional. Isto pode sim ter havido, mas não na intensidade que explicaria a redução da PEA verificada, o que significa que o mais provável é estarmos diante de problemas metodológicos que limitaram a classificação correta dos economicamente ativos. Traduzindo em números, entre 2007 e 2017 teria havido um crescimento da PIA da ordem de 34%, enquanto a PEA teria crescido apenas 11%. Com isto, a taxa de atividade teria declinado de 69,2% em 2007, para 57,6% em 2017. Complementarmente e corroborando a ideia de que tal queda não parece fazer sentido, os dados do IOF 2014/2015 revelam uma taxa de atividade de 85% no país. Outra evidência que parece jogar luz sobre a suspeita do Censo de 2017 ter sofrido algum problema relacionado à coleta da informação sobre atividade econômica aparece quando estimamos a variação percentual de cada categoria que define a PEA (trabalhou, interrupção temporária de trabalho, procura de novo emprego, procura de primeiro emprego e ajuda a familiares) e a PNEA (somente estudante, somente reformado/reserva, incapacitado, trabalho doméstico exclusivo em tarefas domésticas e cuidados, e outros) entre os Censos de 2007 e 2017. As variações percentuais oferecem pistas para especular sobre o crescimento vertiginoso da PNEA (84%, contra os apenas 11% de crescimento da PEA). A componente 'outros' que designa formas de inatividade que não foram identificadas entre as alternativas oferecidas, apresentou um crescimento de 456% no período. A despeito de esta ser uma categoria residual, com tal crescimento, ela passou a alocar, em 2017, 1.778.126 pessoas, quase 30% dos inativos (em 2007, esta categoria representava 9% dos inativos). Isso sugere ter havido algum tipo de problema na coleta de informações sobre a situação ocupacional de um contingente bastante significativo da população, possivelmente pessoas com vínculos frágeis ou ocasionais com o mercado de trabalho, que, com os recursos da pesquisa do censo, não puderam ser devidamente classificados, provavelmente expandindo indevidamente o contingente de inativos.

Com esta análise, que foi complementada pela verificação da relativa estabilidade nos perfis etários de taxas de participação por sexo, área de residência urbana e rural e níveis de escolaridade entre os censos de 2007 e 2017, concluiu-se que, apesar da forte subestimação da PEA em 2017, as distribuições da PEA por características foram razoavelmente preservadas e podem, portanto, ser consideradas. As próximas seções deste estudo cuidam destas análises.

5.2. Taxas de atividade de 2017 segundo as principais variáveis definidoras da PEA

Uma vez feitas todas as ressalvas acerca da provável subestimação da atividade econômica pelo Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017, esta secção passa a avaliar a distribuição da atividade econômica. A Tabela 2 traz um quadro geral da distribuição da população e da população economicamente ativa do país segundo sexo, idade, área de residência, escolaridade e províncias. Esse quadro geral indica que embora as mulheres sejam predominantes no total da população do país, devido ao fato de haver uma maior taxa de atividade entre os homens, estes perfazem 51% da população economicamente ativa. Do ponto de vista da distribuição etária, como a população de Moçambique é extremamente jovem, a PEA está concentrada na faixa entre os 15 e 34 anos, idades que combinam elevadas taxas de atividade com alta proporção de população. A PEA concentra-se também no meio rural, como resultado de um ainda baixo grau de urbanização e uma maior taxa de atividade nas áreas agrícolas. A despeito das melhorias observadas recentemente, o nível de escolaridade do país é bastante baixo, com 67% da população tendo abaixo do nível primário completo. Como decorrência, a PEA está também concentrada neste nível educacional mais baixo. Entre as províncias do país, Nampula e Zambézia, que são as províncias mais populosas, concentram também a maior parcela da PEA (20% e 38%, respectivamente). As maiores taxas de atividade, contudo, estão em Cabo Delgado e Inhambane (acima de 60% em ambas).

Dada essa visão geral da distribuição da força de trabalho de Moçambique, passa-se para a análise detalhada do comportamento da força de trabalho do país, que tem como ponto de partida os perfis de taxas de atividade por idade e sexo. Como há um comportamento de atividade econômica que varia ao longo do ciclo de vida dos indivíduos, acompanhando as suas fases de produção e consumo e, conseqüentemente, de dependência econômica; e homens e mulheres têm comportamentos muito distintos com respeito a estes ciclos, condicionados pela cultura e pelas normas de papéis sociais de gênero, taxas de atividade agregadas por idade e sexo tendem a não gerar muita informação. O mais adequado é partir sempre de uma análise que considera os perfis etários de atividade de homens e mulheres, separadamente. Assim, a Figura 1 apresenta um primeiro nível de comparação de perfis.

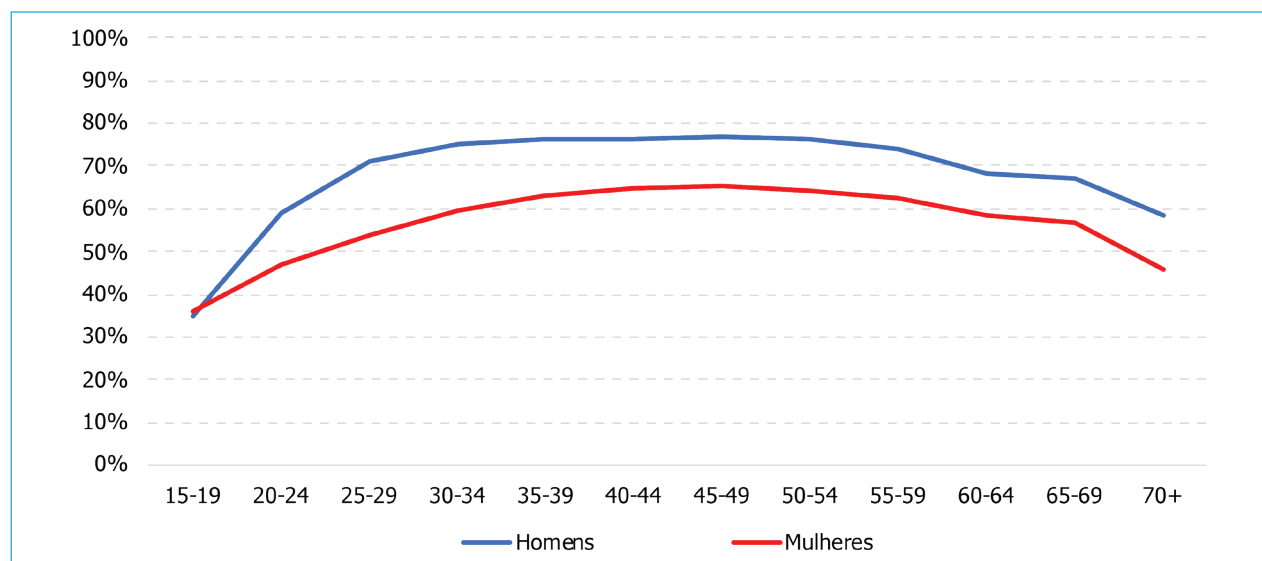
Tabela 2: Distribuição da população e das taxas de atividade e População Economicamente Ativa (PEA) de Moçambique, segundo sexo, grupo etário, área de residência, escolaridade e províncias – 2017

Sexo	População	%	Taxa de atividade	PEA	%
Mulheres	7 693 388	0,54	52,7%	4 055 060	0,49
Homens	6 669 383	0,46	63,1%	4 209 302	0,51
Total	14 362 771	1,00	57,5%	8 264 362	1,00
Grupo Etário					
15-19	2 875 872	0,20	35,3%	1 013 804	0,12
20-24	2 423 698	0,17	52,5%	1 271 973	0,15
25-29	1 865 145	0,13	61,8%	1 153 014	0,14
30-34	1 525 415	0,11	67,0%	1 022 157	0,12
35-39	1 352 733	0,09	69,4%	938 686	0,11
40-44	1 070 469	0,07	70,3%	752 830	0,09
45-49	831 121	0,06	70,8%	588 598	0,07
50-54	649 898	0,05	69,7%	452 973	0,05
55-59	493 273	0,03	68,2%	336 446	0,04
60-64	400 123	0,03	63,1%	252 658	0,03
65-69	308 644	0,02	61,3%	189 344	0,02
70+	566 379	0,04	51,5%	291 880	0,04
Total	14 362 771	1,00	57,5%	8 264 362	1,00
Setor de Domicílio					
Rural	9 249 675	0,64	63,7%	5 890 112	0,71
Urbano	5 113 097	0,36	46,4%	2 374 250	0,29
Total	14 362 771	1,00	57,5%	8 264 362	1,00
Escolaridade					
<que primário completo	9 556 365	0,67	60,6%	5 791 793	0,70
Primário completo	2 220 744	0,15	51,6%	1 145 180	0,14
Secundário completo	975 382	0,07	56,2%	548 053	0,07
Superior completo	202 877	0,01	77,9%	158 110	0,02
sem informação	1 407 402	0,10	44,1%	621 226	0,08
Total	14 362 771	1,00	57,5%	8 264 362	1,00
Províncias					
Niassa	844 664	0,06	56,4%	475 976	0,06
Cabo Delgado	1 209 934	0,08	64,8%	784 277	0,09
Nampula	2 789 274	0,19	59,9%	1 671 037	0,20
Zambézia	2 508 772	0,17	60,5%	1 518 298	0,18
Tete	1 333 086	0,09	58,0%	773 337	0,09
Manica	958 879	0,07	50,3%	482 100	0,06
Sofala	1 186 350	0,08	51,2%	607 281	0,07
Inhambane	829 037	0,06	62,2%	515 580	0,06
Gaza	775 105	0,05	57,7%	447 033	0,05
Maputo	1 186 834	0,08	51,7%	613 588	0,07
Cidade de Maputo	740 835	0,05	50,7%	375 855	0,05
Total	14 362 771	1,00	57,5%	8 264 362	1,00

Fonte: INE, Censo 2017.

Antes de mais nada, é importante ressaltar que os níveis das taxas são baixos, tanto para homens quanto para mulheres, comparativamente aos censos anteriores e às outras fontes de dados, conforme já foi apontando na análise de consistência das informações de 2017. No entanto, observando os dados sem qualquer correção, verifica-se que, como ocorre em outros países, o nível da atividade masculina é mais elevado do que a feminina e algumas características chamam a atenção no caso de Moçambique. Em primeiro lugar, os perfis etários, tanto de homens quanto de mulheres, revelam uma elevada atividade econômica nas fases de juventude e velhice, comparativamente a outros países de renda mais elevada. Isso certamente se deve a um conjunto de factores, clássicos na literatura sobre o tema, que incluem o peso da atividade rural, que absorve tanto os muito jovens quanto os mais velhos; a relativamente baixa cobertura do sistema escolar, que faz com que a entrada dos jovens no mercado de trabalho seja precoce; e o incipiente sistema de segurança social que não é capaz de garantir a sobrevivência econômica nas idades mais avançadas. Os mesmos factores, mas sobretudo o grande peso da atividade rural, explicam o fato dos perfis de homens e mulheres serem relativamente próximos, tanto em nível quanto no padrão das curvas.

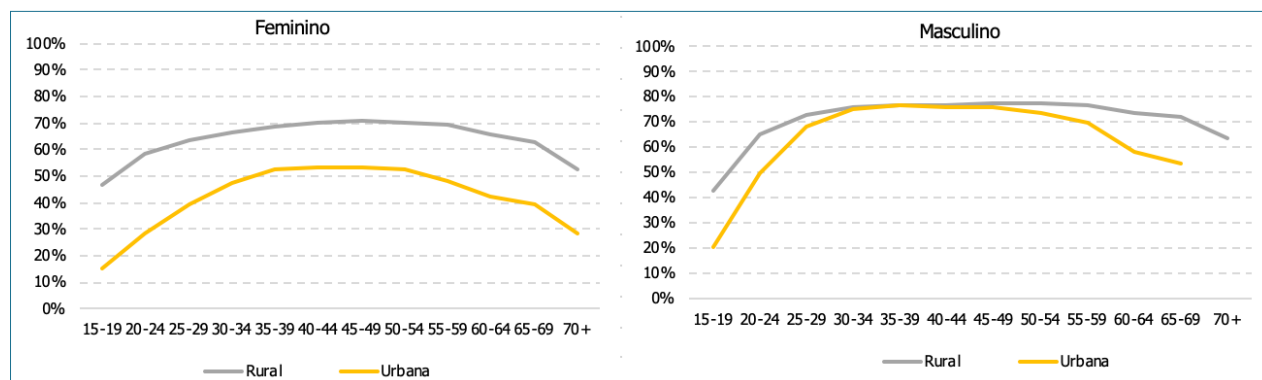
Figura 1: Taxas de atividade por idade e sexo. Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

A Figura 2, que desagrega os perfis etários de atividade feminina e masculina nas áreas de residência rural e urbana, revela mais um traço marcante do trabalho em Moçambique: o grande peso da atividade econômica feminina no meio rural. Como se trata de uma economia predominantemente rural, não há diferença marcante entre o nível da atividade feminina e masculina em termos agregados, conforme visto na Figura 1. Já no meio urbano, homens e mulheres têm perfis muito distintos, com baixa participação das mulheres na atividade econômica. No caso dos homens, a diferença entre os perfis rural e urbano está nos extremos da distribuição, já que o mercado de trabalho urbano tende a ser muito mais restritivo para os mais jovens e os mais velhos. A atividade econômica rural, sobretudo a de subsistência, não coloca empecilhos para o trabalho ao longo de todo o ciclo de vida.

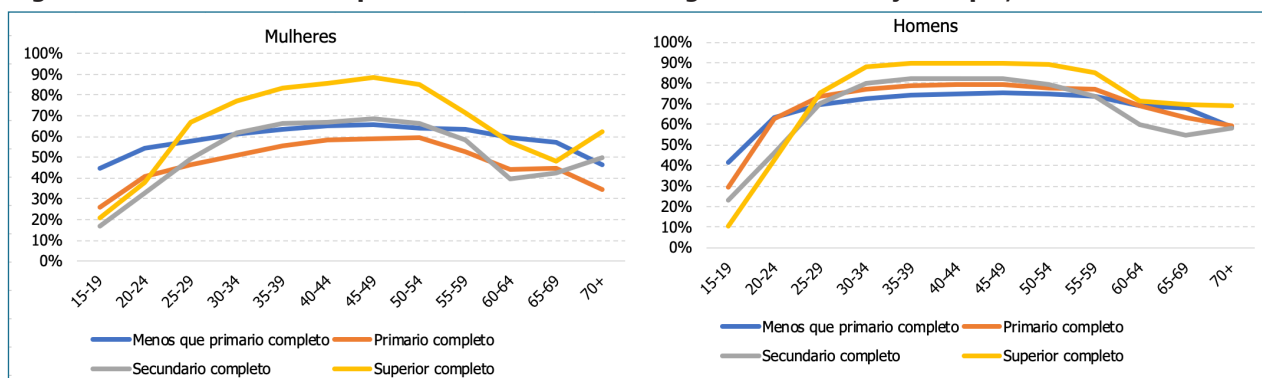
Figura 2: Taxas de atividade por idade e área de residência segundo sexo. Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

A Figura 3, que apresenta os perfis etários segundo níveis de escolaridade, revela que o nível mais elevado de escolaridade, o superior completo, praticamente não diferencia homens e mulheres. No entanto, a parcela da população com este nível de escolaridade corresponde a apenas 2%, e está praticamente restrita à região urbana de Maputo. Apesar da melhoria do nível geral da escolaridade da população da última década, a maior parcela da população ainda tinha, em 2017, abaixo do nível primário completo: 67% dos homens e 79% das mulheres. No caso masculino, este é o nível com a menor taxa de atividade econômica, o que produz, como resultado, um nível de atividade baixo, como um todo. No caso das mulheres, é o nível primário completo que apresenta os menores níveis de atividade, sugerindo que, havendo um nível básico de escolaridade, as mulheres tendem a procurar atividades econômicas fora da agricultura, contando, no entanto, com poucas oportunidades de trabalho. No nível mais baixo de escolaridade, as taxas de atividade são um pouco mais elevadas e têm um perfil quase invariável no ciclo de vida, o que é, como já observado, compatível com a atividade eminentemente agrícola de subsistência.

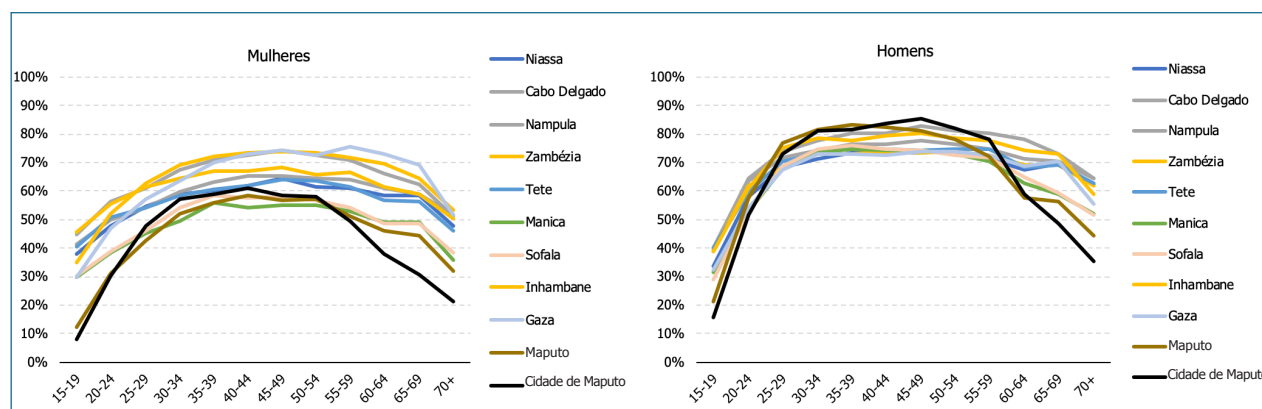
Figura 3: Taxas de atividade por idade e escolaridade segundo sexo – Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017..

Na Figura 4, que se segue, identificam-se os padrões de participação feminino e masculino segundo as províncias. O que de mais evidente se revela é o perfil de taxas mais horizontalizado para as províncias cujas atividades são eminentemente agrícolas, enquanto sem Maputo e Cidade de Maputo, onde as atividades econômicas são mais diversificadas, há maior variabilidade ao longo do ciclo de vida, indicando, como já mencionado, que nos centros urbanos há menor atividade para os muito jovens e os mais velhos. Outro traço marcante é que, nestes espaços de maior diversidade econômica, a atividade feminina é a mais baixa, enquanto ocorre o contrário entre os homens.

Figura 4: Taxas de atividade por idade e províncias segundo sexo – Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

Dado que a análise até aqui apontou a importância das variáveis sexo, idade, área de residência, nível de escolaridade e província para a diferenciação do nível da atividade econômica dos indivíduos, duas perguntas-chave se colocam:

- 1 Como é que cada uma destas variáveis afeta o nível da atividade quando controladas pelo efeito das demais?
- 2 Qual é o papel da mudança de cada uma destas variáveis (composição por idade, por área de residência, por escolaridade e por províncias) na queda da taxa de atividade por sexo, no período entre 2007 e 2017?

As duas próximas secções lidam com cada uma delas separadamente.

5.3. Regressões que indicam o efeito de cada variável explicativa da taxa de atividade

As diferenças dos perfis dadas pelo papel de cada uma das variáveis apontadas até aqui são melhor descritas através de uma análise de regressão multivariada que determina o efeito de cada uma das variáveis sobre a probabilidade de um indivíduo ser ativo. Dada a natureza binária da variável resposta de interesse (ativo x inativo), utilizar um Modelo de Regressão Logística é a escolha natural.

A Tabela 3 apresenta os resultados da aplicação de um modelo de regressão logística que testou as variáveis de sexo, idade, escolaridade, área de residência rural e urbana e províncias sobre a variável binária economicamente ativo/economicamente inativo, modelando as razões de chance para ser ativo, em contraposição a inativo. Apresenta os coeficientes gerados pelo modelo e seus respectivos níveis de significância estatística. A aplicação de tal modelo tem o objetivo de testar se, uma vez controlados todos os efeitos simultaneamente, as variáveis explicativas mantêm os sinais encontrados na análise descritiva anterior, que avaliou a relação entre cada uma das variáveis com o nível da atividade econômica. Como se vê, os resultados são todos os esperados. Ser mulher diminui a probabilidade de ser ativo, assim como a idade aumenta esta mesma probabilidade. No caso da idade, para captar a concavidade da função da atividade com a idade, introduz-se também a idade ao quadrado, que resulta no sinal esperado, indicando o declínio da atividade nas idades mais elevadas.

Tabela 3: Modelo de regressão logística para condição de atividade ativo/inativo, segundo sexo, escolaridade, área de residência urbana e rural e províncias - Moçambique, 2007 e 2017

Parametros	2007	significancia	2017	significancia
Intercepto	-3,116	***	-2,465	***
Sexo				
Feminino	-0,576	***	-0,479	***
(masculino)				
Idade				
Idade	0,191	***	0,134	***
Idade^2	-0,002	***	-0,001	***
Escolaridade				
Primario completo	-0,490	***	-0,012	*
Secundario completo	0,316	***	0,230	***
Superior completo	1,660	***	1,075	***
Sem Informação	-0,282	***	-0,136	***
(< primariocompleto)				
Setor de domicilio				
Rural	0,954	***	0,799	***
(urbano)				
Províncias				
Cabo Delgado	0,266	***	0,132	***
Gaza	0,123	***	-0,082	***
Inhambane	0,151	***	0,087	***
Manica	0,054	***	-0,370	***
Maputo	-0,125	***	-0,166	***
Nampula	0,138	***	-0,010	
Niassa	0,091	***	-0,192	***
Sofala	0,268	***	-0,268	***
Tete	0,122	***	-0,162	***
Zambézia	0,120	***	-0,065	***
(Cidade de Maputo)				

Fonte: INE, Censo 2017.

Nota: os asteriscos representam os níveis de significância de 1% (***), 5% (**) e 10% (*).

A variável escolaridade mostra que ter o nível primário completo, relativamente a ter abaixo do nível primário completo (categoria omitida, que, portanto, é a categoria de referência para a análise comparativa da chance relativa de cada uma das demais categorias) reduz a probabilidade de ser ativo, sendo que os demais níveis superiores todos elevam crescentemente a probabilidade da atividade. Isso revela o perfil em forma de U da relação entre escolaridade e atividade. Um nível inicial e muito básico de escolaridade faz com que os indivíduos busquem atividades mais qualificadas do que as atividades de simples subsistência, e com isso, passam a lidar com as barreiras à entrada no mercado de trabalho. A partir daí níveis de escolaridade mais elevados qualificam os indivíduos para aumentarem as suas perspectivas de atividade econômica. A área de residência rural, comparativamente ao urbano, conforme já discutido, aumenta a probabilidade de atividade em um país e economia predominantemente agrícola, como é o caso de Moçambique. Há que se notar que todos os coeficientes, até aqui, permanecem com os mesmos sinais entre 2007 e 2017, sendo que diminuem de valor ao longo do período.

Por fim, a variável que compara as distintas províncias, tomando Cidade de Maputo como referência, mostra que, para 2007, apenas Maputo tinha reduzida a probabilidade da atividade, sendo que para as demais províncias, essa probabilidade era aumentada, à medida em que maior atividade agrícola tende a aumentar a probabilidade de uma pessoa estar a realizar trabalho considerado atividade econômica. Para 2017, o quadro se inverte e todas as províncias, exceto Cabo Delgado e Inhambane mostraram probabilidade diminuída de atividade, comparativamente à Cidade de Maputo, sugerindo ter havido compressão da atividade econômica da principal região urbana do país.

5.4. Decomposições da mudança na taxa de atividade entre 2007 e 2017 nos efeitos de composição e taxa das principais variáveis

A Tabela 4 apresenta os resultados de uma decomposição da variação na taxa de participação entre 2007 e 2017 nos efeitos das variáveis anteriormente discutidas: idade, rural/urbano, escolaridade e províncias. A decomposição pelo método de Kitagawa (Preston, 2006) permite separar, para cada uma destas variáveis individualmente (ou seja, são análises univariadas) qual é o efeito explicado pela mudança da composição da variável em questão e qual é o efeito não explicado pela mudança da composição da variável, portanto os demais possíveis efeitos que afetam as taxas. Se, por exemplo, a área urbana exibe menores taxas de atividade, o incremento do grau de urbanização da população no período em análise deve sugerir que parte da queda da taxa de atividade total possa ser explicada pelo aumento da fração de população urbana. A mesma lógica aplica-se a todas as variáveis. Em suma, o que se pretende saber é se a mudança na composição ocorrida em cada uma destas variáveis no período intercensitário ajudaria (e em que magnitude ajudaria) a explicar a significativa queda ocorrida no período. Os resultados expressos na Tabela 4, no entanto, revelam que a parte explicada pela mudança da composição de cada uma das variáveis é muito modesta, sendo que a maior parcela da queda se deve realmente à mudança das taxas de participação em si. No caso da escolaridade, digno de nota, a componente explicada pelo aumento da escolaridade populacional é, para as mulheres, o fator de maior peso, já que as mulheres com o ensino primário completo (a categoria que mais se expandiu no período) tendem a ter taxas de participação menores do que aquelas com menor escolaridade. No caso dos homens, pelo contrário, o aumento da escolaridade teria exercido papel oposto, ou seja, implicaria um aumento, ao invés de um declínio, na participação. Deve-se notar que estas decomposições podem ser feitas de forma multivariada, integrando os efeitos de distintas variáveis simultaneamente. O problema com isso é que decomposições mais complexas geram resultados mais difíceis de serem interpretados, combinando efeitos de interação que tornam a análise mais complicada do que o que queremos oferecer aqui, onde o resultado de interesse é a indicação de que os efeitos de composição não são capazes de explicar uma variação negativa de magnitude tão elevada como a que verificamos entre 2007 e 2017.

Tabela 4: Decomposição de Kitagawa para explicar a variação da taxa de atividade entre 2007 e 2017 em (i) efeitos de composição e (ii) efeitos das taxas segundo as variáveis idade, área de residência rural e urbana, escolaridade e províncias – Moçambique, 2007

Taxa de atividade	Mulheres			Homens		
	2007	2017	2017-2007	2007	2017	2017-2007
	66%	53%	-13%	75%	63%	-12%
Decomposições da diferença das taxas entre 2007 e 2017	Parcela explicada pelo efeito composição	Parcela explicada pelo efeito taxa	Total	Parcela explicada pelo efeito composição	Parcela explicada pelo efeito taxa	Total
Variáveis:						
Grupos de idade	6%	94%	100%	9%	91%	100%
Setor rural/urbano	7%	93%	100%	2%	98%	100%
Escolaridade	10%	90%	100%	-1%	101%	100%
Províncias	1%	99%	100%	-1%	101%	100%

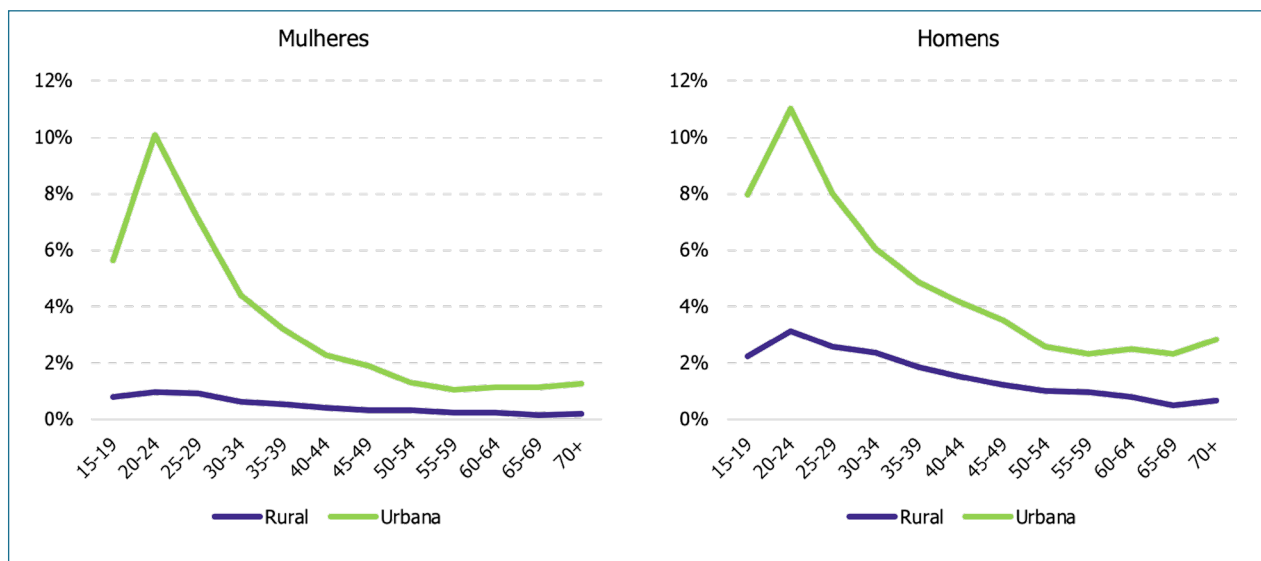
Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

5.5. Taxas de desocupação

A sequência de figuras seguintes explora a informação sobre desemprego aberto captada pelo Recenseamento Geral da População e Habitação. O Censo pergunta, para aqueles que não trabalharam na semana de referência, se procuravam novo emprego ou se procuravam emprego pela primeira vez. Assim o conceito de desemprego que o Censo permite captar é o conceito de desemprego aberto da definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), porque trata-se da situação em que a disposição para o trabalho pode ser verificada pela efetiva procura de trabalho. No entanto, este conceito pode ser muito limitado quando se trata de mercados de trabalho pouco desenvolvidos nos quais os mecanismos de procura de trabalho são pouco eficientes e onde, ademais, os sistemas de proteção social não são capazes de assegurar a sobrevivência daqueles que estão sem trabalho. Nestas situações, o desemprego pode estar oculto tanto pelas situações em que as pessoas são obrigadas a trabalhar em ocupações muito precárias e insuficientes, quanto pela situação da desistência de procura de trabalho devido ao chamado desalento. Por isso, em países com grande predomínio das atividades de subsistência e fraco sistema de proteção social, é mais indicado o desenvolvimento de estatísticas especiais ao invés da aplicação da definição tradicional de desemprego aberto, ou seja, verificado pela procura de trabalho.

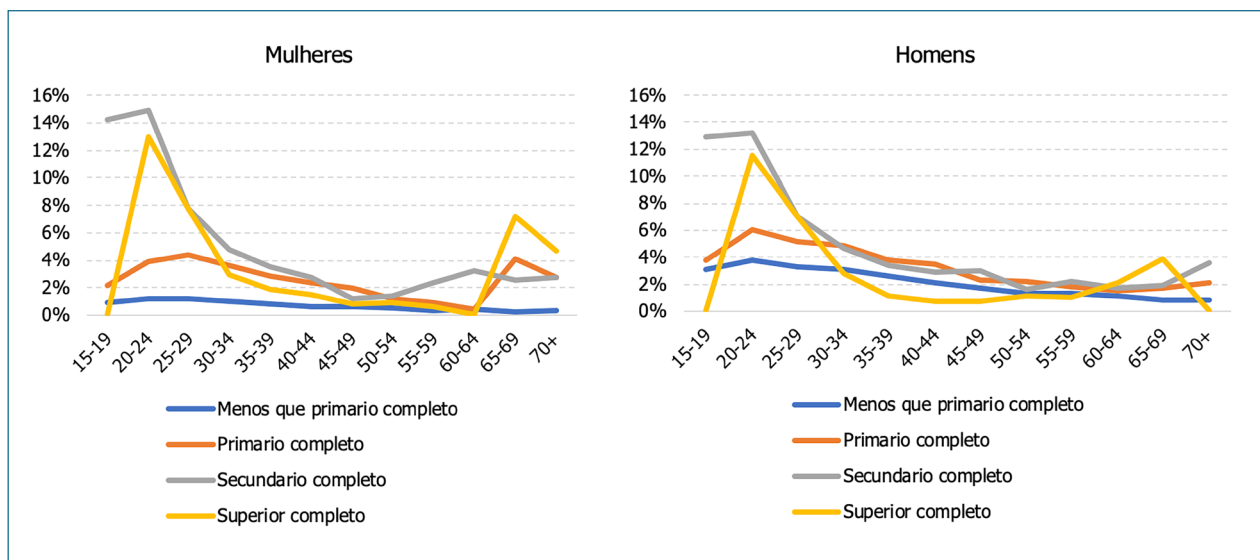
Desse modo, medindo o desemprego aberto, encontram-se taxas muito baixas, que, sozinhas, não provêm informação sobre a retração da atividade econômica do país no período. As Figuras 5, 6 e 7 mostram esses números, indicando que, tanto na perspectiva do sexo, da idade, da escolaridade e das províncias, o desemprego aberto é uma forma de desemprego que tende a não identificar as necessidades de trabalho fora dos centros urbanos e nos mercados de trabalho menos desenvolvidos. Com efeito, apenas nas áreas urbanas e nas idades dos jovens adultos mais propensos a se lançarem à procura de um trabalho é que se observam taxas de desemprego mais elevadas. Da mesma forma, apenas os maiores níveis de escolaridade e a maior proximidade dos centros urbanos estão associados à maior procura de emprego. Esta maior procura indica a maior presença de um mercado de interação entre oferta e demanda por trabalhadores. Se o interesse, porém, é verificar a baixa absorção da mão de obra disponível, é preciso considerar outras dimensões adicionais para captar a natureza da desocupação e inatividade.

Figura 5: Taxas de desemprego aberto por idade e área de domicílio, segundo sexo Moçambique, 2017



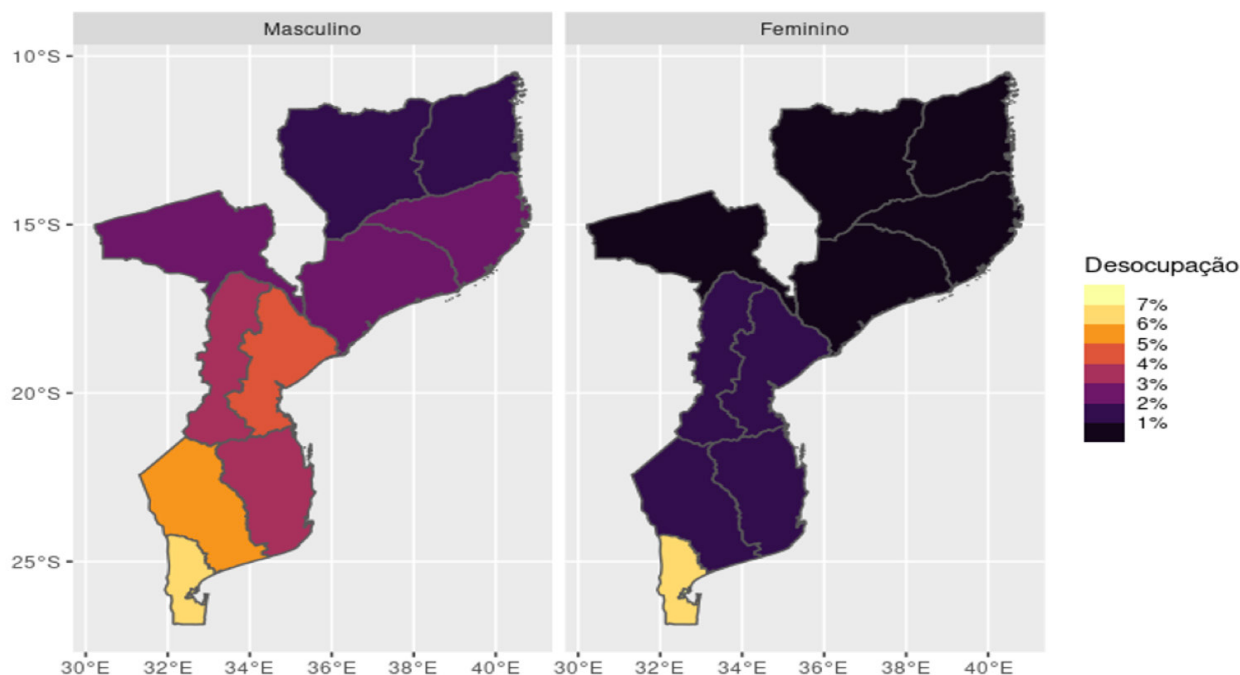
Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 6: Taxas de desemprego aberto por idade e escolaridade segundo sexo Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 7: Mapa das províncias de moçambique: taxas de desemprego aberto por sexo, 2017

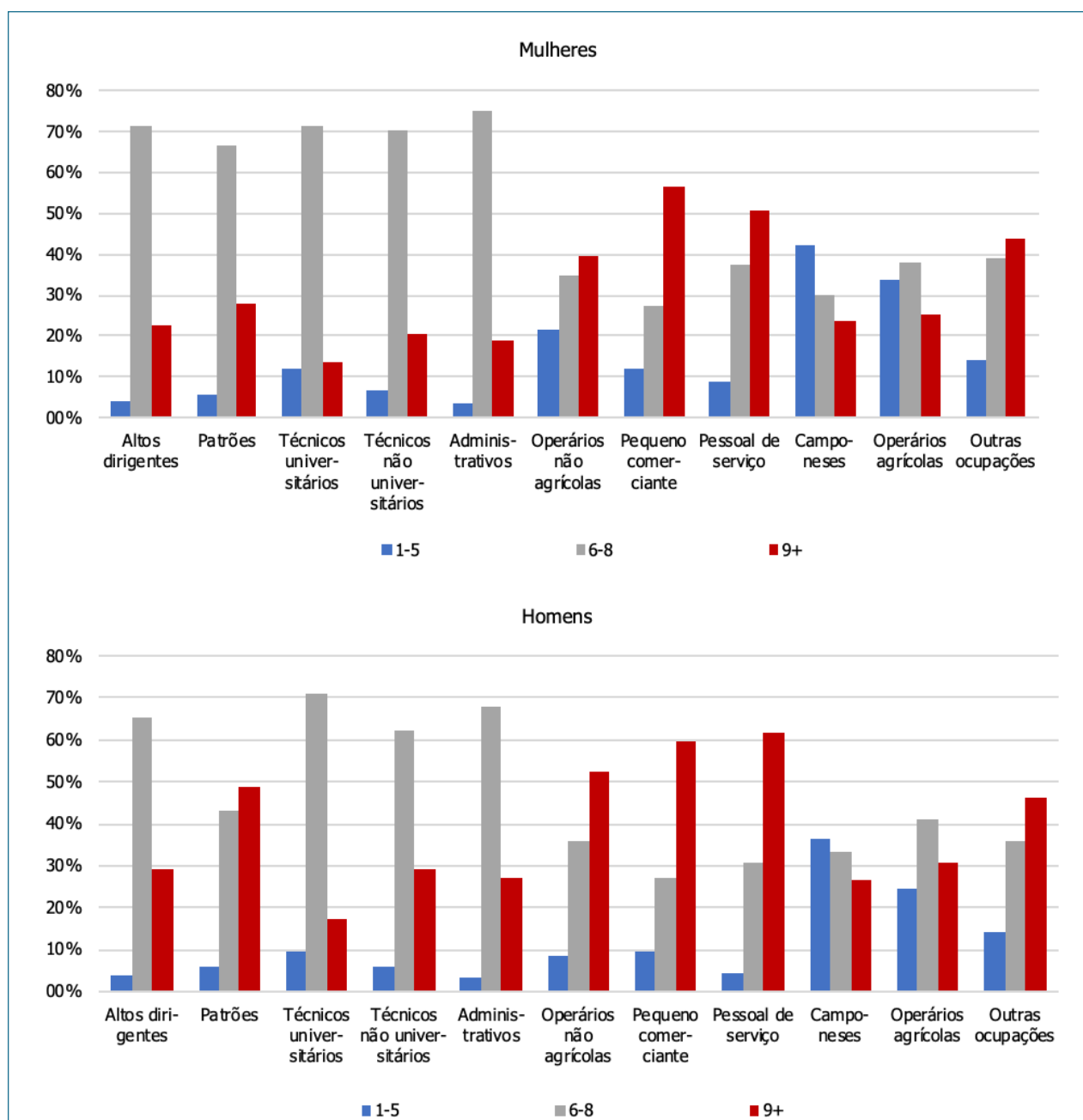


Fonte: INE, Censo 2017.

A Figura 8, na sequência, sugere uma abordagem complementar às informações sobre a procura de trabalho, que é dada pelo tamanho das jornadas diárias de trabalho. Como se apreende da distribuição representada na Figura 8, os trabalhadores, tanto homens quanto mulheres, das ocupações mais qualificadas tendem a ter, predominantemente, jornadas de duração próximas à média convencional de 8 horas de trabalho ao dia, por 6 ou 7 dias por semana. Já os trabalhadores de baixa qualificação em atividades predominantemente urbanas (pequenos comerciantes, pessoal de serviço e operários não-agrícolas), tendem a ter jornadas excessivas. Por outro lado, os camponeses, que, como se verá na secção seguinte deste relatório, são uma categoria que reúne aproximadamente 64% da força de trabalho de Moçambique, concentram-se em trabalhos de jornada abaixo das 5 horas diárias. Isso indica que grande parte dos ocupados com a atividade agrícola possivelmente trabalham menos do que gostariam e poderiam, por falta de

condições para fazê-lo. Essa dimensão deveria ser levada em conta no entendimento das condições de desemprego e subemprego no país. No entanto, uma medida adequada, e frequentemente utilizada, para medir a categoria de subocupação, deveria verificar, junto com a escassez de horas trabalhadas, a disposição do trabalhador em encontrar um outro trabalho. Ocorre que, no Censo de Moçambique de 2017, só respondem se realizaram procura de trabalho aqueles que responderam previamente que não tiveram nenhum trabalho, limitando a possibilidade do uso apropriado de um conceito de subocupação. O Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF) de Moçambique usa um conceito alternativo de desemprego que considera todas as pessoas de 15 anos ou mais que, no período de referência, estavam na situação de população desocupada (segundo definição da OIT) incluindo também as pessoas nas condições de trabalhadores ocasionais, os conta-própria sem empregados e sem trabalho regular; os trabalhadores familiares sem remuneração e sem trabalho regular ou que não trabalharam no período de referência. O questionário do Censo não oferece a possibilidade de emprego desta definição alternativa, uma vez que não há como identificar os trabalhadores ocasionais e os sem trabalho regular. Este aspecto será retomado na discussão das sugestões para aprimoramento da pesquisa quanto à força de trabalho pelos censos demográficos, ao final deste estudo.

Figura 8: Média de horas diárias trabalhadas por tipo de ocupação. Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

5.6. Ocupações, ramo de atividades e posição no processo de trabalho

A intenção desta análise é de construir um panorama das atividades econômicas da população moçambicana a partir dos dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017. O objetivo principal é identificar três aspectos complementares da estrutura de emprego: ocupação, ramo de atividade e posição no processo de trabalho utilizando como filtro as variáveis sociodemográficas idade, sexo, área de residência, nível educacional. Segue-se a seguinte ordem de análise das variáveis: Ocupação, Ramo de Atividade e Posição no Processo de Trabalho e dentro de cada variável observaremos as seguintes características sociodemográficas: idade, sexo, área de residência, nível educacional.

5.6.1. Ocupações

A estrutura de ocupações analisada refere-se ao tipo de ocupação no trabalho realizado na semana de referência ou na última vez que trabalhou e desempenhou qualquer actividade destinada à produção de bens ou serviços para o autoconsumo ou mercado na semana de 25 a 31 de julho de 2017. Mesmo aquelas pessoas que declararam não ter trabalhado na semana de referência, mas foram consideradas ativas porque estavam de férias, doentes ou em outra situação de interrupção temporária, e as que procuraram novo emprego, foram incluídas nesta distribuição ocupacional. Ainda foram incluídos os que responderam que não trabalharam, mas declararam terem sido domésticos e ainda os que declararam que nas suas atividades na semana de referência foram à machamba, produziram ou venderam produtos e/ou ajudaram familiares na produção ou no negócio. Em outras palavras, a cobertura do universo de pessoas ativas moçambicanas em 2017 é bastante abrangente.

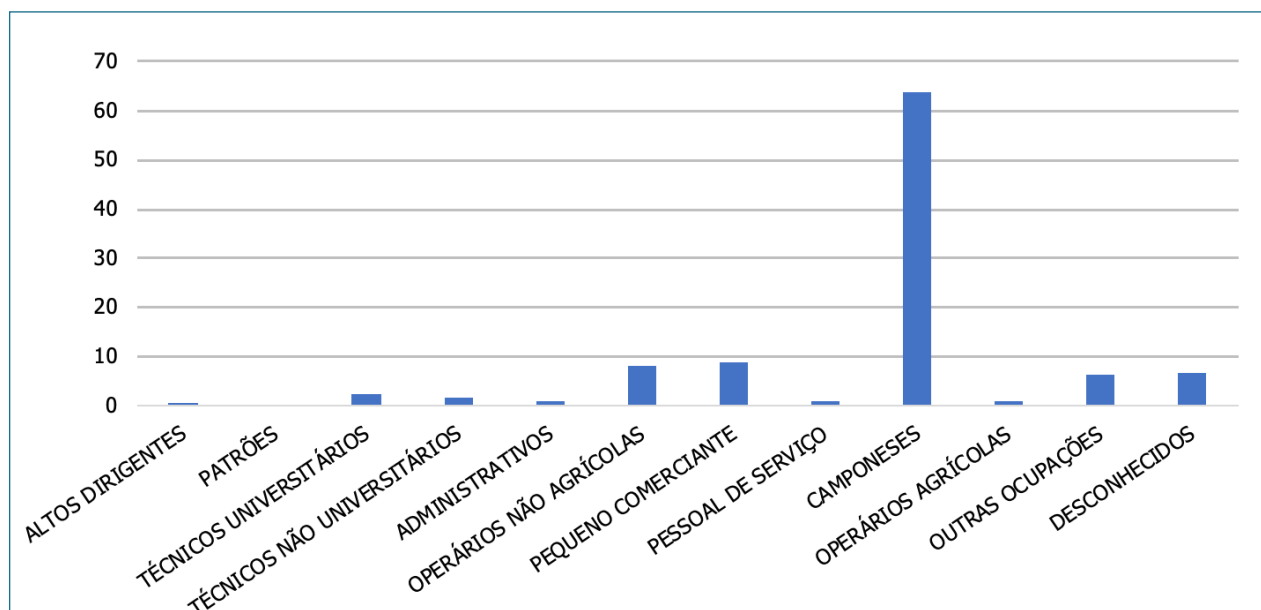
Detalhe que precisa ser considerado na nossa análise é que as posições ocupacionais estão disponibilizadas no Censo 2017 em grupos ocupacionais. Cada um destes grupos aglutina várias posições ocupacionais. Ou seja, o formato no qual esta informação está disponibilizada não nos permite desagregá-las, como podemos ver na Tabela 5. Para se ter uma ideia, o grupo ocupacional de Camponeses aglutina mais de 60,0% de toda a distribuição, englobando mais de 50 ocupações e pode ser conferido na Tabela 24 do Anexo. A falta da disponibilização da distribuição ocupacional de forma mais detalhada compromete a análise da força de trabalho, em especial, no entendimento da composição das ocupações mais precarizadas e sua relação com a distribuição educacional e de gênero. Infelizmente o mesmo ocorre com duas outras informações de que trata esta seção, ramo de atividade e posição no processo de trabalho.

Tabela 5: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais

Qual foi a sua principal tarefa (ocupação principal) nessa semana (de 24 a 30 de julho) ou da última vez que trabalhou?			
	No	Percentagem	Percentagem Válida
Altos dirigentes	21 642	0,2	0,3
Patrões	722	0,0	0,0
Técnicos universitários	188 635	1,3	2,3
Técnicos não universitários	123 498	0,9	1,5
Administrativos	56 461	0,4	0,7
Operários não agrícolas	669 722	4,7	8,2
Pequeno comerciante	716 765	5,0	8,8
Pessoal de serviço	58 923	0,4	0,7
Camponeses	5 207 784	36,3	63,7
Operários agrícolas	77 955	0,5	1,0
Outras ocupações	497 644	3,5	6,1
Desconhecidos	550 747	3,8	6,7
Total	8 170 497	56,9	100,0
Faltantes	6 192 274	43,1	
Total	14 362 771	100,0	

Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 9: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais



Fonte: INE, Censo 2017.

Conforme pode ser observado na Tabela 5 e na Figura 9, a ocupação de Camponeses absorve boa parte das pessoas ocupadas. Cerca de 63,7% da população moçambicana ocupada no ano de 2017 declararam fazer parte deste grupo ocupacional. Operários não Agrícolas e Pequenos Comerciantes representam 8,2% e 8,8% da distribuição, respectivamente. As outras ocupações participam de forma muito incipiente com um detalhe para o grupo ocupacional que exige a formação de bacharelado: os Técnicos Universitários, que representam a proporção de 2,3%.

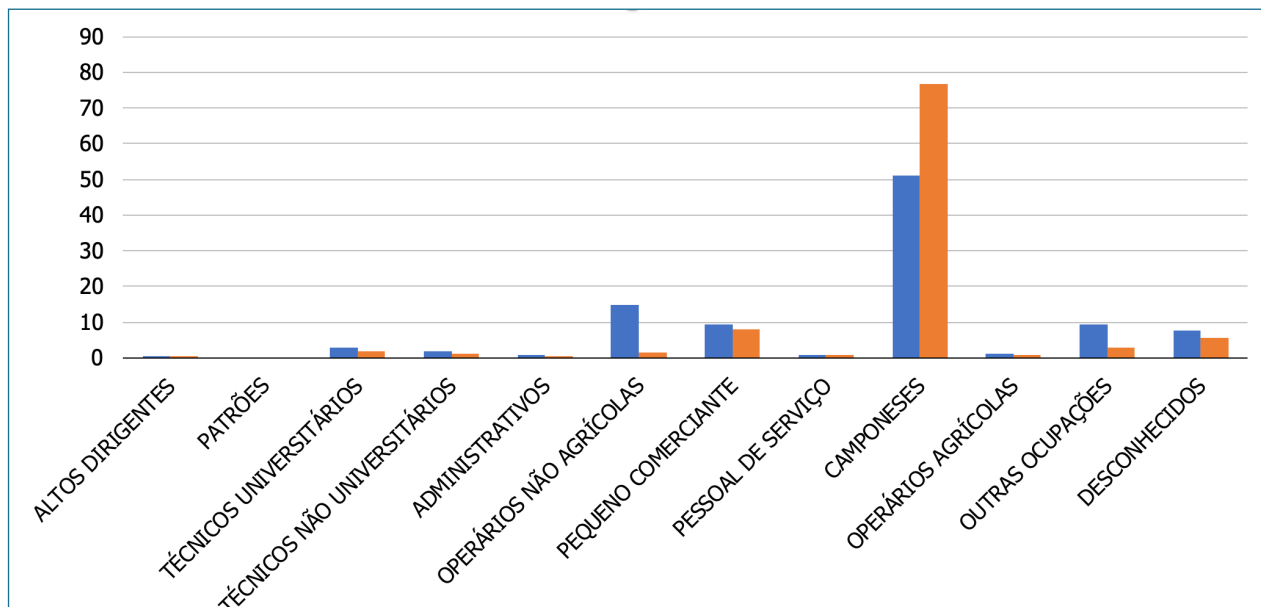
5.6.2. Distribuição Ocupacional por Gênero

Tabela 6: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais por sexo. Qual foi a sua principal tarefa (ocupação principal) nessa semana (de 24 a 30 de julho) ou da última vez que trabalhou?

	No Homens	Porcentagem Homens	Porcentagem válida Homens	No Mulheres	Porcentagem Mulheres	Porcentagem Válida Mulheres
Altos dirigentes	15 452	0,2	0,4	6 190	0,1	0,2
Patrões	532	0,0	0,0	191	0,0	0,0
Técnicos universitários	115 613	1,7	2,8	73 022	0,9	1,8
Técnicos não universitários	73 172	1,1	1,8	50 327	0,7	1,3
Administrativos	33 157	0,5	0,8	23 304	0,3	0,6
Operários não agrícolas	614 125	9,2	14,8	55 597	0,7	1,4
Pequeno comerciante	395 532	5,9	9,5	321 233	4,2	8,0
Pessoal de serviço	30 968	0,5	0,7	27 956	0,4	0,7
Camponeses	2 115 374	31,7	51,0	3 092 409	40,2	76,8
Operários agrícolas	43 318	0,6	1,0	34 637	0,5	0,9
Outras ocupações	387 929	5,8	9,4	109 714	1,4	2,7
Desconhecidos	320 467	4,8	7,7	230 280	3,0	5,7
Total	4 145 638	62,2	100,0	4 024 859	52,3	100,0
Faltantes	2 523 745	37,8		3 668 529	47,7	
Total	6 669 383	100,0		7 693 388	100,0	

Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 10: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais por sexo



Fonte: INE, Censo 2017.

Quando a estrutura de ocupações é observada a partir da distribuição de gênero, pode-se perceber na Tabela 6 e na Figura 10 uma vasta mudança neste padrão. As mulheres são sobrerrepresentadas no grupo ocupacional de camponeses e sub-representadas nos outros grupos. Por um lado, de todas as mulheres, 76,8% estão na posição de camponesas, enquanto apenas 51,0% dos homens estão na mesma ocupação. Por outro lado, vemos que nas ocupações que tradicionalmente detêm um maior prestígio social (Gazeboom e Treiman, 1996) as mulheres estão sub-representadas. É o caso das ocupações de Altos Dirigentes, Técnicos Universitários, Técnicos Não Universitários e Operários Não Agrícolas. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019, esta não é uma situação apenas das mulheres moçambicanas, pois nos países da África Subsaariana, as mulheres, de uma maneira geral, têm menor acesso aos mercados de trabalhos formais e a ocupações não manuais do que os homens. Mais adiante, na seção sobre gênero e força de trabalho, retorna-se a esta discussão.

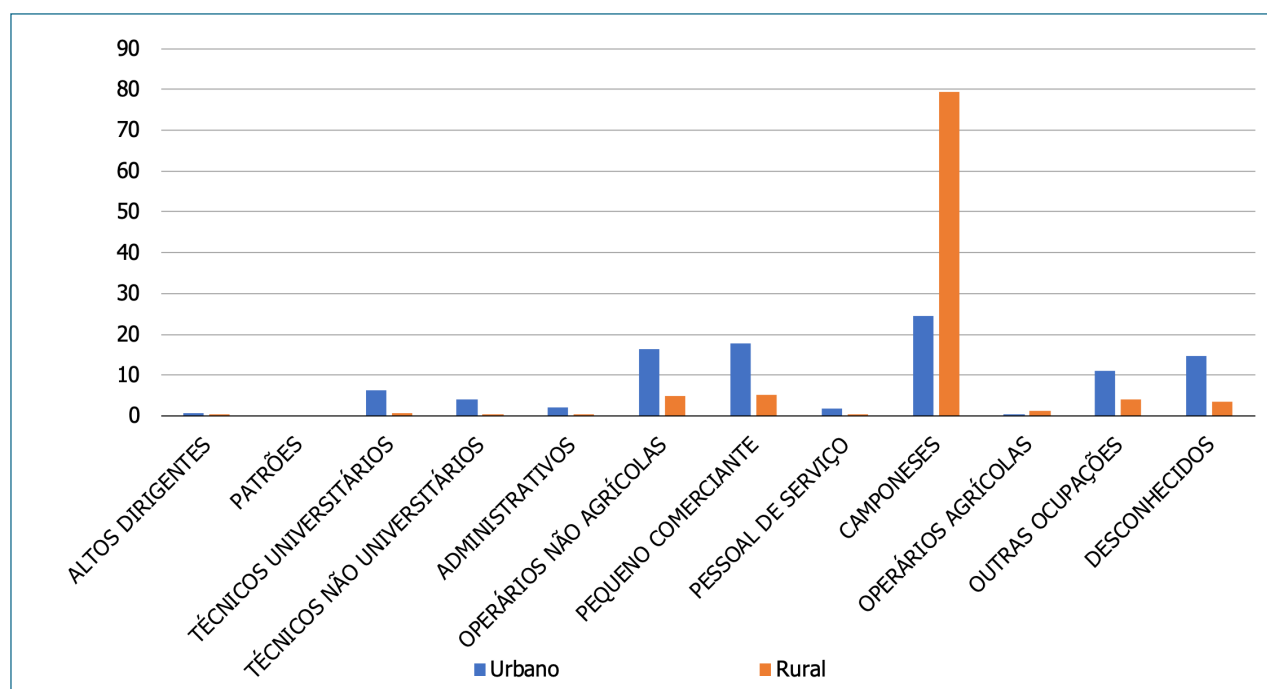
5.6.3. Ocupações por área de residência

Tabela 7: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais por área de residência. Qual foi a sua principal tarefa (ocupação principal) nessa semana (de 24 a 30 de julho) ou da última vez que trabalhou?

	No Urbano	Percentagem Urbano	Percentagem Válida Urbano	No Rural	Percentagem Rural	Percentagem Válida Rural
Altos dirigentes	18 253	0,4	0,8	3 389	0,0	0,1
Patrões	662	0,0	0,0	60	0,0	0,0
Técnicos universitários	145 744	2,9	6,3	42 891	0,5	0,7
Técnicos não universitários	96 654	1,9	4,2	26 845	0,3	0,5
Administrativos	45 826	0,9	2,0	10 635	0,1	0,2
Operários não agrícolas	381 647	7,5	16,5	288 076	3,1	4,9
Pequeno comerciante	410 082	8,0	17,7	306 682	3,3	5,2
Pessoal de serviço	43 767	0,9	1,9	15 156	0,2	0,3
Camponeses	565 134	11,1	24,4	4 642 649	50,2	79,3
Operários agrícolas	9 820	0,2	0,4	68 135	0,7	1,2
Outras ocupações	257 535	5,0	11,1	240 109	2,6	4,1
Desconhecidos	337 994	6,6	14,6	212 753	2,3	3,6
Total	2 313 118	45,2	100,0	5 857 378	63,3	100,0
Faltantes	2 799 978	54,8		3 392 296	36,7	
Total	5 113 096	100,0		9 249 675	100,0	

Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 11: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais por área de residência



Fonte: INE, Censo 2017.

Moçambique demonstra uma grande concentração populacional na área rural e, como era de se esperar, de todos os residentes na área urbana, apenas 45,2% declararam ter uma ocupação principal contra 63,3% dos que residiam na área rural. Dos que declararam residir na área rural, e ter uma ocupação, quase 80,0% afirmaram pertencer ao grupo ocupacional de camponeses, contra cerca de 25,0% dos que residiam na área urbana. Importante registar que mesmo tendo declarado residir na área urbana, cerca de um quarto das pessoas ocupadas declaram pertencer ao grupo ocupacional de camponeses. Da mesma forma, destes que residiam na área urbana, 17,7%, 16,5% e 6,3% são pertencentes ao grupo ocupacional de pequenos Comerciantes, Operários Não Agrícolas e de Técnicos Universitários, respectivamente. É importante lembrar que em torno de 26,0% dos residentes nas áreas urbanas estão cadastrados como tendo Ocupações Não Definidas e outras ocupações - 14,6% e 11,1%, respectivamente.

5.6.4. Distribuição das ocupações por províncias

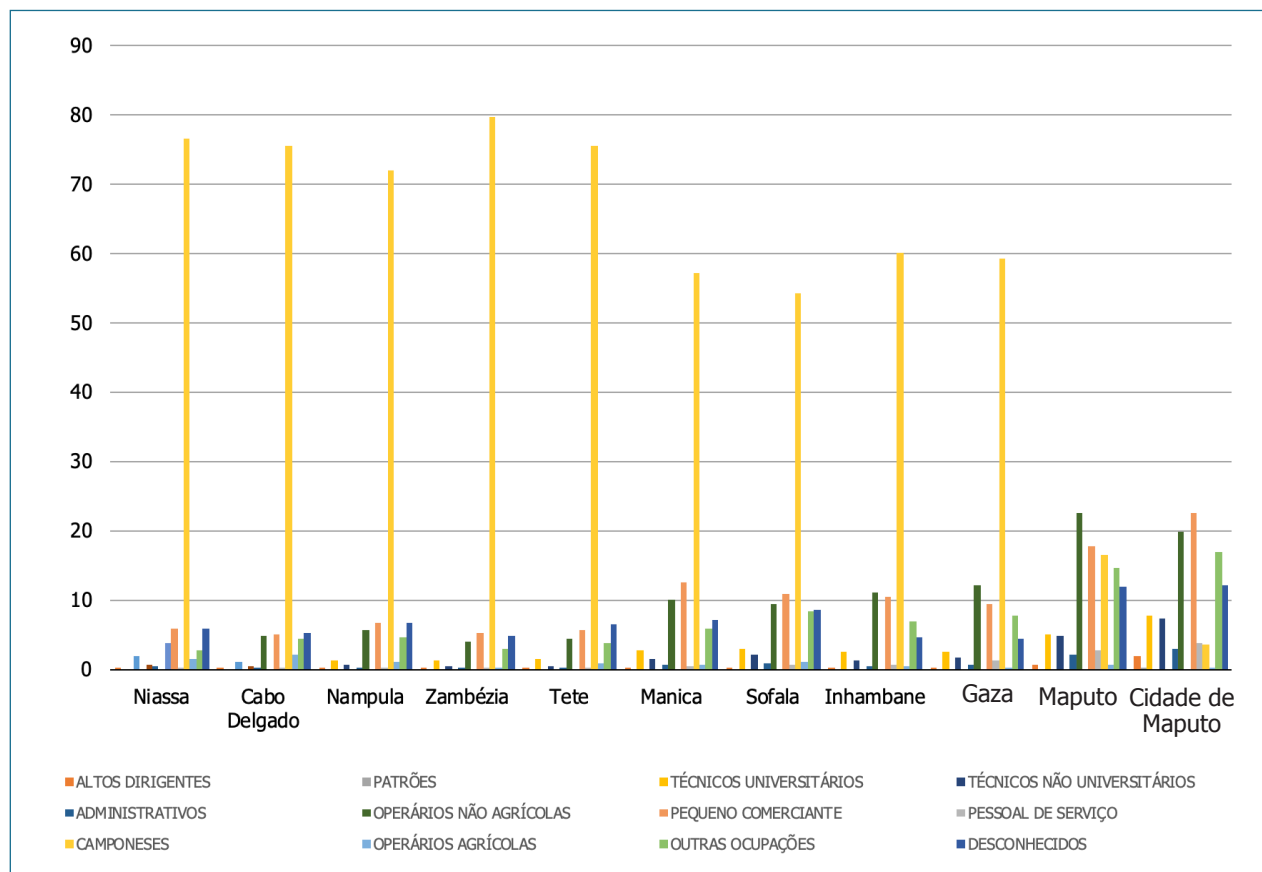
Tabela 8: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais por Províncias. (apenas percentagem válida)

	Niassa %	Cabo Delgado %	Nampula %	Zambézia %	Tete %	Manica %	Sofala %	Inhamitanga %	Gaza %	Maputo %	Cidade de Maputo %
Altos dirigentes	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	,3	0,2	0,2	0,8	2,0
Patrões	0	0	0,0	0,0	,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Técnicos universitários	1,9	1,1	1,4	1,4	1,5	2,9	3,0	2,6	2,5	5,0	7,9
Técnicos não universitários	0,7	0,6	0,7	0,6	0,6	1,5	2,1	1,4	1,7	4,8	7,3
Administrativos	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3	0,8	1,0	0,6	0,7	2,1	3,0
Operários não agrícolas	3,9	4,8	5,8	4,0	4,5	10,2	9,4	11,2	12,1	22,7	20,0
Pequeno comerciante	5,9	5,2	6,7	5,4	5,7	12,6	11,0	10,6	9,5	17,9	22,6
Pessoal de serviço	0,1	,2	0,2	0,1	0,3	0,6	0,7	0,8	1,3	2,8	3,9
Camponeses	76,7	75,5	72,1	79,7	75,6	57,3	54,4	60,1	59,3	16,5	3,7
Operários agrícolas	1,6	2,1	1,2	0,4	1,0	0,8	1,1	0,6	0,3	0,8	0,4
Outras ocupações	2,7	4,5	4,7	3,0	3,9	5,9	8,4	7,0	7,9	14,6	16,9
Desconhecidos	6,0	5,4	6,7	4,9	6,5	7,2	8,7	4,7	4,5	11,9	12,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censo 2017.

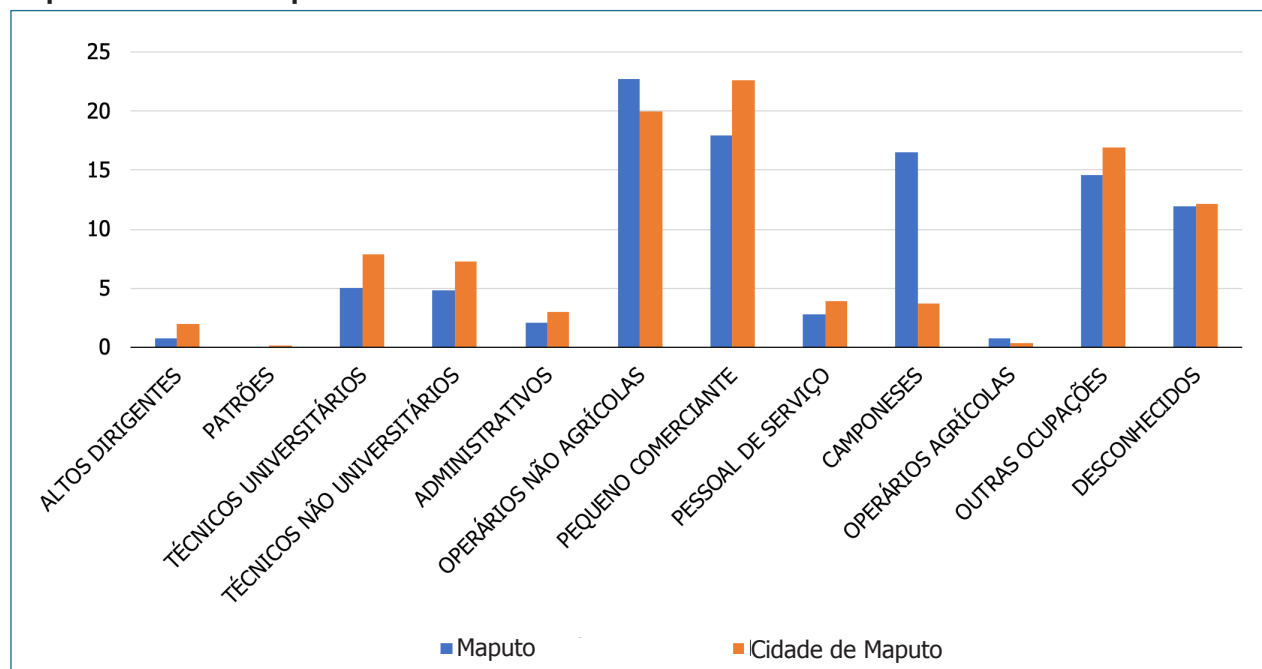
Ao analisarmos as distribuições dos grupos ocupacionais por províncias, percebemos que o grupo ocupacional de camponeses aglutina pelo menos 50,0% da população que declarou ter uma ocupação principal em 9 das 11 províncias, indo de 79,7% em Zambézia a 54,4% em Sofala. As províncias mais ao norte do país, por um lado, são as que demonstram maiores proporções do grupo ocupacional de camponeses. Especificamente Niassa, Cabo Delgado, Zambézia e Tete, as quais registaram as seguintes percentagens: 76,7%, 75,5%, 79,7%, 75,6%, respectivamente. Por outro lado, as províncias que demonstram menores proporções de camponeses são Maputo e Cidade de Maputo, com 16,5% e 3,7%, respectivamente. Observa-se que estas duas últimas províncias apresentam uma diversificação nos grupos ocupacionais bem maior que as restantes do país. Estas províncias que, historicamente, concentram boa parte do setor de serviços governamentais, também fazem fronteira física com África do Sul, país com uma diversificação econômica e ocupacional bem superior, fato que pode influenciar a diversificação ocupacional moçambicana. Já Niassa, Cabo Delgado, Zambézia e Tete mantêm fronteira com Zimbábue e Malawi (Lubaszewski 2019), países com baixa diversificação econômica e baixos índices de Desenvolvimento Humano (PNUD 2019). De acordo com Maola, (2019), para que Moçambique possa modificar esta realidade, seria necessário investir no desenvolvimento urbano, o que requer muitas transformações e tempo para realizá-las através da criação de capacidades institucionais, humanas, tecnológicas e econômicas para a implantação de infraestrutura e serviços adequados à absorção da população.

Figura 12: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais por províncias



Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 13: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais, províncias seleccionadas – Maputo e Cidade de Maputo



Fonte: INE, Censo 2017.

A Figura 13 mostra a distribuição ocupacional para províncias de Cidade de Maputo e Província de Maputo. Percebe-se uma maior diversificação ocupacional nas duas províncias. Cidade de Maputo apresenta uma proporção um pouco maior de Altos Dirigentes, Técnicos Universitários, Técnicos Não Universitários e de Pequenos Comerciantes do que Maputo, a qual, em contrapartida apresenta uma maior proporção de Operários não Agrícolas e de Camponeses.

5.6.5. Distribuição ocupacional e alcance educacional

Nesta seção analisa-se o papel do alcance educacional na posição na ocupação. A construção dos quadros com o maior detalhe possível permite observar esta relação. Isso se faz necessário, dado que tanto as informações sobre ocupação e sobre alcance educacional estão organizadas de forma agregada. O filtro educacional analisado será a declaração se se informa se a pessoa sabe ler e escrever. As informações sobre educação do indivíduo que são as que seguem: se frequenta uma escola, qual o nível escolar mais elevado que frequenta ou frequentou, qual o nível escolar mais elevado que concluiu e se possui nível superior completo. Utiliza-se a informação do nível mais elevado que concluiu além da informação sobre se a pessoa sabe ler e escrever, a qual foi coletada de forma separada de quaisquer um dos níveis educacionais alcançados ou não. A análise se inicia a partir desta última informação para captar o papel do analfabetismo na distribuição ocupacional.

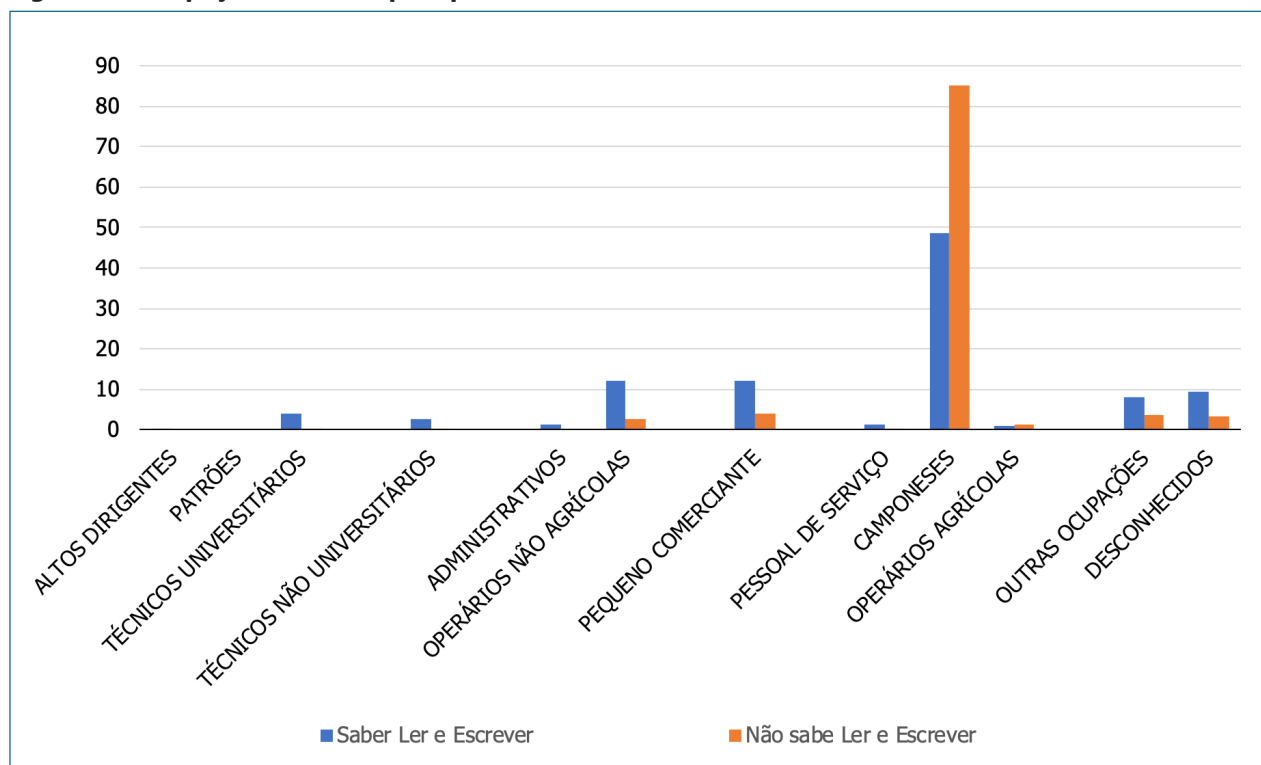
Tabela 9: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais e Saber ler e escrever

Ocupação Principal pessoas com 15 anos de idade e Saber Ler e Escrever							
		Saber Ler e Escrever			Não sabe Ler e Escrever		
		No	Porcentagem	Porcentagem Válida	No	Porcentagem	Porcentagem Válida
	Altos dirigentes	21 401	0,2	0,4	241	,0	,0
	Patrões	712	0,0	0,0	0	0	0
	Técnicos universitários	186 811	2,1	3,9	1 724	0,0	0,0
	Técnicos não universitários	119 239	1,4	2,5	4 159	0,1	0,1
	Administrativos	56 040	0,6	1,2	391	0,0	0,0
	Operários não agrícolas	582 101	6,7	12,2	86 370	1,6	2,6
	Pequeno comerciante	575 573	6,6	12,1	139 238	2,5	4,1
	Pessoal de serviço	54 893	0,6	1,2	3 890	0,1	0,1
	Camponeses	2 307 558	26,6	48,5	2 866 070	51,9	85,1
	Operários agrícolas	40 025	0,5	0,8	37 609	0,7	1,1
	Outras ocupações	374 700	4,3	7,9	121 521	2,2	3,6
	Desconhecidos	440 847	5,1	9,3	107 536	1,9	3,2
	Total	4 759 899	54,8	100,0	3 368 748	60,9	100,0
	Faltantes	3 929 529	45,2		2 158 444	39,1	
	Total	8 689 428	100,0		5 527 193	100,0	

Fonte: INE, Censo 2017.

Dividindo os grupos ocupacionais entre os que declararam saber ler e escrever e os que declararam não saber ler e escrever, temos uma conclusão um tanto óbvia quanto ao efeito da alfabetização na força de trabalho moçambicana. Não saber ler e escrever está altamente associado à possibilidade de estar no grupo ocupacional de Camponeses. Na verdade, como o grupo ocupacional de Camponeses aglutina boa parte da população ocupada, nada mais esperado do que ele também ser representativo para aqueles que também declararam serem alfabetizados.

Figura 14: Ocupação declarada para pessoas com 15 anos de idade ou mais e Saber ler e escrever



Fonte: INE, Censo 2017.

Enquanto os grupos ocupacionais de operários não agrícolas e pequenos comerciantes apresentam percentuais de 12,2% e 12,1% dos trabalhadores alfabetizados, respectivamente, estas mesmas proporções são de 2,6% e 4,1% dos trabalhadores não alfabetizados, nesta ordem. Enquanto os grupos ocupacionais de técnicos não universitários representam 2,5% das pessoas alfabetizadas, eles são apenas 0,1% das analfabetas.

A Tabela 10 e as Figuras 15, 16, 17, 18, 19 e 21 nos mostram a relação entre o nível de escolaridade concluído e o grupo ocupacional a que trabalhadores e trabalhadoras moçambicanos declararam pertencer em 2017. Nesta parte do trabalho selecionou-se observar a distribuição da educação por grupos ocupacionais específicos e que tivessem o maior peso dentro da distribuição de uma maneira geral.

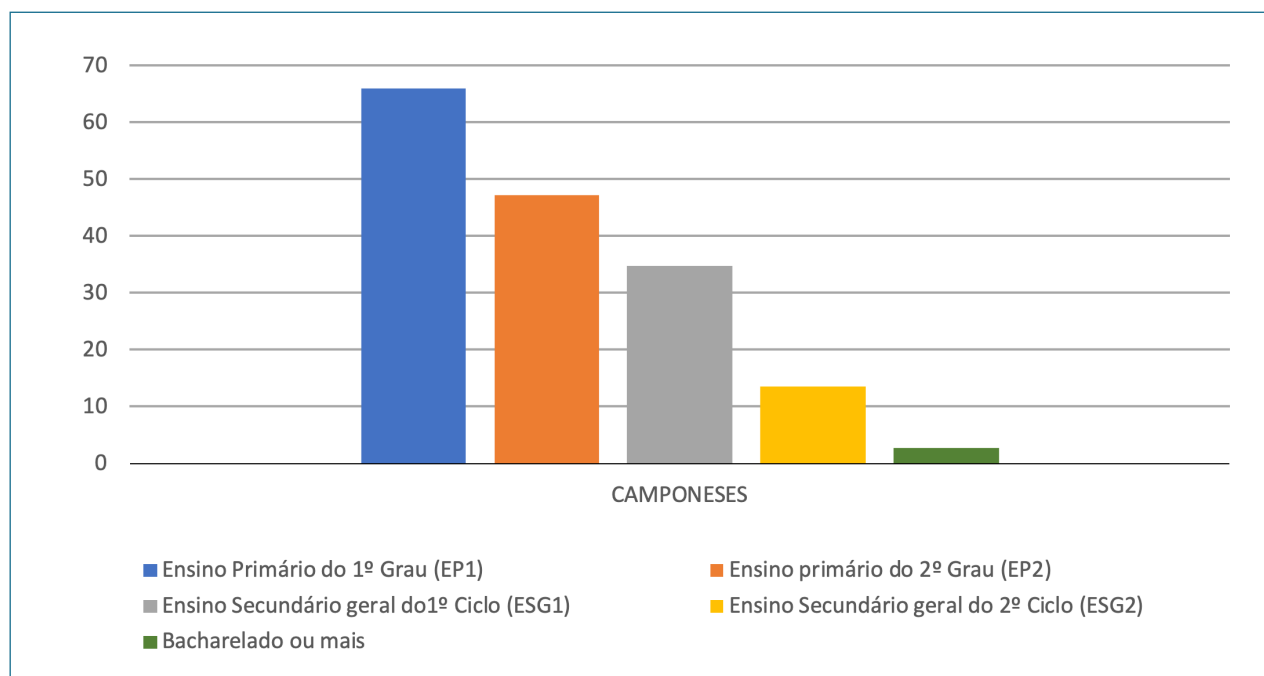
A primeira constatação a ser feita é que a declaração de ter concluído um nível educacional de forma alguma mede a eficácia do sistema escolar do país. Ou seja, declarar ter o Ensino Primário do 1º Grau (EP1) ou ainda o Ensino Primário do 2º Grau (EP2) concluídos quando se tem 15 anos ou mais de idade não significa ter conquistado habilidades cognitivas esperadas para estes ciclos educacionais. (Van der Berg, Maia e Burger 2017). Por outro lado, possuir um determinado nível educacional, representa uma credencial para a sociedade que o legitima e, em última instância, significa poder social com uma base legitimada em credenciais socialmente valorizadas (Collins 1979). Numa sociedade onde a educação é um bem escasso, ter 7 anos de escolarização completos com sucesso (Ensino Primário do 2º Grau (EP2)) pode vir a aumentar as oportunidades de ser um comerciante ou um operário não agrícola comparativamente a ser um camponês.

Tabela 10: Ocupação principal das pessoas com 15 anos de idade ou mais por nível de ensino concluído

	Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	Ensino primário do 2º Grau (EP2)	Ensino Secundário geral do 1º Ciclo (ESG1)	Ensino Secundário geral do 2º Ciclo (ESG2)	Bacharelado ou mais
Altos dirigentes	,0	0,1	0,3	1,3	5,8
Patrões	,0	,0	,0	0,1	0,1
Técnicos universitários	0,2	0,6	1,7	11,0	48,8
Técnicos não universitários	0,3	0,9	3,1	10,0	10,3
Administrativos	0,1	0,3	1,7	6,4	5,1
Operários não agrícolas	9,0	15,4	16,9	15,2	3,1
Pequeno comerciante	10,0	14,9	15,6	13,6	3,2
Pessoal de serviço	0,6	1,5	2,0	2,0	0,4
Camponeses	66,0	47,3	34,7	13,5	2,8
Operários agrícolas	1,1	0,9	0,7	0,3	0,1
Outras ocupações	6,6	9,0	9,6	9,7	3,8
Desconhecidos	5,9	9,0	13,8	17,0	16,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

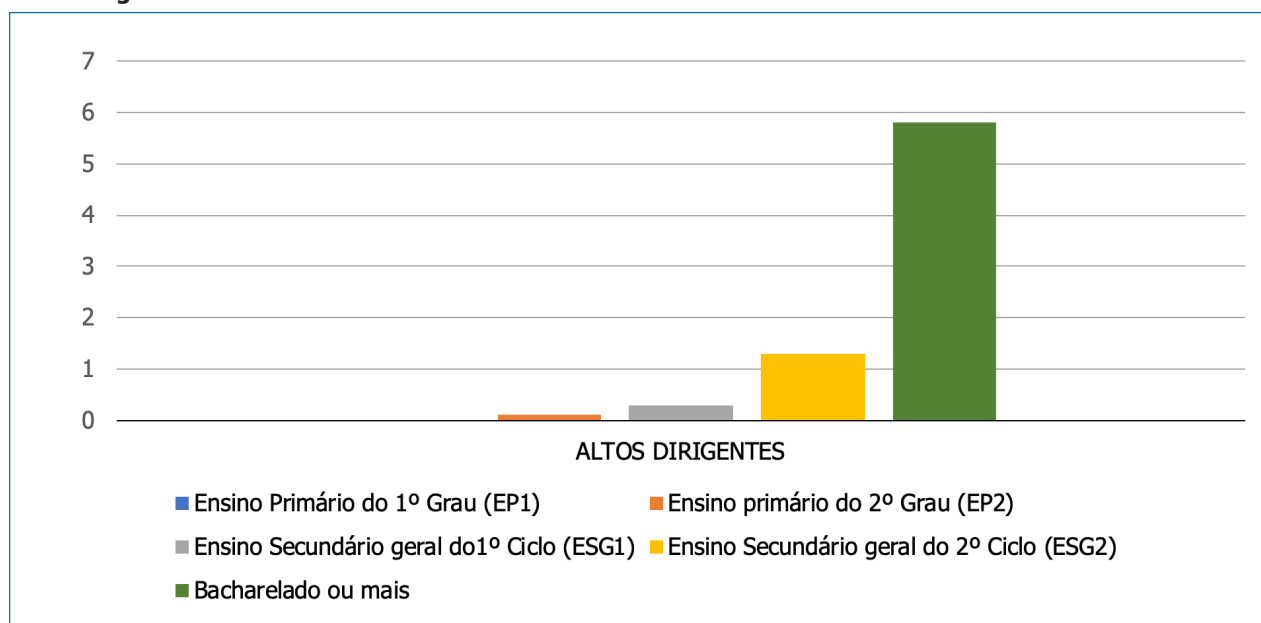
Fonte: INE, Censo 2017.

A primeira análise a ser feita é a relação dos níveis educacionais concluídos com o grupo ocupacional de Camponeses e Alto administrativos. Observando as Figuras 14 e 15 pode-se ver que o grupo ocupacional de Camponês agrega pessoas que concluíram todos os níveis educacionais, sendo que a relação com os níveis educacionais é negativa. Ou seja, quanto maior o nível educacional concluído, menor a proporção neste grupo ocupacional. Partindo de 66,0% para quem concluiu o Ensino Primário do 1º Grau (EP1), até 2,8% para quem obteve o nível de bacharelado.

Figura 15: Ocupação principal das pessoas com 15 anos de idade ou mais por nível de ensino concluído – camponeses

Fonte: INE, Censo 2017.

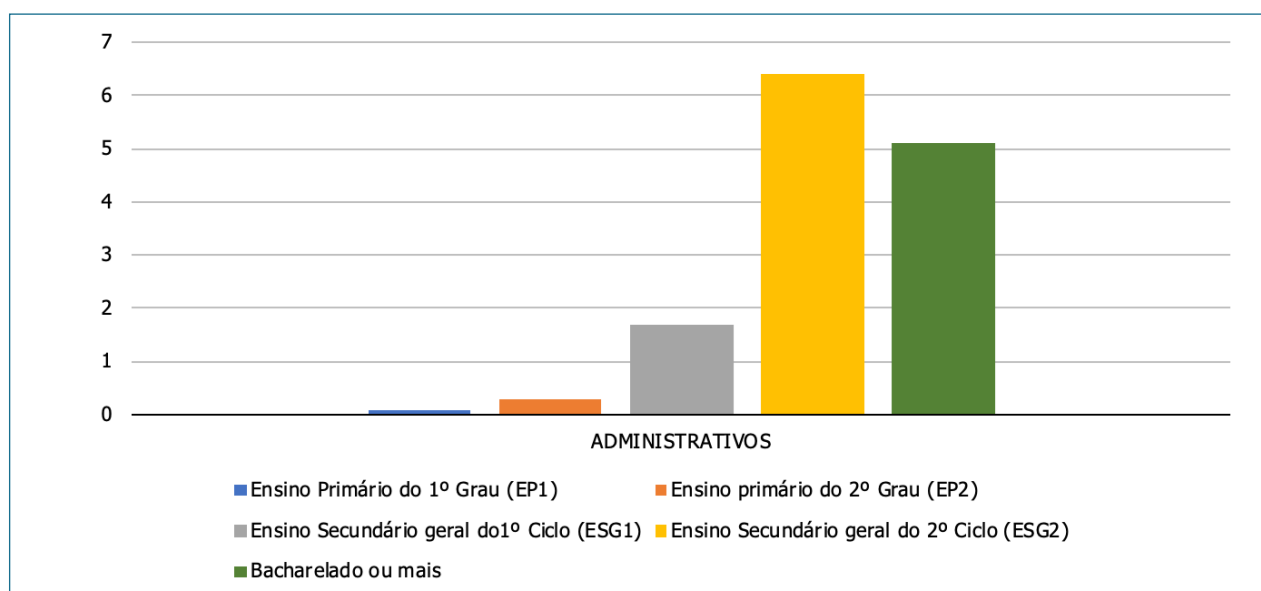
Figura 16: Ocupação principal das pessoas com 15 anos de idade ou mais por nível de ensino concluído – altos dirigentes



Fonte: INE, Censo 2017.

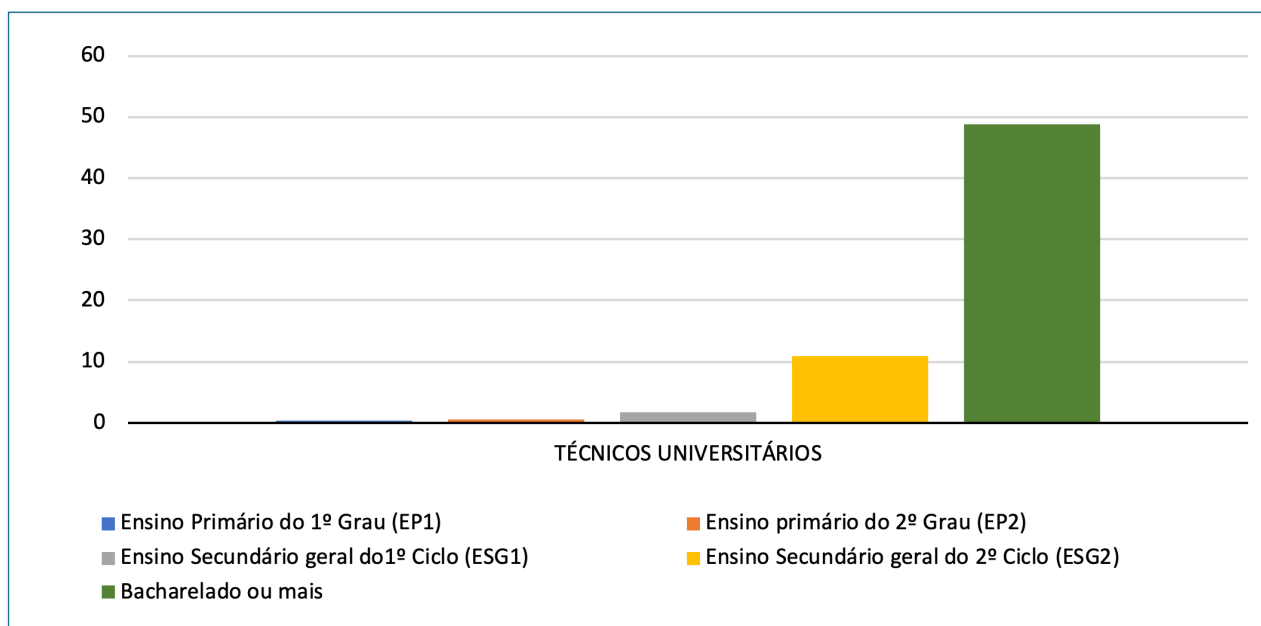
Os altos dirigentes são uma proporção muito pequena da distribuição ocupacional moçambicana, mas a grande maioria destas posições é ocupada por pessoas que possuem nível educacional equivalente a Bacharel ou superior. Uma pequena quantidade é ocupada por aqueles que conseguiram atingir o Ensino Secundário Geral Segundo Ciclo (ESG2), o equivalente a um Ensino Médio. Observa-se ainda uma relação positiva com os níveis educacionais. Quanto maior o nível educacional, maior a proporção neste grupo ocupacional.

Figura 17: Ocupação principal das pessoas com 15 anos de idade ou mais por nível de ensino concluído – administrativos



Fonte: INE, Censo 2017.

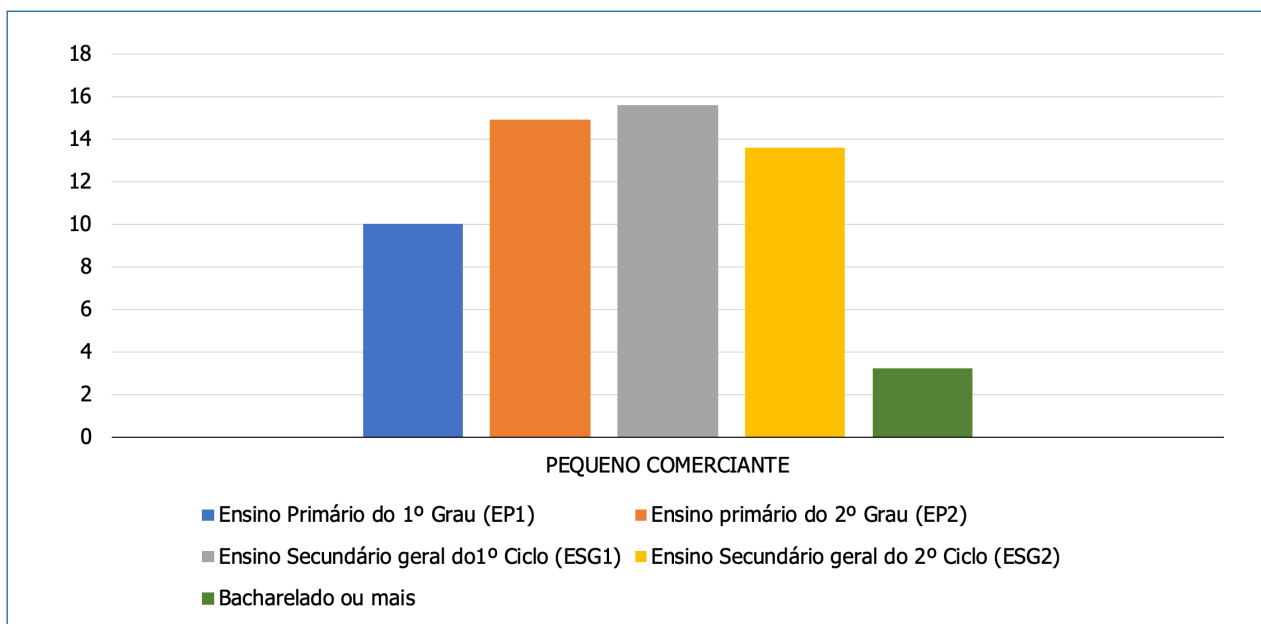
Figura 18: Ocupação principal das pessoas com 15 anos de idade ou mais por nível de ensino concluído – técnicos universitários



Fonte: INE, Censo 2017.

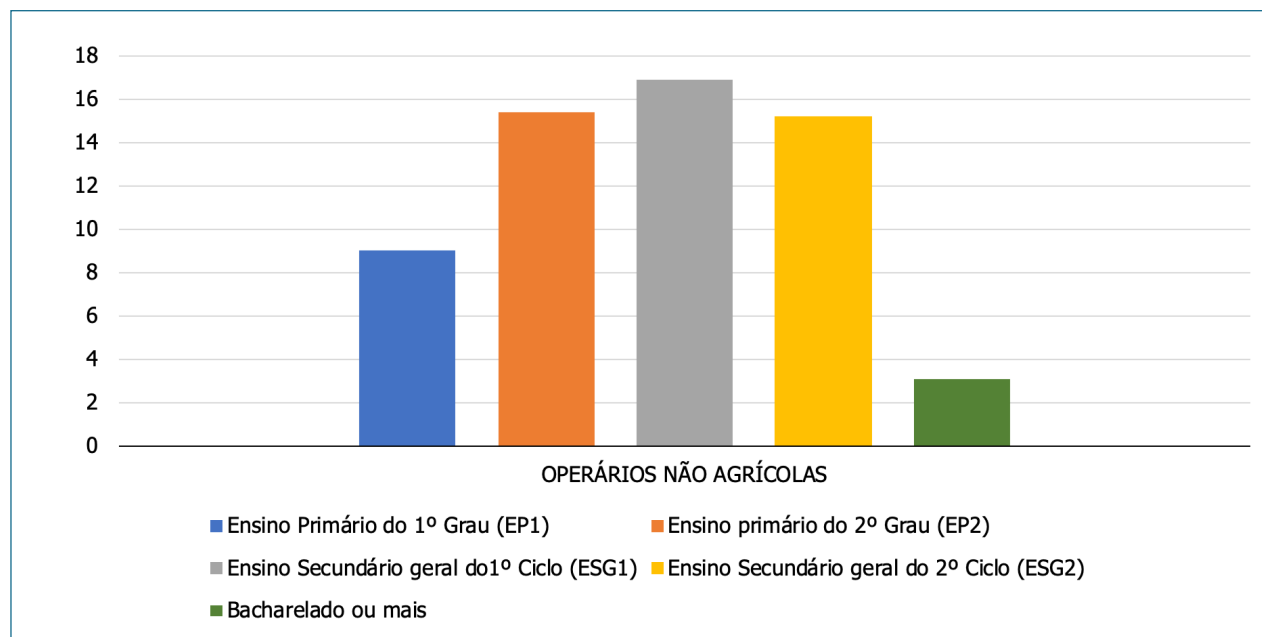
Como o próprio título do grupo ocupacional sugere, o grupo de ocupados como Técnicos Universitários é majoritariamente formado pelos que detêm o nível educacional de Bacharel ou mais. Apesar de ocupar um peso na distribuição dos grupos muito maior que o grupo de Dirigentes, a participação dos níveis educacionais dentro de cada grupo se comporta de forma bastante semelhante. Já no Grupo Ocupacional de Administrativos, possuir o nível educacional de Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo tem um peso mais significativo do que concluir o nível superior.

Figura 19: Ocupação principal das pessoas com 15 anos de idade ou mais por nível de ensino concluído – pequenos comerciantes



Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 20: Ocupação principal das pessoas com 15 anos de idade ou mais por nível de ensino concluído – operários não agrícolas



Fonte: INE, Censo 2017.

Como se observa nas Figuras 18 e 19, estes grupos ocupacionais são compostos por pessoas que concluíram níveis educacionais intermediários: o Ensino Primário do 2º Grau e os Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo (ESG 1) e Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo (ESG 2).

Importante registrar que o grupo de Ocupações Desconhecidas cresce bastante à medida que se move, na Tabela 10, do menor para o maior nível educacional. Claramente, isto corresponde a um crescimento na diversificação ocupacional que, infelizmente, não foi devidamente capturado, dados os problemas metodológicos já mencionados.

5.7. Ramos de atividades

A atividade principal descreve a atividade econômica desenvolvida no local de trabalho. O ramo de atividade econômica é a definição de em qual segmento uma organização atua. De uma maneira geral é separado por três categorias: indústria, comércio e serviços, dentro das quais existem diversas possibilidades de atuação por parte do trabalhador. Ou seja, esta informação permite construir a estrutura dos ramos de atividade do respondente no Censo 2017. Assim como a informação sobre ocupações, a informação sobre ramos de atividades está disponibilizada de forma agregada.

Tabela 11: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do seu local de trabalho

	No	Percentagem	Percentagem Válida
Agricultura, silvicultura e pesca	5 003 070	34,8	61,2
Extração de minas	61 466	0,4	0,8
Indústria manufactureira	218 039	1,5	2,7
Energia	3 491	,0	,0
Construção	156 234	1,1	1,9
Transporte e comunicação	110 497	0,8	1,4
Comércio e finanças	897 679	6,3	11,0
Serviços administrativos	299 867	2,1	3,7
Outros serviços	358 268	2,5	4,4
Desconhecidos	1 061 885	7,4	13,0
Total	8 170 497	56,9	100,0
Faltantes	6 192 274	43,1	
Total	14 362 771	100,0	

Fonte: INE, Censo 2017.

A Tabela 11 mostra a distribuição dos ramos de atividades econômicas. Percebe-se que as atividades que apresentaram a maior proporção das pessoas ocupadas foram Agricultura, Silvicultura e Pesca com 61,2%, Comércio e Finanças com 11,0% e desconhecidos chegando a 13,0% de toda a distribuição. Analisando os arquivos de documentação da base de dados do Censo 2017², observa-se que várias das atividades que estão cadastradas como desconhecidas, notadamente atividades ligadas a saúde e educação, dentre outras, foram aglutinadas. É uma pena não poder analisá-las e, em especial, compará-las com os Censos anteriores e poder verificar suas transformações, pois são atividades econômicas de fundamental importância para o desenvolvimento social.

²ANEXO 8_Actividades Económicas_3 Dígitos e Agrupamentos_FT07122021_CODigos.

5.7.1. Atividade por sexo e Área de Residência

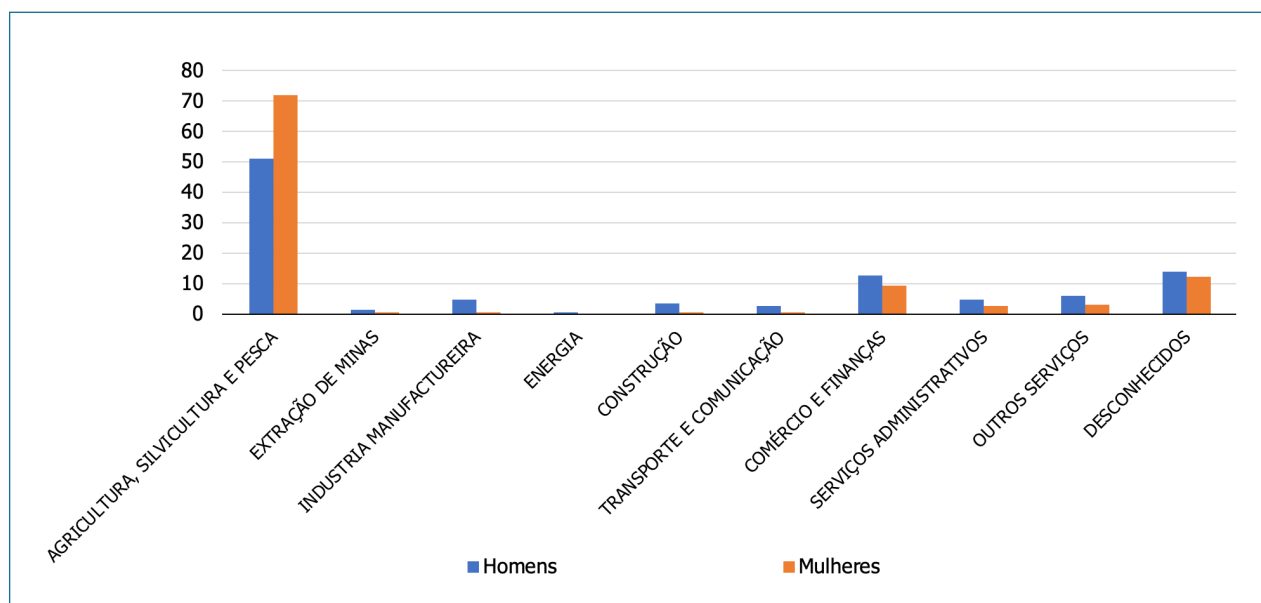
Tabela 12: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho, por sexo e área de residência

	Homens	Mulheres	Urbano	Rural
Agricultura, silvicultura e pesca	50,9	71,8	23,2	76,3
Extração de minas	1,3	0,1	,8	0,7
Indústria manufactureira	4,6	0,6	5,0	1,7
Energia	0,1	0,0	0,1	0,0
Construção	3,6	0,2	4,1	1,0
Transporte e comunicação	2,4	0,3	3,5	0,5
Comércio e finanças	12,6	9,3	20,6	7,2
Serviços administrativos	4,8	2,6	10,0	1,2
Outros serviços	5,9	2,9	11,8	1,4
Desconhecidos	13,8	12,2	20,9	9,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censo 2017.

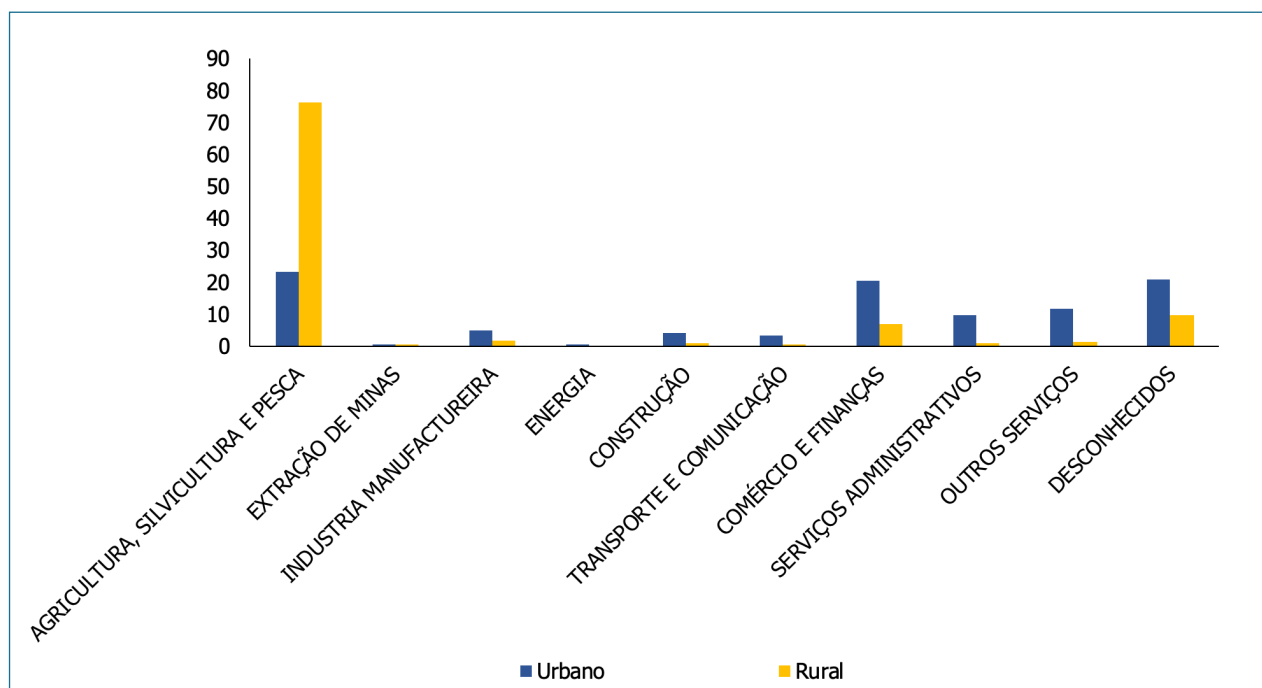
Observando a Tabela 12 e a Figura 21, percebe-se que existe uma concentração da atividade económica de Agricultura, Silvicultura e Pesca tanto para mulheres como para homens, representando 71,8% e 50,9% de cada sexo, respectivamente. Esta situação, claro, reflete a própria distribuição de ocupações vista na seção anterior, em que o grupo ocupacional de Camponeses absorve boa parte da população de ocupados nos dois sexos, sendo as mulheres com a maior percentagem. A distribuição segue a seguinte hierarquia, do maior peso relativo para a menor: Comércio e Finanças, Serviços Administrativos, Indústria Manufactureira, Construção e Transporte e Comunicação. Por outro lado, a distribuição toma formas distintas para cada um dos gêneros.

Figura 21: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho, por sexo



Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 22: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho, por área de residência



Fonte: INE, Censo 2017.

Ainda partindo da Tabela 12, mas agora analisando a distribuição das atividades por área de residência conforme a Figura 21, percebe-se que quase 80,0% das atividades económicas realizadas na área de residência rural são Agricultura, Silvicultura e Pesca, e pouco mais de 7,0% são atividades de Comércio e Finanças. Na área urbana, por outro lado, pouco mais de 20,0% estão na atividade de Agricultura, Silvicultura e Pesca, seguido por Comércio e Finanças e Serviços Administrativos com 20,6% e 10,0%, respectivamente. Tanto na área rural como na área urbana tem-se uma concentração em atividades desconhecidas ou outros serviços.

5.7.2. Atividade por províncias

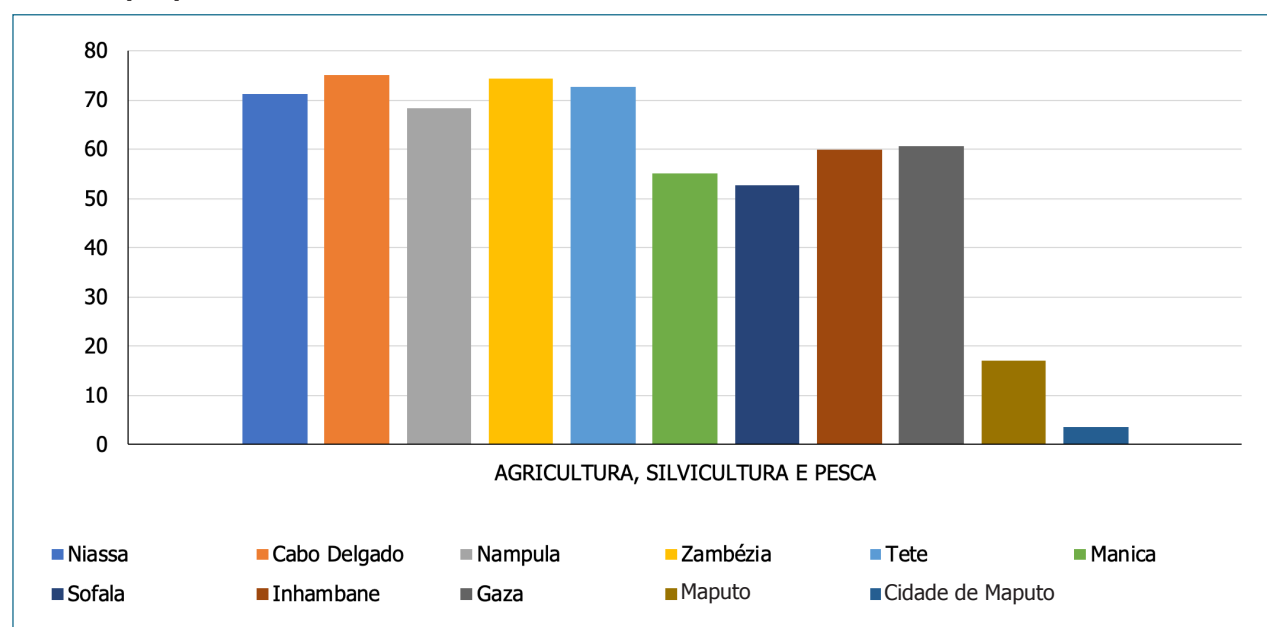
A análise da distribuição dos ramos de atividade por província segue a lógica dos grupos ocupacionais. Desta forma, como as províncias localizadas na região norte (Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete) concentram maior quantidade de trabalhadores pertencentes aos grupos ocupacionais de camponeses, e esperar-se-ia que a atividade de maior concentração fosse a Agricultura, Silvicultura e Pesca. Interessante perceber que em quase todas as províncias existe uma tendência de que a proporção de grupos ocupacionais de camponeses seja proporcionalmente maior do que a proporção de trabalhadores que declararam executar a atividade económica de agricultura, silvicultura e pesca. Por exemplo, comparando a Tabela 8 com a Tabela 13, observa-se que 76,5% da proporção de trabalhadores de Niassa declarou pertencerem ao grupo ocupacional de camponeses, mas apenas 71,4% declararam realizarem as suas atividades no local de Agricultura, Silvicultura e pesca. O mesmo ocorreu para várias das províncias a não ser para Gaza, Maputo e Cidade de Maputo. Este fato reflete a necessidade de um estudo mais detalhado da relação entre estrutura de ocupações e atividade económica, mas em princípio sugere que, mesmo em atividades não agrícolas, haja alguma participação dos ocupados mais típicos do país, os camponeses.

Tabela 13: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho, por província

	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inham-bane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo
Agricultura, silvicultura e pesca	71,4	75,1	68,3	74,4	72,8	55,2	52,7	59,9	60,7	17,1	3,7
Extração de minas	0,4	0,6	0,7	0,5	0,6	1,8	0,3	1,4	1,3	0,8	0,7
Indústria manufactureira	1,3	1,7	2,1	1,6	1,5	3,3	3,5	3,3	2,7	7,2	5,7
Energia	0	0	0	0	0,1	0	0	0,1	0,1	0,2	0,2
Construção	0,7	0,7	1	0,5	0,7	1,9	1,6	2,9	4,9	7	5,6
Transporte e comunicação	0,3	0,8	0,7	0,5	0,6	1,6	2	1,8	1,8	4,3	4,9
Comércio e finanças	8	7,3	9,4	7,2	7,6	14,9	13,6	12,3	10,8	20,5	26,6
Serviços administrativos	3,1	2,1	2	1,7	1,8	4,9	4,9	4,6	5	9,3	12
Outros serviços	1,5	1,5	1,5	2,1	1,6	2,1	4,1	5,9	4,3	4,8	14,7
Desconhecidos	13,3	13,3	10,3	13,7	12,1	12,2	12,2	15,4	9,6	8	18,9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

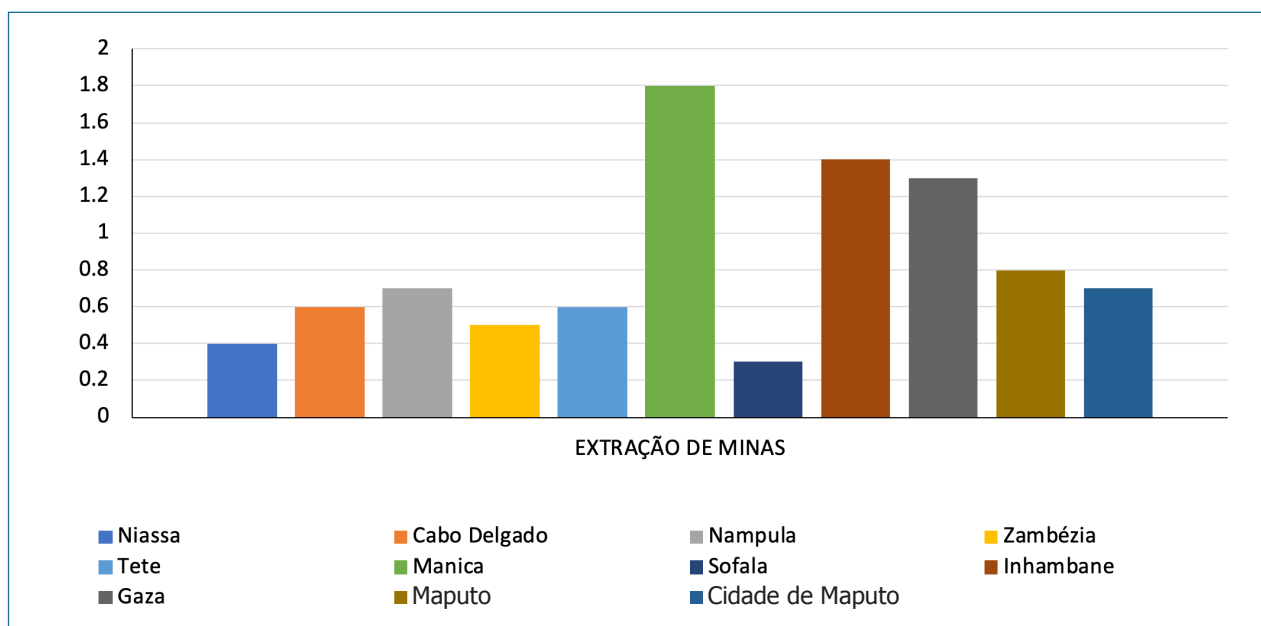
Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 23: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do Local de Trabalho por província



Fonte: INE, Censo 2017.

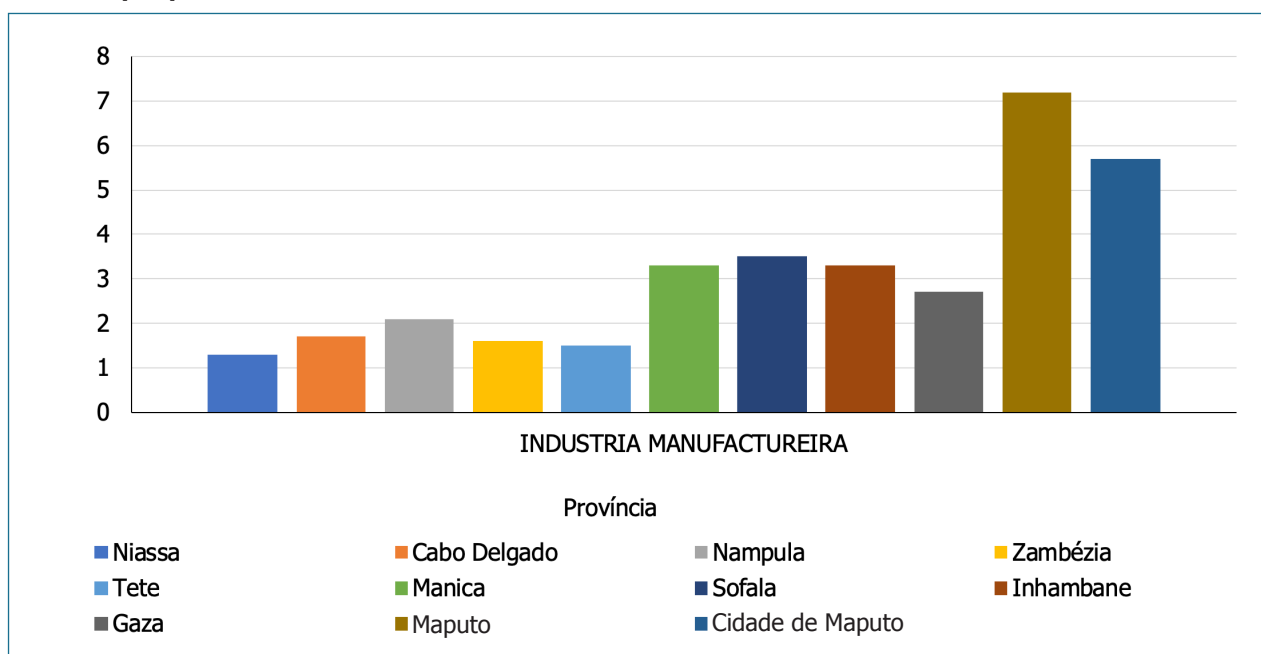
Figura 24: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do Local de Trabalho por província



Fonte: INE, Censo 2017.

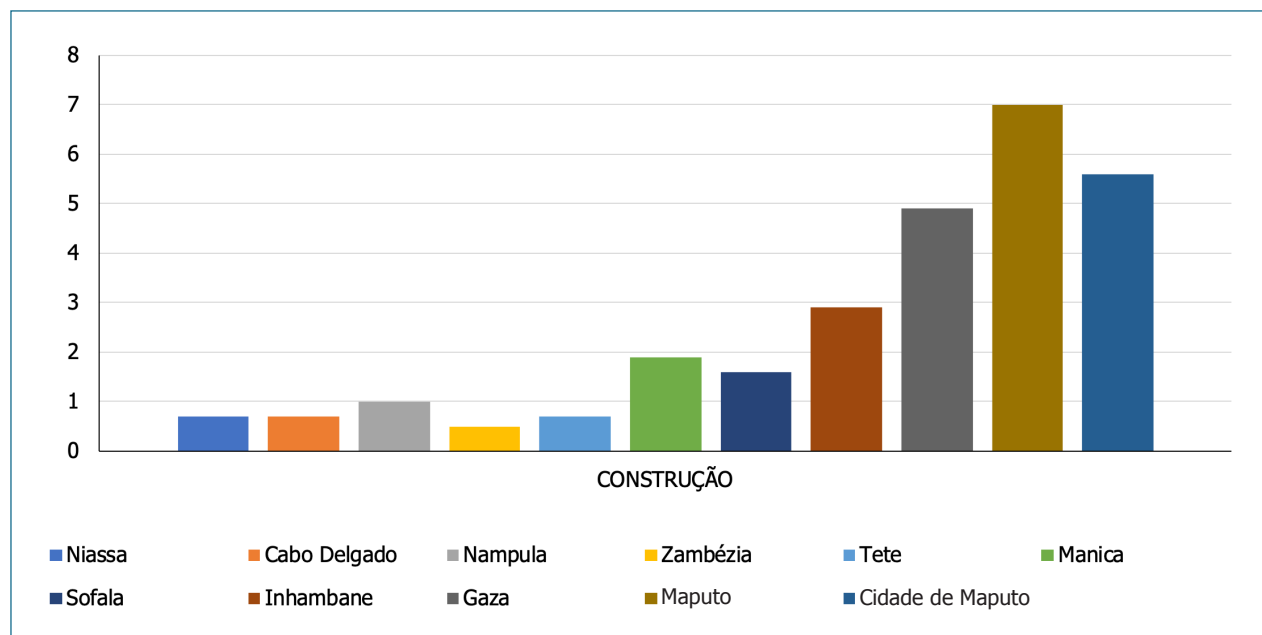
Nas Figuras de 23 a 27 foram seleccionadas algumas atividades para se analisar as suas distribuições, em cada província. Na Figura 24 podemos ver que a atividade de Mineração, por exemplo, é bem mais representativa na província de Manica, seguida pelas províncias de Inhambane e Gaza. Estas três províncias, juntas, concentram quase 50,0% de toda atividade económica de Extração de Minas. Já a Indústria Manufatureira tem uma forte concentração nas Províncias de Maputo e Cidade de Maputo.

Figura 25: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do Local de Trabalho por província – Indústria Manufatureira



Fonte: INE, Censo 2017.

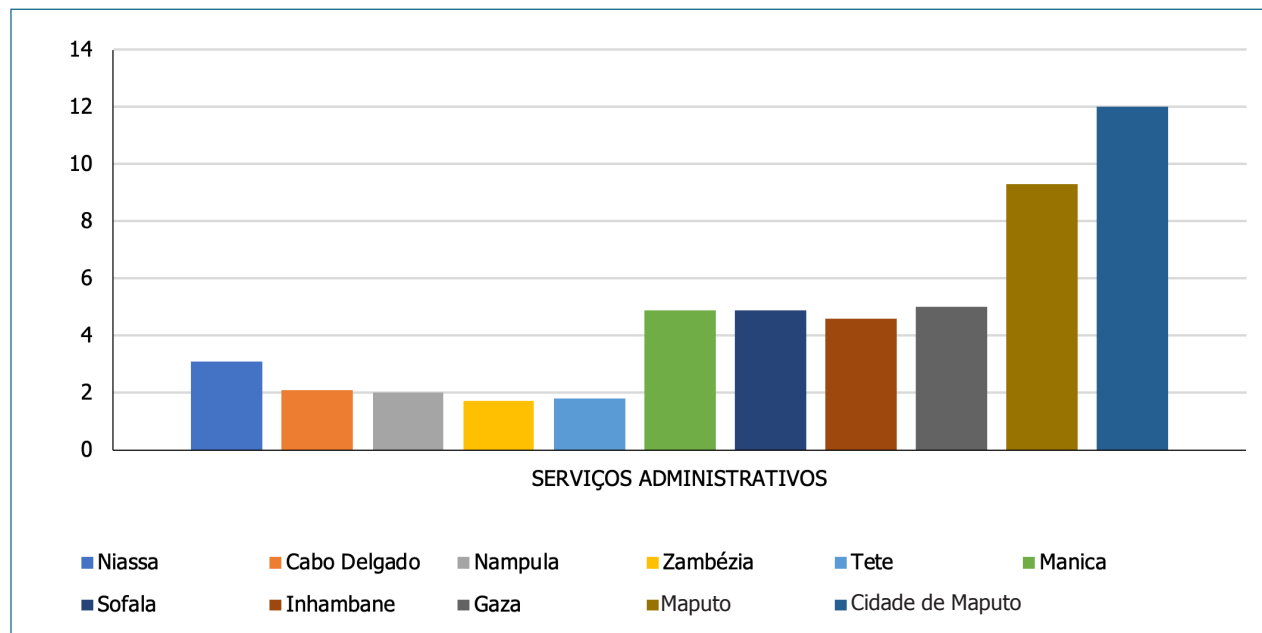
Figura 26: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por província – construção



Fonte: INE, Censo 2017.

Nas Figuras 26 e 27 observa-se uma concentração das atividades da Indústria Manufatureira e da Construção nas províncias de Maputo e Cidade de Maputo. A atividade de Construção também aparece de maneira pronunciada em Gaza.

Figura 27: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por província – serviços administrativos



Fonte: INE, Censo 2017.

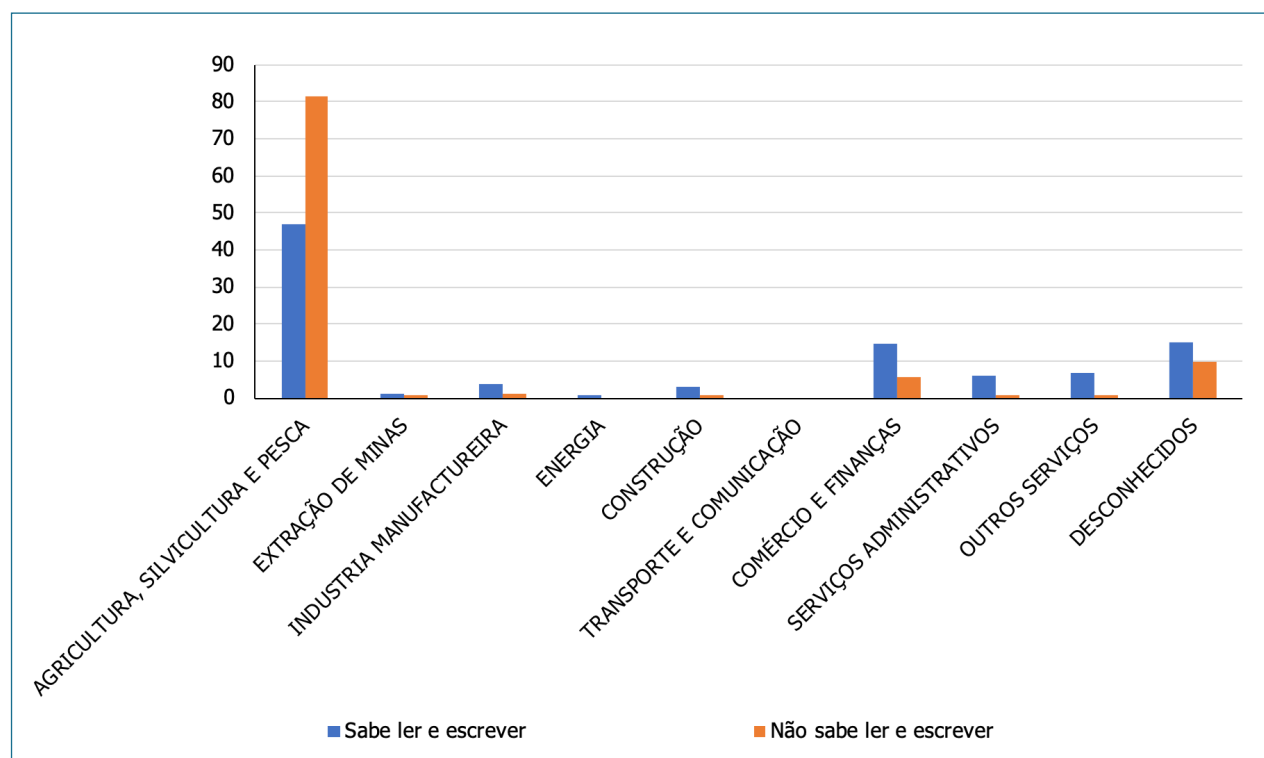
Na Figura 27 percebe-se que os Serviços Administrativos estão também bastante concentrados em atividades situadas nas Províncias de Maputo e Cidade de Maputo e pouco pronunciadas nas províncias de Sofala, Manica e Gaza.

Tabela 14: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade econômica do local de trabalho por nível educacional concluído

	Sabe ler e escrever	Não sabe ler e escrever	Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	Ensino primário do 2º Grau (EP2)	Ensino Secundário geral do 1º Ciclo (ESG1)	Ensino Secundário geral do 2º Ciclo (ESG2)	Bacharelado
Agricultura, silvicultura e pesca	46,9	81,3	64,2	45,9	33,4	12,1	2,4
Extração de minas	1,0	0,4	1,0	1,2	0,9	0,7	0,4
Indústria manufactureira	3,9	1,0	3,1	4,8	5,0	4,3	1,5
Energia	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2
Construção	3,0	0,4	2,3	4,1	3,8	2,9	1,3
Transporte e comunicação	2,2	0,2	1,1	2,4	3,6	4,5	2,1
Comércio e finanças	14,7	5,8	12,4	17,5	18,2	16,6	6,8
Serviços administrativos	6,1	0,2	0,9	2,2	6,0	21,4	44,2
Outros serviços	6,9	0,8	3,5	7,0	8,7	14,0	16,5
Desconhecidos	15,2	9,8	11,6	14,8	20,2	23,3	24,4
Total	100,0	100,00	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 28: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade econômica do local de trabalho por nível

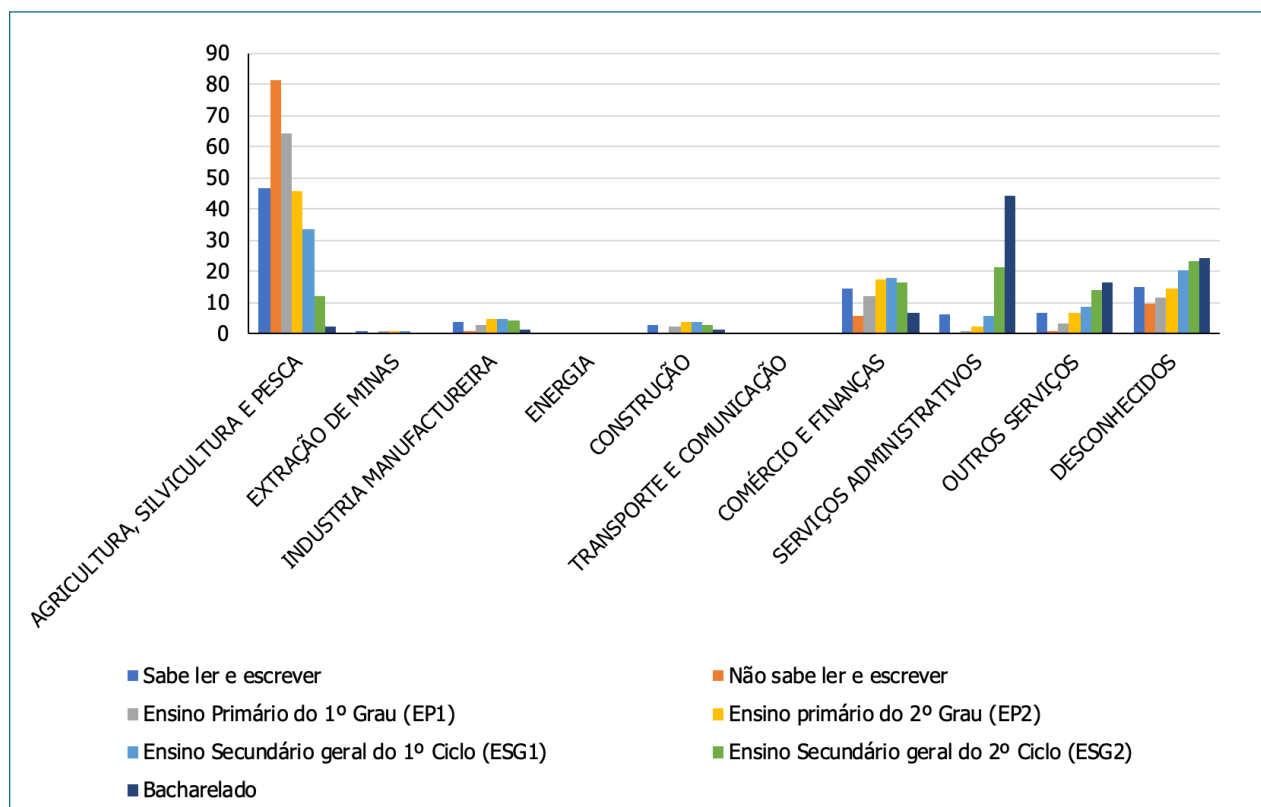


Fonte: INE, Censo 2017.

Podemos perceber, observando a Tabela 14 e a Figura 28, que a atividade Agricultura, Silvicultura e Pesca absorve quase toda a variância da distribuição por atividades econômicas quando distribuídas entre as categorias educacionais Saber

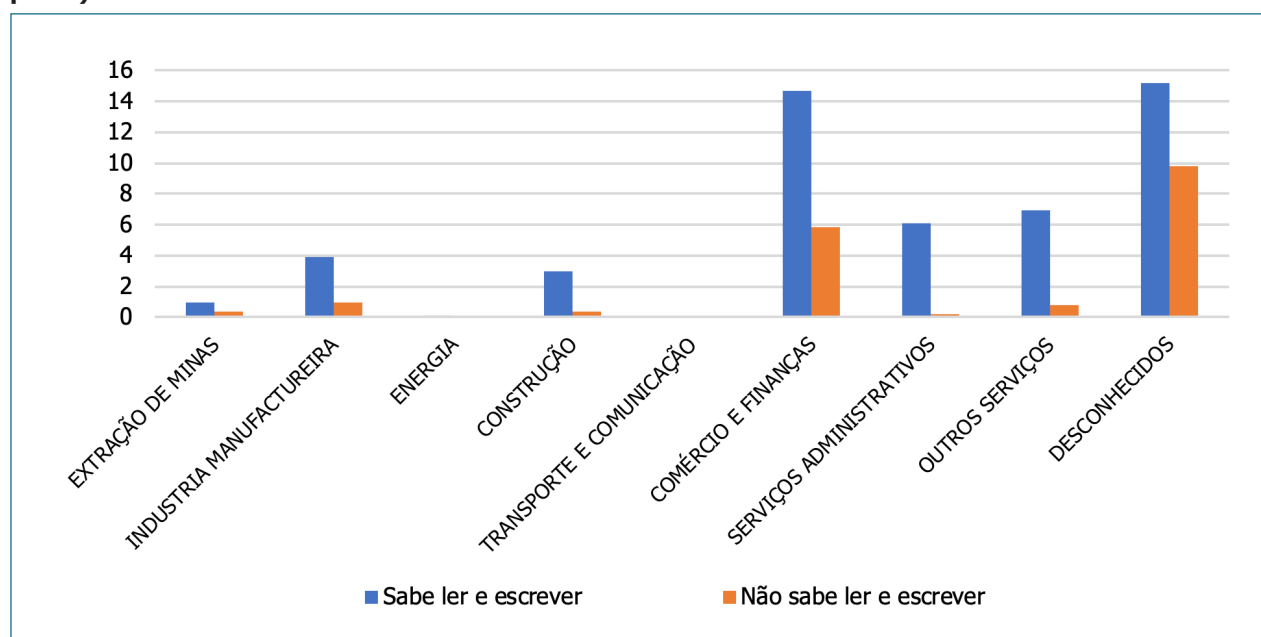
Ler e Escrever e Não saber ler e Escrever. Dos trabalhadores que declararam não saber ler e escrever, 81,3% também declararam desenvolver esta atividade contra 46,9% dos que declararam Saber Ler e Escrever.

Figura 29: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por níveis



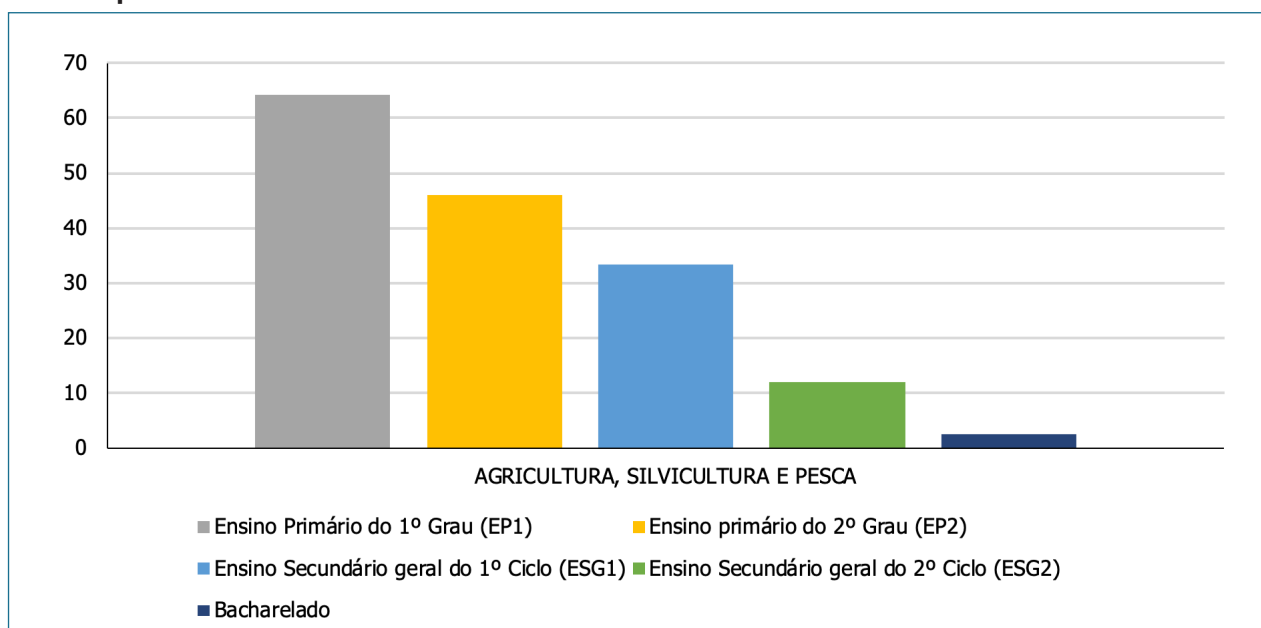
Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 30: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível educacional concluído. Saber ler e escrever (sem a categoria agricultura, silvicultura e pesca)



Fonte: INE, Censo 2017.

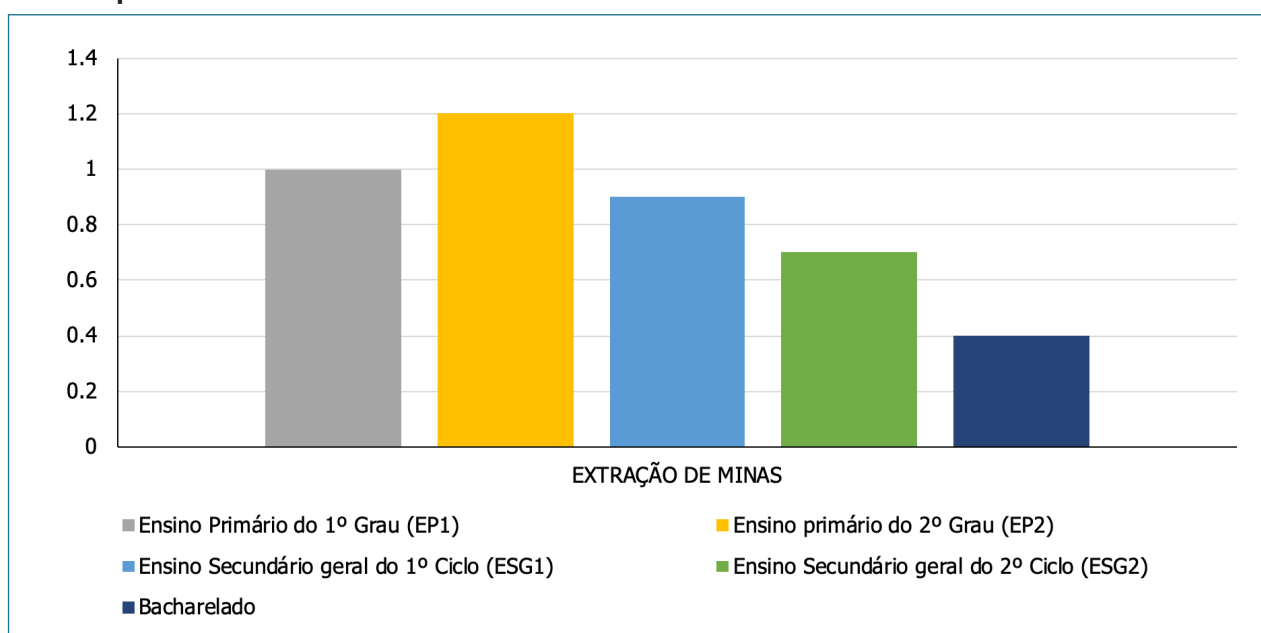
Figura 31: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível



Fonte: INE, Censo 2017.

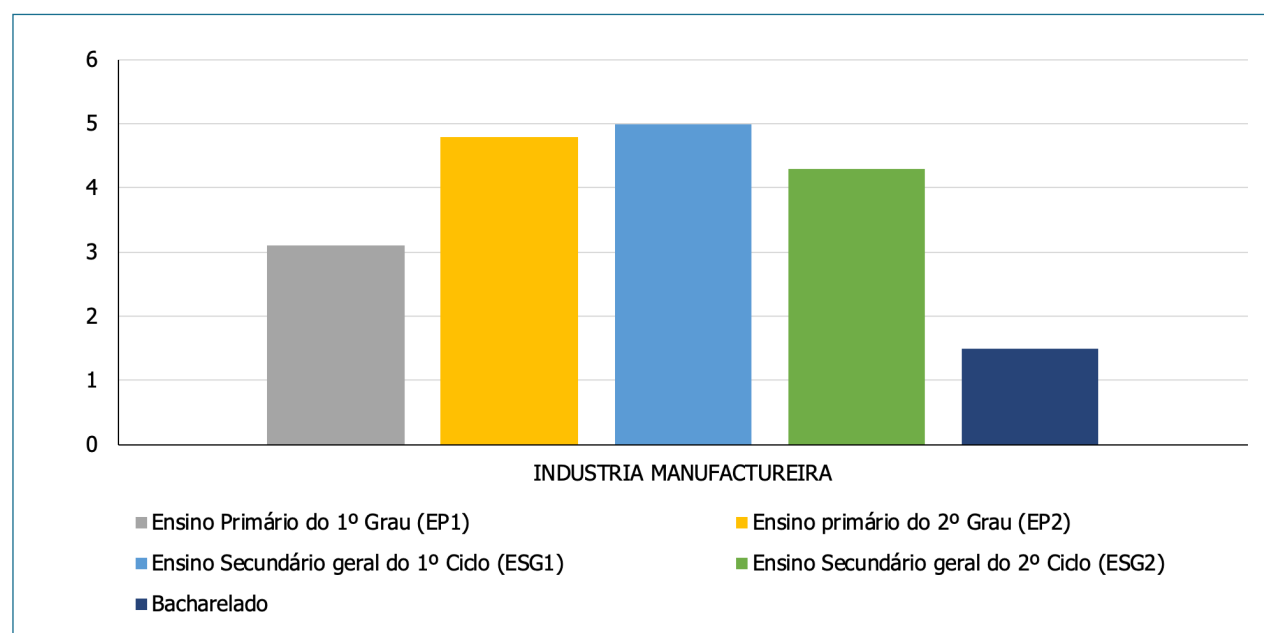
As Figuras 30, 31, 32, 33, 34 e 35 foram criadas com o intuito de observar, a partir das atividades mais importantes na estrutura económica do país, qual é o peso que cada nível educacional concluído tem sobre elas. Pela Tabela 14 percebe-se que a mesma atividade económica de Agricultura, Silvicultura e Pesca tem em sua constituição trabalhadores que declararam possuir o Ensino Primário do 1º Grau (EP1), o Ensino primário do 2º Grau (EP2) e Ensino Secundário geral do 1º Ciclo (ESG1), sendo os seus percentuais de cada uma destas categorias de 64,2%, 45,9%, e 33,4%, respectivamente. Já a atividade Extração de Minas tem uma distribuição de níveis educacionais semelhantes ao anterior, entretanto demonstrando uma concentração no educacional Ensino primário do 2º Grau (EP2). Nas Tabelas 33 e 34 pode -se observar que as atividades Indústria Manufactureira e Construção demonstram uma distribuição dos níveis educacionais bastante semelhantes, com uma concentração no Ensino primário do 1º Grau (EP1) e Ensino primário do 2º Grau (EP2).

Figura 32: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível



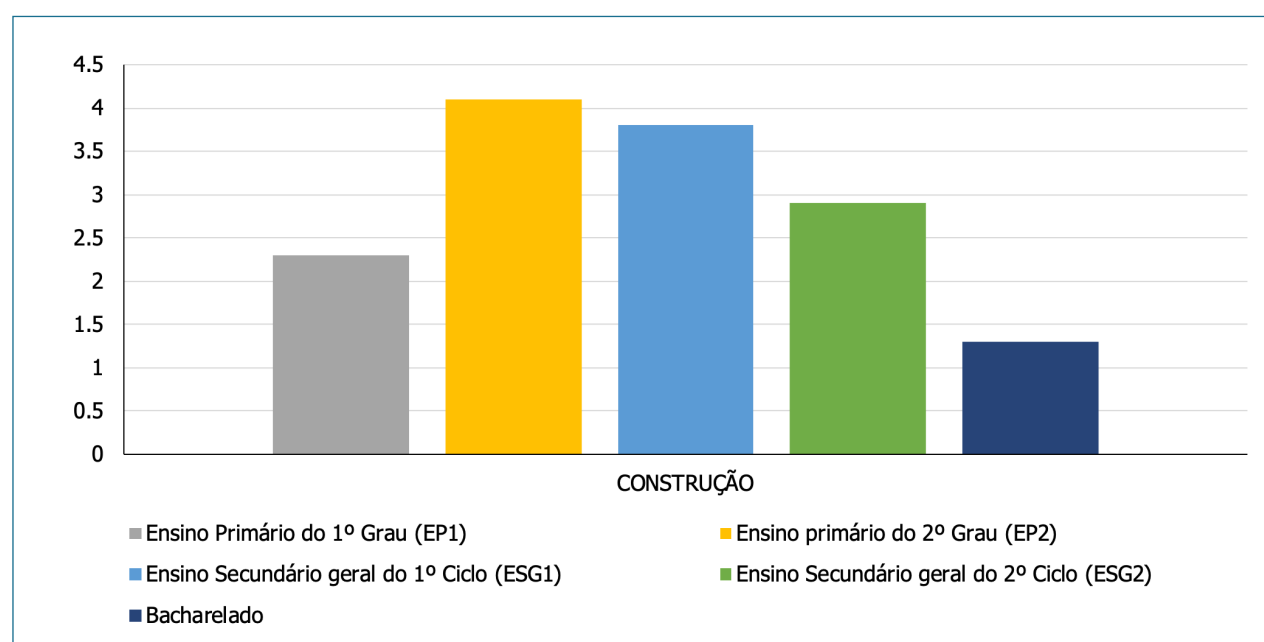
Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 33: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível



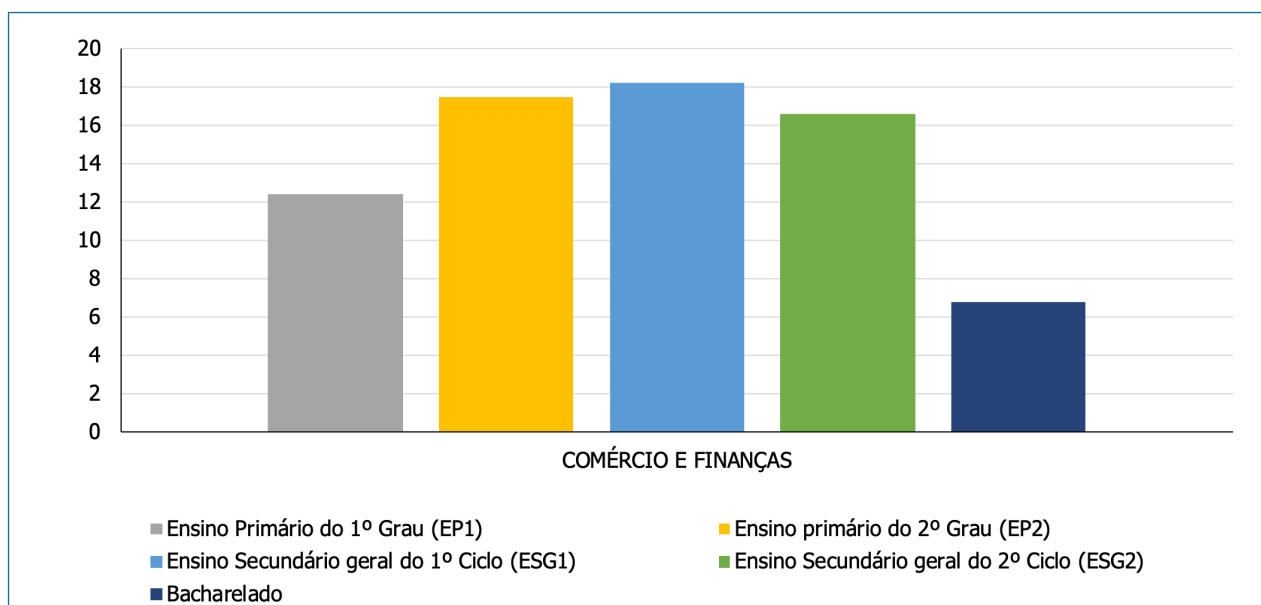
Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 34: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível educacional concluído – construção



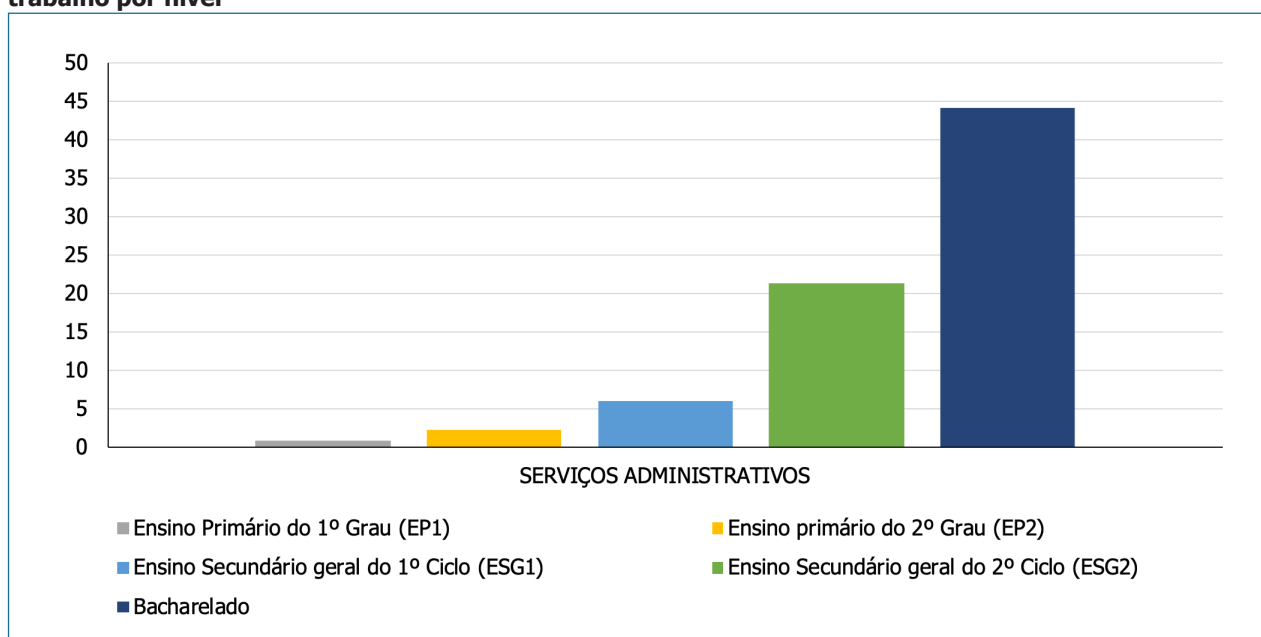
Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 35: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível educacional concluído comércio e finanças



Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 36: Distribuição da população ocupada segundo principal actividade económica do local de trabalho por nível



Fonte: INE, Censo 2017.

Nas Tabelas 35 e 36, que mostram as atividades de Comércio e Finanças e Serviços Administrativos, percebe-se que a atividade económica de Comércio e Finanças tem uma distribuição de trabalhadores que demonstram possuir uma escolarização bem balanceada entre os 3 primeiros níveis educacionais. Já os Serviços Administrativos concentram pessoas com o nível de Bacharelado preponderante. É muito importante perceber que é exatamente neste nível educacional que mais se concentra atividades de Outros Serviços e Desconhecidos.

5.7.3. Posição no processo de trabalho

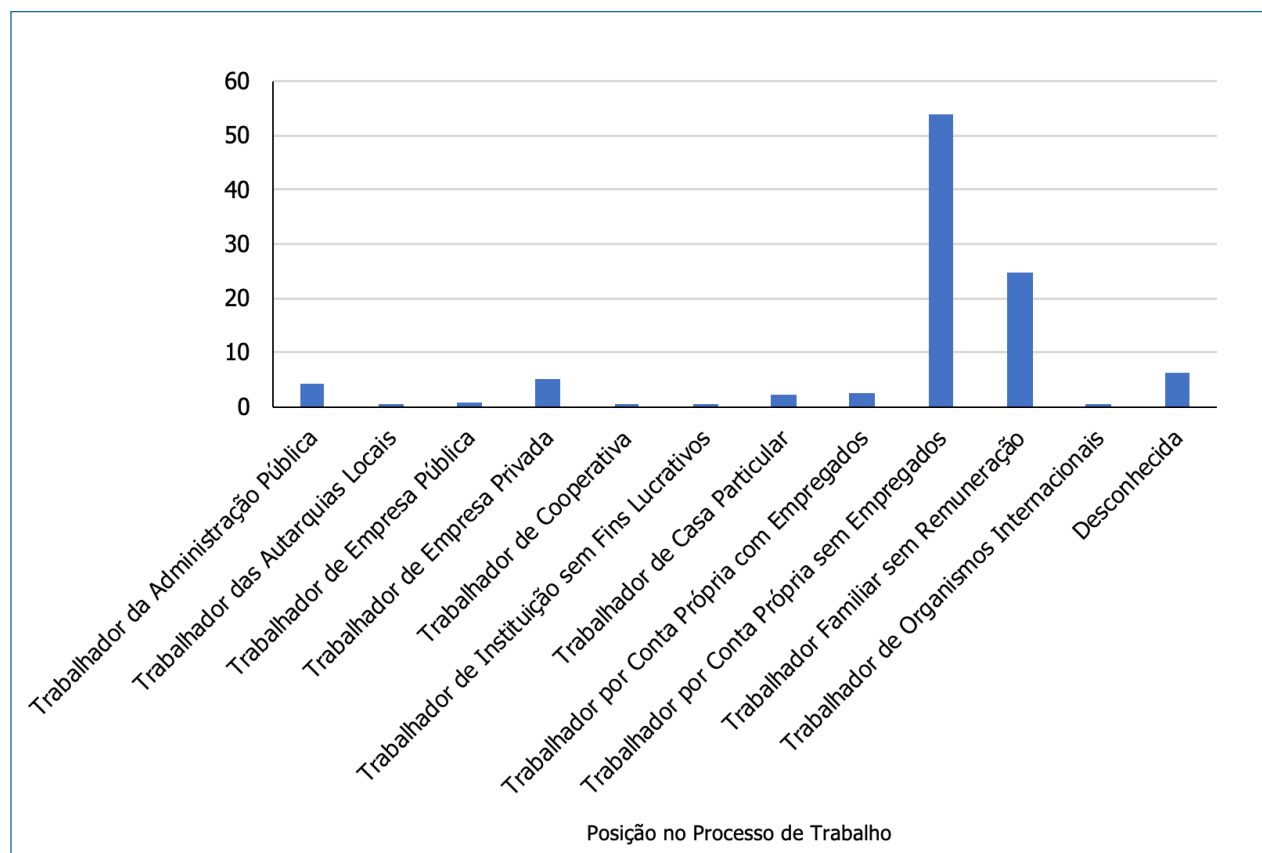
O objetivo desta seção é analisar a posição no processo de trabalho das pessoas ocupadas. Infelizmente esta informação está disponibilizada de forma agregada. A Tabela 15 abaixo apresenta a distribuição das categorias.

Tabela 15: Posição no processo de trabalho

	No	Percentagem	Percentagem válida
Trabalhador da Administração Pública	335 506	2,3	4,1
Trabalhador das Autarquias Locais	10 243	0,1	0,1
Trabalhador de Empresa Pública	63 336	0,4	0,8
Trabalhador de Empresa Privada	425 000	3,0	5,2
Trabalhador de Cooperativa	8 994	0,1	0,1
Trabalhador de Instituição sem Fins Lucrativos	14 617	0,1	0,2
Trabalhador de Casa Particular	175 809	1,2	2,2
Trabalhador por Conta Própria com Empregados	192 418	1,3	2,4
Trabalhador por Conta Própria sem Empregados	4 407 799	30,7	53,9
Trabalhador Familiar sem Remuneração	2 018 709	14,1	24,7
Trabalhador de Organismos Internacionais	4 885	0,0	0,1
Desconhecida	513 180	3,6	6,3
Total	8 170 497	56,9	100,0
Missing (não se aplica)	6 192 274	43,1	
Total	14 362 771	100,0	

Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 37: Posição no processo de trabalho



Fonte: INE, Censo 2017.

A análise da posição no processo de trabalho no mercado de trabalho vem complementar o cenário descrito acima, pois reflete a combinação do surgimento de novas formas de trabalho e da manutenção das antigas a partir de um processo de mudanças estruturais socioeconômicas. Como podemos ver na Tabela 15, as posições Trabalhador por Conta Própria sem Empregados e Trabalhador Familiar sem Remuneração aglutinam quase 80,0% de toda a distribuição. Ou seja, a grande maioria dos trabalhadores declaram estar em numa posição sem nenhuma proteção e quase um terço não ter sequer remuneração, fato que demonstra uma extrema fragilidade e precarização da força de trabalho. Esta situação ainda é mais agravada quando observamos a distribuição por sexo e por área de residência. Mulheres residentes em áreas rurais representam a fração da força de trabalho que está exposta às relações mais precarizadas.

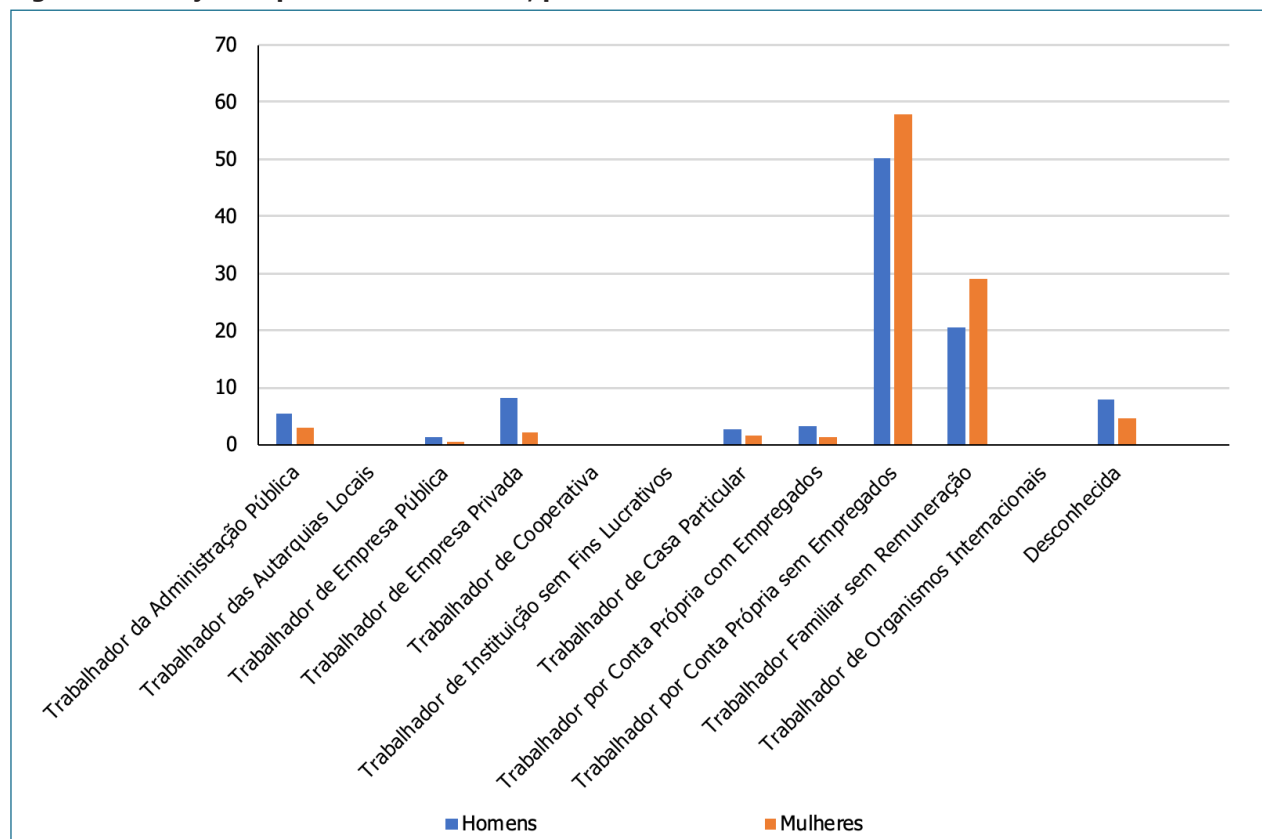
Na Tabela 16, observa-se que são as mulheres que mais detêm as posições Trabalhador por Conta Própria sem Empregados e Trabalhador Familiar sem Remuneração, chegando a somar quase 90,0% de sua distribuição, sendo que estas posições estão bem mais concentradas na área de residência rural do que na área de residência urbana: 90,2% contra 49,3%.

Tabela 16: Posição no processo de trabalho, por sexo e área de residência

	Mulheres	Homens	Rural	Urbano
Trabalhador da Administração Pública	2,9	5,3	1,2	11,4
Trabalhador das Autarquias Locais	0,1	0,2	0,1	0,3
Trabalhador de Empresa Pública	0,4	1,2	0,3	2,1
Trabalhador de Empresa Privada	2,1	8,2	1,5	14,5
Trabalhador de Cooperativa	0,0	0,2	0,1	0,2
Trabalhador de Instituição sem Fins Lucrativos	0,1	0,2	0,1	0,4
Trabalhador de Casa Particular	1,7	2,6	1,0	5,0
Trabalhador por Conta Própria com Empregados	1,4	3,3	1,7	3,9
Trabalhador por Conta Própria sem Empregados	57,8	50,2	59,9	38,8
Trabalhador Familiar sem Remuneração	29,0	20,6	30,3	10,5
Trabalhador de Organismos Internacionais	0,0	0,1	,0	0,1
Desconhecida	4,6	8,0	3,7	12,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

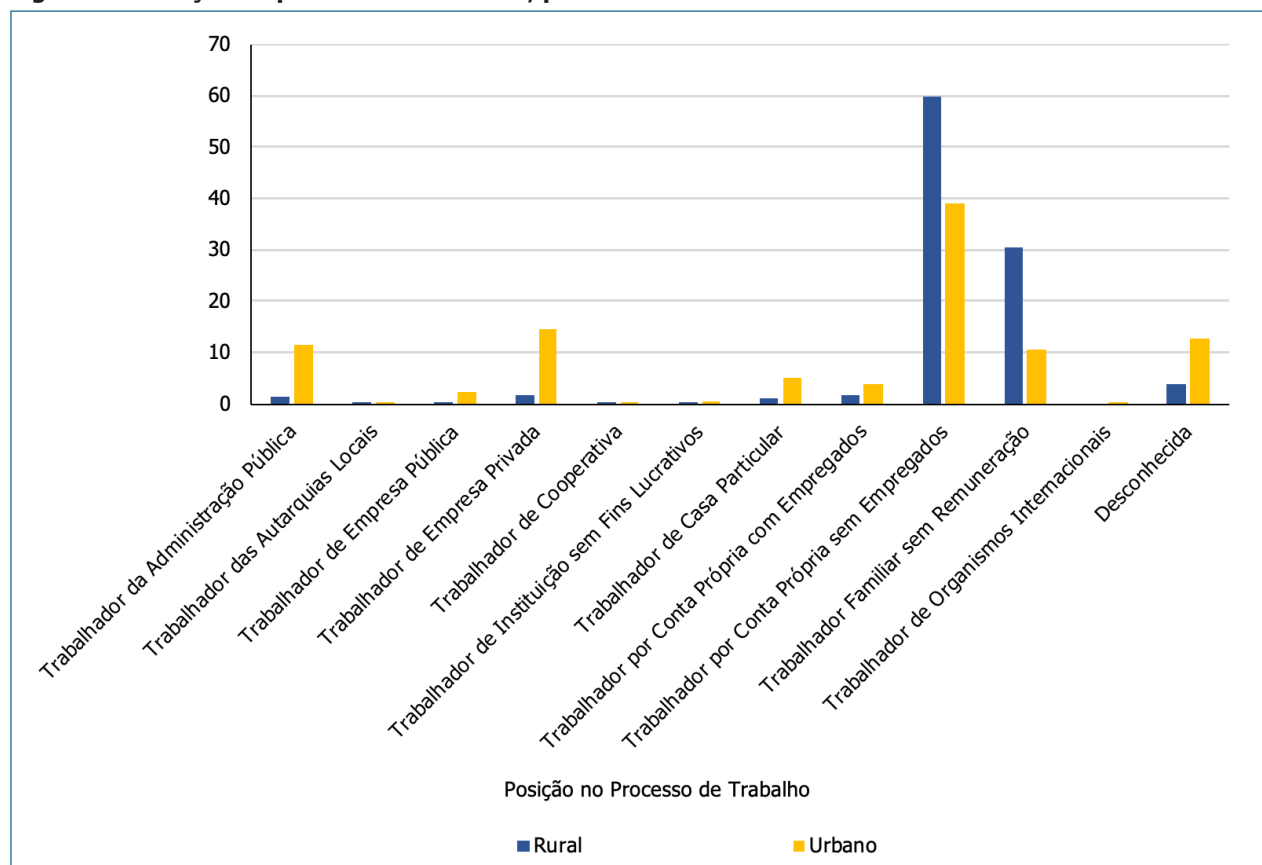
Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 38: Posição no processo de trabalho, por sexo



Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 39: Posição no processo de trabalho, por área de residência



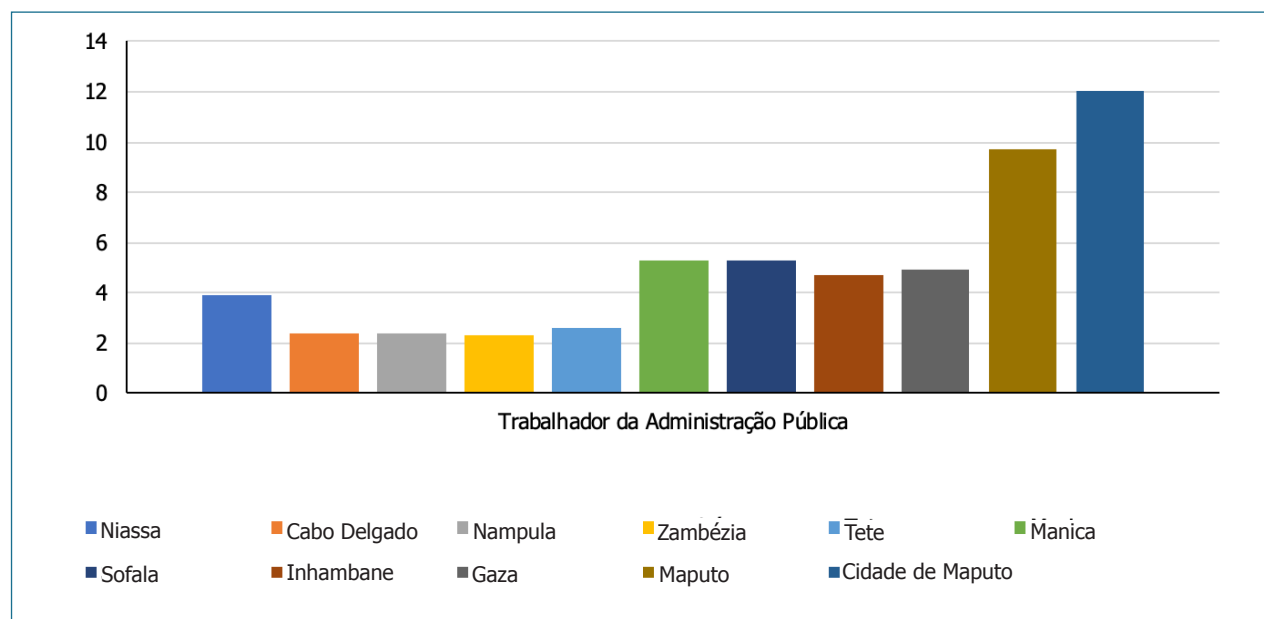
Fonte: INE, Censo 2017.

Tabela 17: Posição no processo de trabalho por províncias

	Niasa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhamitane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo
Trabalhador da Administração Pública	3,9	2,4	2,4	2,3	2,6	5,3	5,3	4,7	4,9	9,7	12,0
Trabalhador das Autarquias Locais	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2
Trabalhador de Empresa Pública	0,3	0,2	0,3	0,2	0,4	0,6	1,2	0,7	1,1	2,9	3,6
Trabalhador de Empresa Privada	1,1	1,4	2,1	1,0	2,5	4,2	8,6	4,8	5,3	20,9	26,3
Trabalhador de Cooperativa	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3
Trabalhador de Instituição sem Fins Lucrativos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2	0,4	0,4	0,7
Trabalhador de Casa Particular	0,9	0,9	0,9	0,8	1,1	2,0	2,4	2,6	3,3	7,4	8,8
Trabalhador por Conta Própria com Empregados	2,0	1,4	1,6	1,6	2,7	2,3	2,5	2,4	3,2	5,1	5,3
Trabalhador por Conta Própria sem Empregados	65,5	61,4	60,8	60,9	55,3	48,4	45,5	50,1	43,5	34,8	30,1
Trabalhador Familiar sem Remuneração	21,1	26,4	24,9	28,8	29,9	29,0	26,3	29,2	32,0	7,6	2,2
Trabalhador de Organismos Internacionais	0,0	,0	,0	,0	,0	,0	,0	0,1	0,2	0,2	0,4
Desconhecida	5,0	5,5	6,6	4,2	5,3	7,4	7,5	4,9	5,8	10,7	10,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

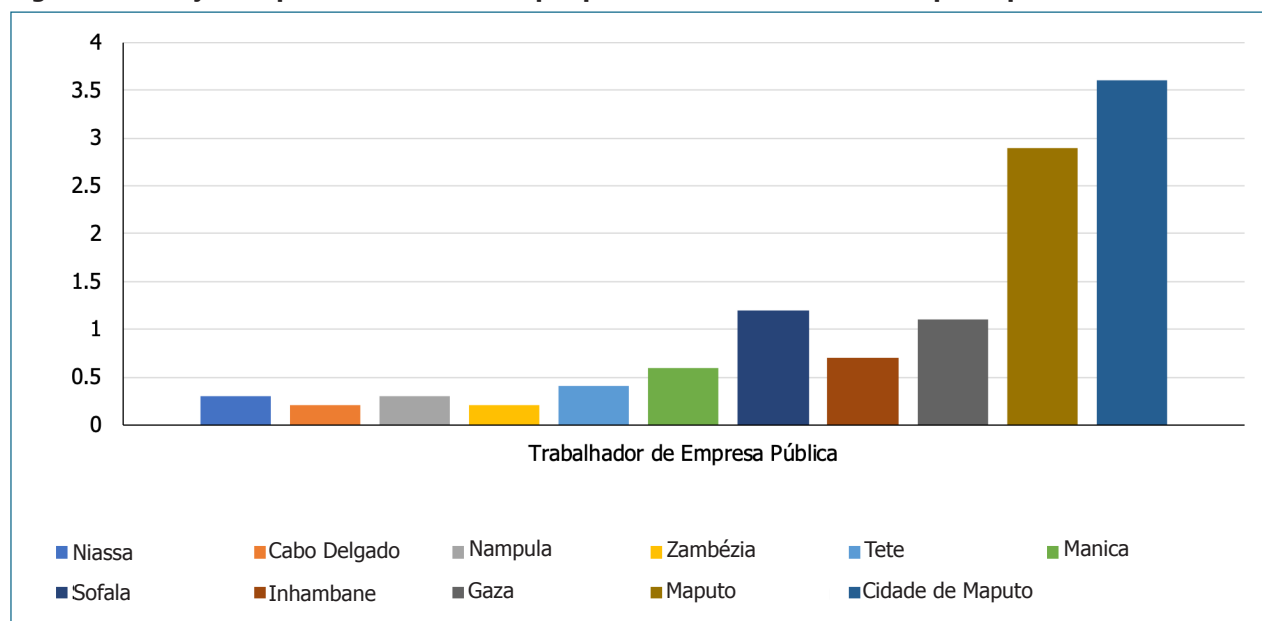
Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 40: Posição no processo de trabalho por província – trabalhador da administração pública



Fonte: INE, Censo 2017.

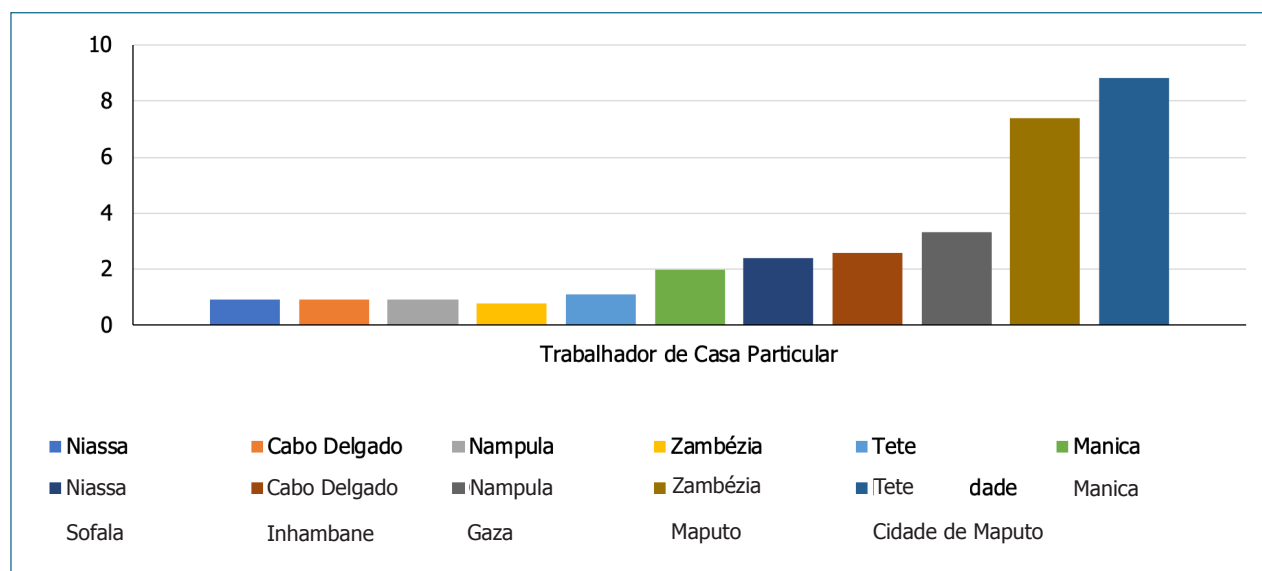
Figura 41: Posição no processo de trabalho por província- trabalhador de empresa privada



Fonte: INE, Censo 2017.

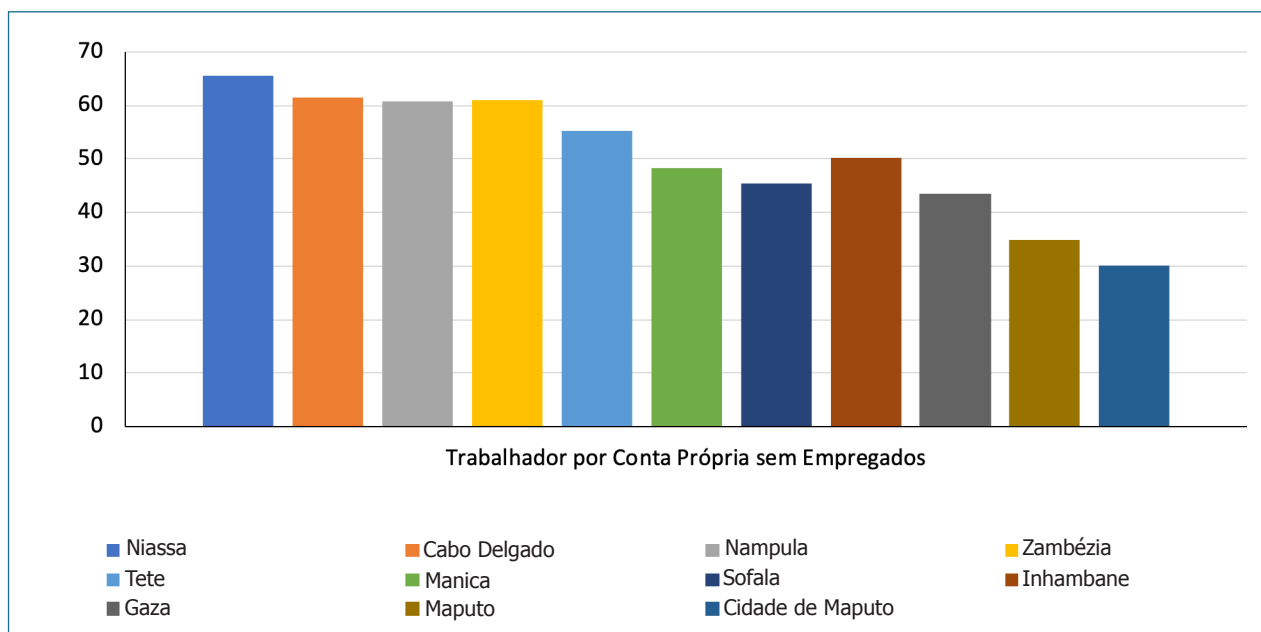
Observando a distribuição das posições ocupacionais por províncias percebe-se que as posições Trabalhador de Empresa Pública, Trabalhador de Empresa Privada e Trabalhador de Casa Particular estão bastante concentradas nas províncias mais desenvolvidas socioeconomicamente, como a Província e Cidade de Maputo. Por outro lado, Trabalhador por Conta Própria sem Empregados e Trabalhador Familiar sem Remuneração apresentam uma maior concentração nas províncias menos desenvolvidas socioeconomicamente e com maior concentração de atividades econômicas rurais, como Niassa, Cabo, Delgado, Nampula, Zambézia, Tete e Manica.

Figura 42: Posição no processo de trabalho por província – trabalhador de casa particular



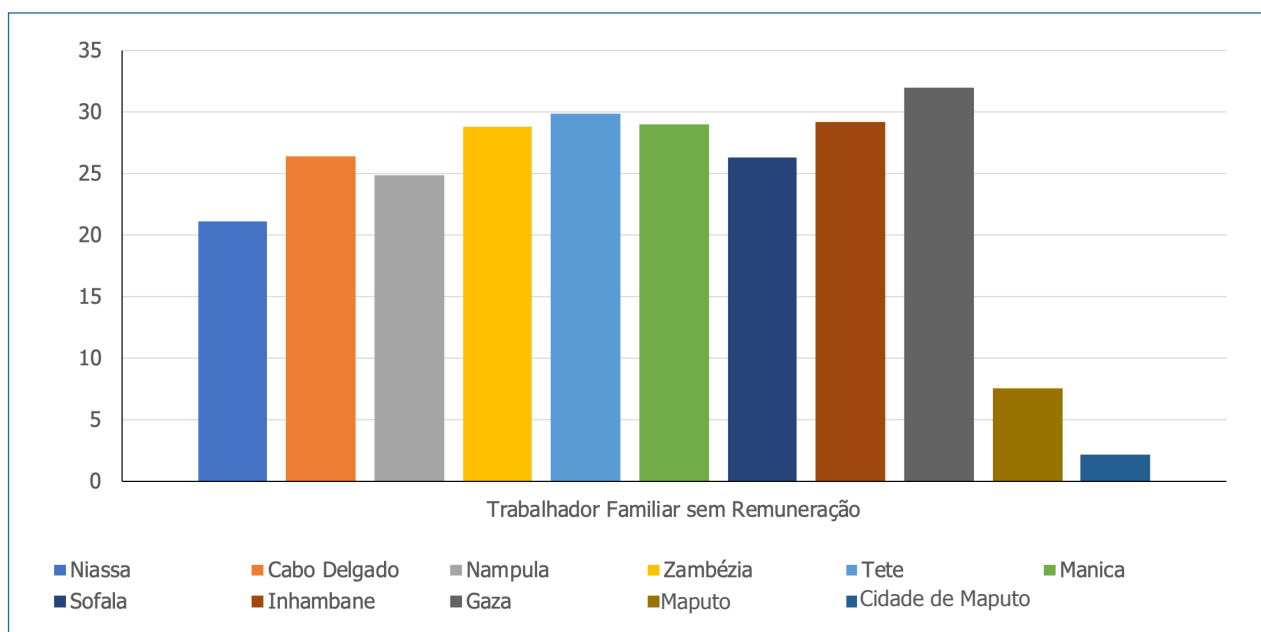
Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 43: Posição no processo de trabalho por província – trabalhador por conta própria sem empregados



Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 44: Posição no processo de trabalho por província – trabalhador familiar sem remuneração



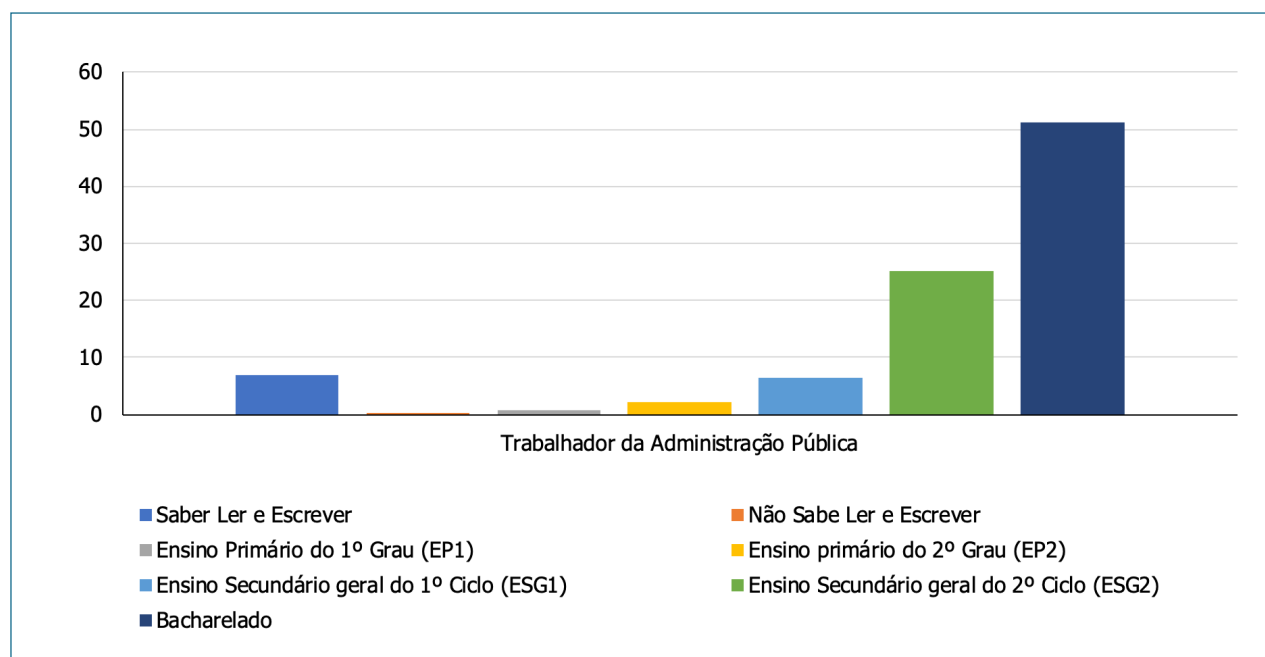
Fonte: INE, Censo 2017.

Tabela 18: Posição no processo de trabalho por província – nível de escolaridade

	Saber Ler e Escrever	Não Sabe Ler e Escrever	Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	Ensino primário do 2º Grau (EP2)	Ensino Secundário geral do 1º Ciclo (ESG1)	Ensino Secundário geral do 2º Ciclo (ESG2)	Bacharelado
Trabalhador da Administração Pública	7,0	0,1	0,7	2,2	6,4	25,2	51,3
Trabalhador das Autarquias Locais	0,2	,0	0,1	0,2	0,3	0,5	0,3
Trabalhador de Empresa Pública	1,3	0,1	0,4	0,9	1,6	3,5	6,2
Trabalhador de Empresa Privada	8,5	0,6	3,8	8,6	12,2	19,3	21,7
Trabalhador de Cooperativa	0,2	,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1
Trabalhador de Instituição sem Fins Lucrativos	0,3	,0	0,1	0,2	0,4	0,7	1,6
Trabalhador de Casa Particular	3,1	0,9	2,7	4,2	3,8	2,2	0,2
Trabalhador por Conta Própria com Empregados	3,2	1,2	2,4	3,5	3,8	4,4	2,7
Trabalhador por Conta Própria sem Empregados	46,5	64,4	56,3	47,8	35,6	23,4	5,3
Trabalhador Familiar sem Remuneração	21,3	29,5	27,3	23,3	22,7	7,2	1,1
Trabalhador de Organismos Internacionais	0,1	0,0	,0	,1	,1	,1	,6
Desconhecidas	8,4	3,2	5,8	8,8	12,9	13,3	8,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censo 2017.

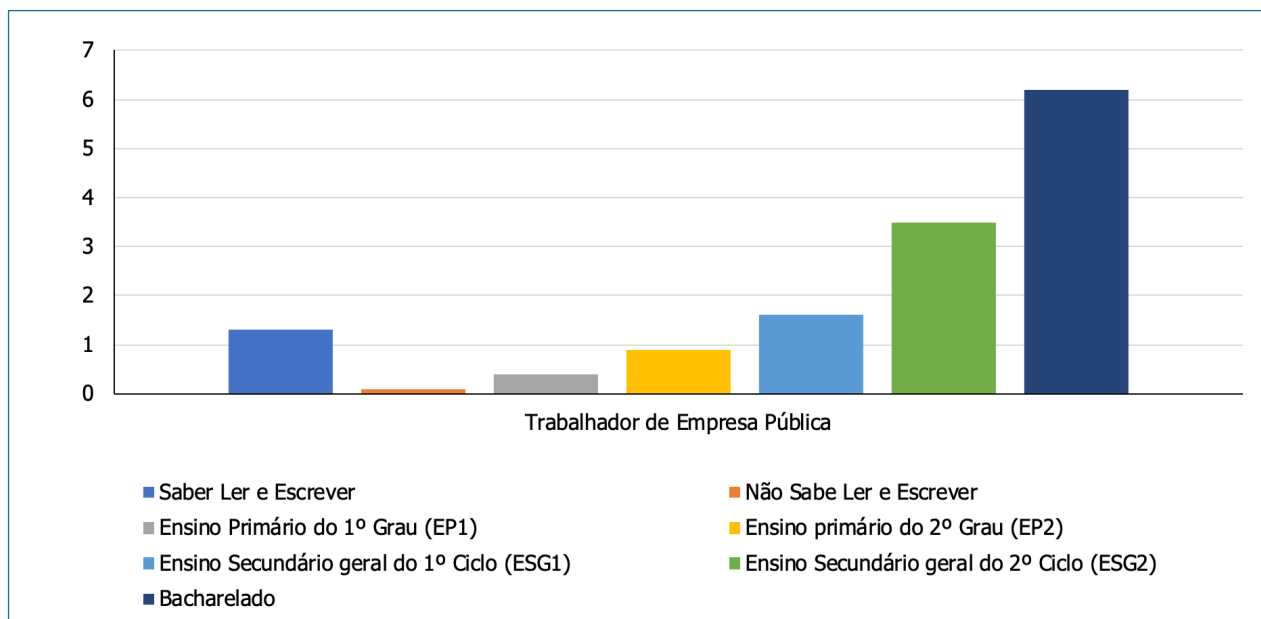
Figura 45: Posição no processo de trabalho por nível de escolaridade- trabalhador da administração Pública



Fonte: INE, Censo 2017.

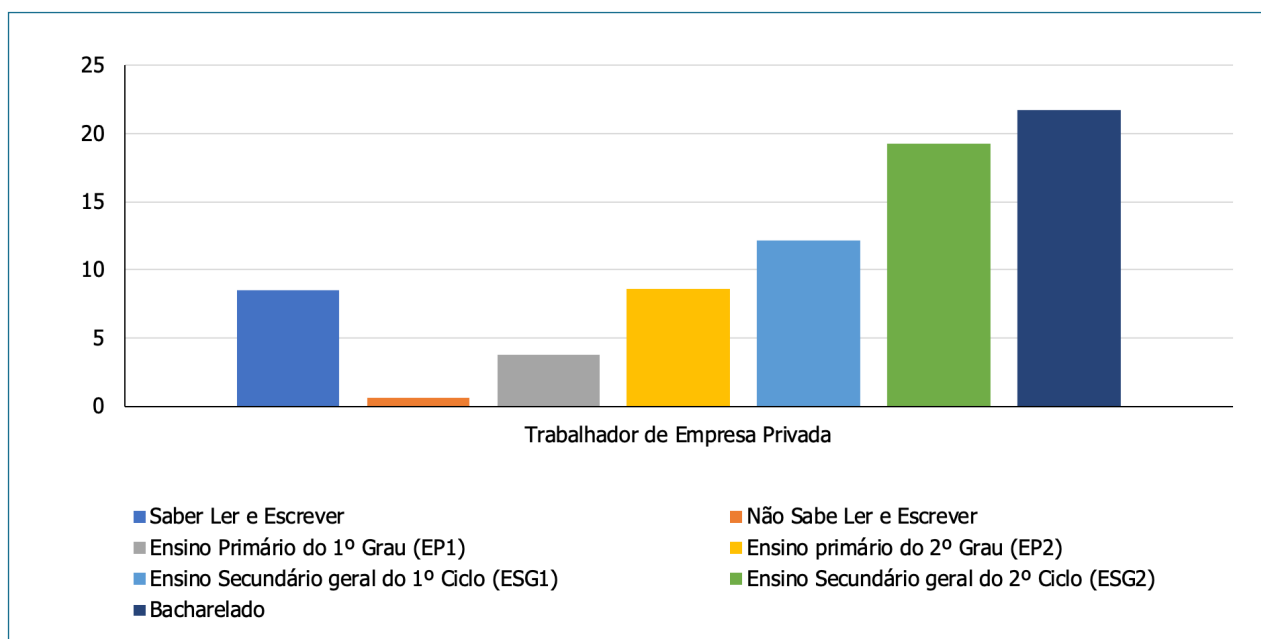
Como esperado, a relação do nível de escolaridade com a posição na ocupação reflete muito bem a formação necessária para ocupar uma determinada posição. As Figuras 45 e 46 demonstram bem o comportamento da posição no processo de trabalho a partir do nível de formação concluído/atingido para trabalhadores do setor público. Ter o nível de bacharel, ou mais, aumenta e muito as probabilidades de ter uma posição de Trabalhador da Administração Pública e ser trabalhador numa Empresa Pública. Possuir níveis educacionais um pouco abaixo do nível de Bacharel, como o Ensino Secundário geral do 2º Ciclo (ESG2), aumenta a probabilidade de ter uma posição de Trabalhador numa Empresa Privada.

Figura 46: Posição no processo de trabalho por província – nível de escolaridade- trabalhador empresa pública



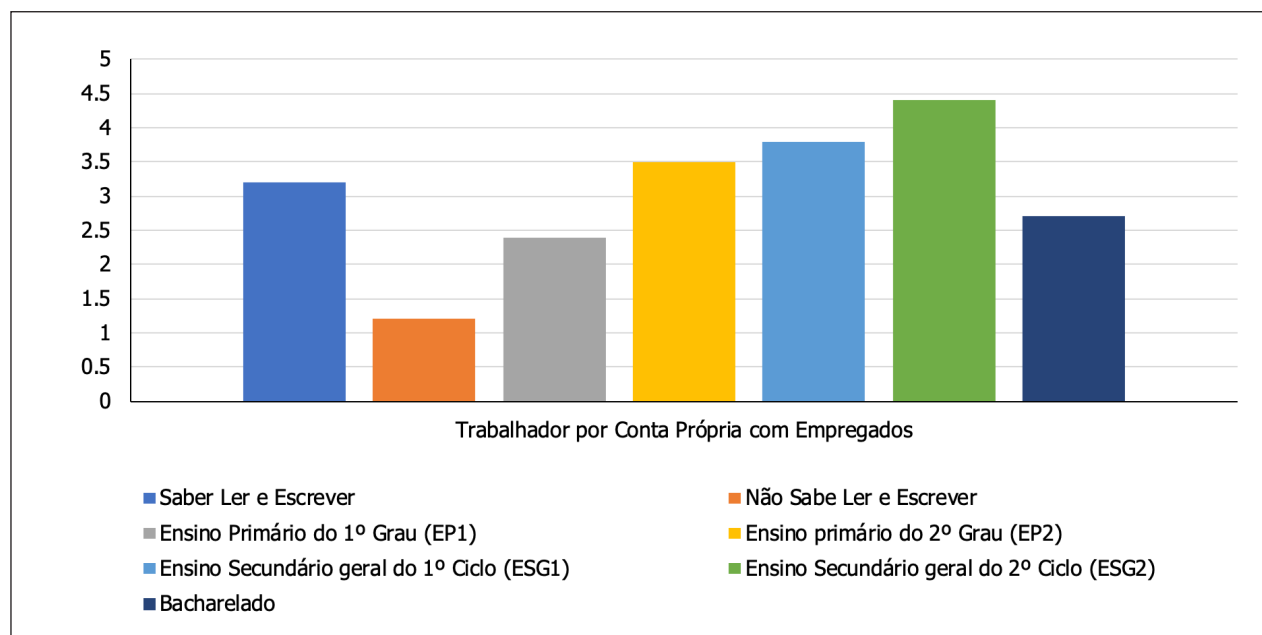
Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 47: Posição no processo de trabalho por província – nível de escolaridade - trabalhador empresa privada



Fonte: INE, Censo 2017.

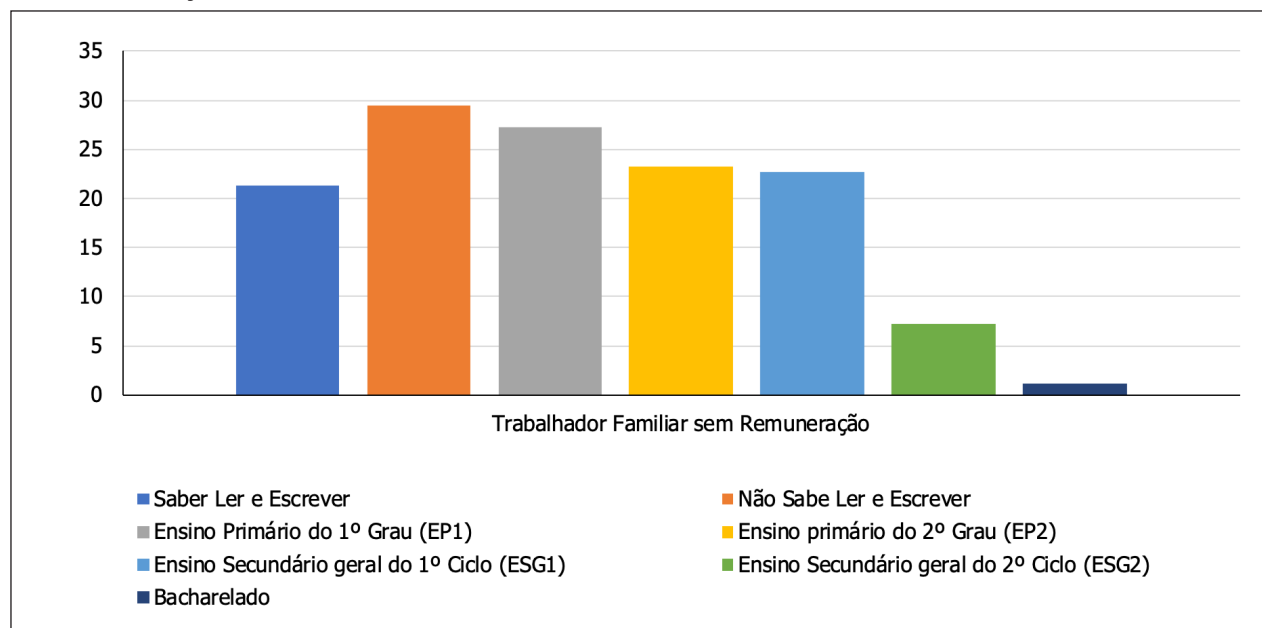
Figura 48: Posição no processo de trabalho por província – nível de escolaridade- trabalhador por conta própria com empregados



Fonte: INE, Censo 2017.

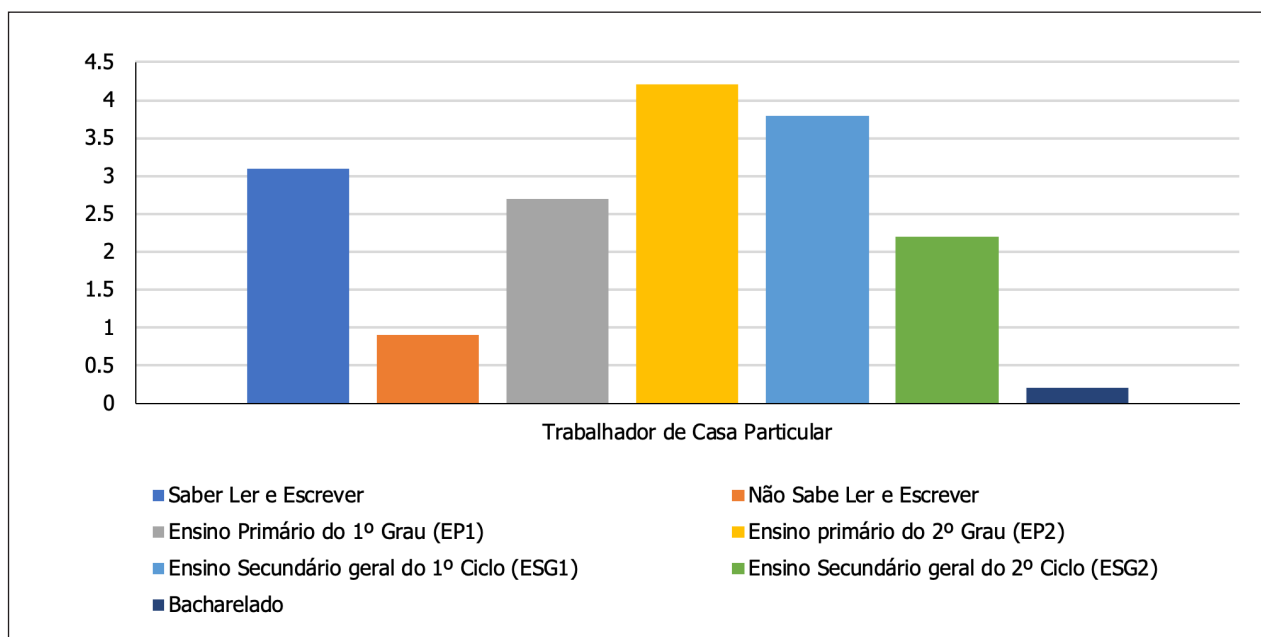
Os trabalhadores Familiares Sem Remuneração ocupam as posições que exigem menos escolaridade, e por conseguinte mais desprestigiadas. Como podemos ver nas Figuras 49 e 50, mesmo para se ter a posição de Trabalhador em Casa Particular, exige-se um maior nível de formação.

Figura 49: Posição no processo de trabalho por província – nível de escolaridade- trabalhador familiar sem remuneração



Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 50: Posição no processo de trabalho por província – nível de escolaridade- trabalhador casa particular



Fonte: INE, Censo 2017.

5.8. Estudos temáticos

5.8.1. Trabalho infantil

O trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida é uma questão reconhecidamente crucial por privar as crianças de sua infância e ser uma ameaça física, mental e moral para o desenvolvimento saudável dos indivíduos e, portanto, de toda a sociedade. As legislações específicas, que vêm se desenvolvendo em todos os países, à luz do que recomendam os organismos internacionais, consideram que nem todo o trabalho de crianças deve ser considerado trabalho infantil, uma vez que há exceções que tornam alguns trabalhos aceitáveis ou até desejáveis, como por exemplo, a ajuda nas tarefas familiares ou o treinamento supervisionado, que não conflitam com a atividade escolar e o período de descanso, alimentação e recreação, ou ainda, alguns tipos de trabalho comuns em certas culturas. Devido a estas especificidades, a definição precisa do trabalho infantil, que ameaça a integridade das crianças e adolescentes e que, portanto, deve ser combatida, não é universal e varia conforme os países e suas legislações.

O trabalho infantil, segundo os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de Moçambique de 2017, já foi cuidadosamente explorado no Estudo sobre Crianças e Órfãos deste mesmo projeto. A definição e trabalho infantil nesse estudo adaptou, aos dados disponíveis no Censo de Moçambique, o critério proposto pela UNICEF & ILO (2021), que combina horas de atividade econômica com trabalho doméstico não remunerado, segundo faixas etárias de 7-17 anos (7-11; 12-14 e 15-17). Para o grupo de crianças menores (7-11) a definição englobaria os que realizaram mais que 1 hora de atividade econômica por semana e/ou serviços domésticos não remunerados por mais que 21 horas. Para o grupo de 12-14, seriam aqueles que realizaram atividade econômica por mais de 14 horas semanais e/ou atividade doméstica não remunerada por mais que 21 horas; e, para o grupo etário de 15-17, se aplicaria apenas a definição de mais que 43 horas semanais de atividade econômica. Embora a combinação dos critérios de horas de atividade econômica e trabalho doméstico não remunerado seja útil, não fica claro como essa definição adotada pode ser implementada, uma vez que o quesito sobre horas semanais trabalhadas foi perguntado exclusivamente àqueles que responderam ter tido alguma atividade econômica.

De todo modo, o estudo apresenta vários resultados a respeito da prevalência do trabalho infantil em 2017, sua tendência entre os censos de 1997 a 2017, bem como um modelo para atribuição de fatores associados ao trabalho infantil. Seus achados podem ser assim sintetizados:

- (1) Em 2017, 11,3% das crianças de Moçambique realizavam atividades econômicas, percentagem que salta para 19,3% com a inclusão do trabalho doméstico não remunerado, sendo as províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Tete as que exibem os maiores percentuais;
- (2) Quanto menor é o quintil de riqueza dos domicílios das crianças, maior é o nível de participação no trabalho infantil;
- (3) Crianças que são chefes de domicílio, sobretudo as do sexo masculino, têm maior prevalência de trabalho infantil;
- (4) Usando apenas um indicador que engloba ter realizado atividade econômica nos últimos 7 dias e trabalho doméstico, independentemente do número de horas, encontram-se que a percentagem de crianças de 7-17 anos trabalhando reduziu-se de 19% em 1997 para 11% em 2007, voltando a se elevar para 14%, em 2017. No entanto, este crescimento do trabalho infantil, entre 2007 e 2017 não afetou os jovens de 15-17, o que é compatível com o crescimento da frequência à escola deste grupo. A elevação observada entre 2007 e 2017 foi também inteiramente concentrada na área rural.
- (5) Em termos de trabalho exercido nos domicílios, houve redução entre 1997 e 2017, tanto para homens quanto para mulheres, sendo que as mulheres tiveram, em todos os anos, maior presença neste tipo de trabalho, embora as diferenças por sexo sejam menores do que se poderia esperar dada a típica divisão de papéis de gênero. Além disso, o maior declínio se deu para as crianças mais jovens.
- (6) Modelos de regressão logística aplicados às variáveis de trabalho infantil (i) restrito à atividade econômica e (ii) somado ao trabalho doméstico não-remunerado geram coeficientes quase sempre significativos para um amplo conjunto de variáveis, que incluem aquelas discutidas nos achados anteriormente mencionados e ainda

ser órfão de mãe, de pai e de ambos, língua mais frequentemente falada, escolaridade, uso de computador, telefone e acesso à internet, status migratório e tamanho de domicílio.

O propósito do presente estudo é complementar as evidências levantadas pelo estudo sobre Crianças e Órfãos de Moçambique, apresentando uma perspectiva distinta. Em vez de definirmos o trabalho infantil através de uma combinação de critérios, apenas ampliamos o recorte utilizado no restante deste estudo – 15 anos e mais –, analisando a atividade econômica entre 7 e 15 anos de idade. De modo a dialogar com o outro estudo, incluímos também a faixa entre 15 e 17 anos, para a qual certos tipos de trabalho podem ser indesejáveis. Como o trabalho doméstico não foi suficientemente explorado pelo Censo de 2017, impossibilitando delimitar com segurança o exercício e a extensão do trabalho doméstico não remunerado, julgamos por bem mostrar os indícios que o Censo nos permite levantar, sem, contudo, incluir essa forma de trabalho no conceito de trabalho infantil.

Tabela 19: Atividade econômica de crianças de 7 a 17 anos de idade por grupos de idade e sexo, segundo as categorias de atividade e inatividade – Moçambique, 2017

	07-11 anos		12-14 anos		15-17 anos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Economicamente ativos	292192	274326	221100	207137	255490	276874
Taxa de atividade (%)	14,65	13,70	22,32	20,99	30,16	31,49
% por categorias de atividade						
Tinha trabalho	90,68	90,94	92,02	91,62	88,53	87,53
Procurava trabalho	0,06	0,05	0,05	0,05	2,44	1,06
Foi à machamba	5,96	6,09	5,14	5,95	5,96	9,16
Produziu ou vendeu produtos	0,46	0,32	0,45	0,35	0,69	0,56
Ajudou familiares na produção/negócios	2,84	2,60	2,33	2,03	2,38	1,69
Economicamente inativos	1702370	1728419	769342	779842	591704	602507
Taxa de inatividade (%)	85,35	86,30	77,68	79,01	69,84	68,51
% por categorias de inatividade						
Só cuidou da casa / crianças	12,06	12,91	8,94	11,29	10,71	21,25
Foi somente estudante	64,44	65,23	73,18	72,52	66,79	55,94
E Incapacitado(a)	1,99	1,80	1,12	0,96	1,37	1,24
Não estava disponível/nao queria	4,29	3,72	3,79	3,11	5,25	5,40
Outra	17,22	16,33	12,97	12,12	15,88	16,18

Fonte: INE, Censo 2017.

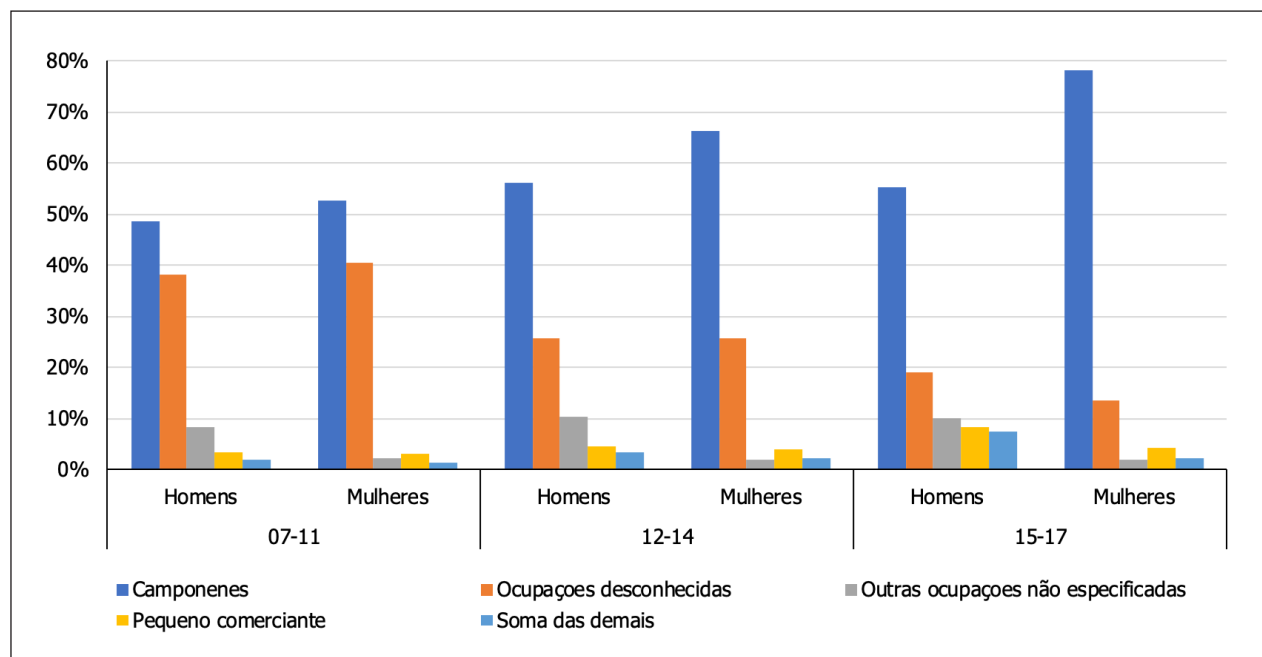
Os dados da Tabela 5 mostram a distribuição dos economicamente ativos e economicamente inativos segundo as categorias que, no censo de 2017, identificam a atividade econômica. São 1.527.118 crianças de 07-17 anos consideradas ativas. Destas, aproximadamente 37% são crianças de 07-11 anos, 28% têm entre 12-14 anos e 35% são jovens de 15-17 anos de idade. Praticamente metade são meninas e metade meninos. As taxas de participação de meninas e meninos não são muito discrepantes, mas nota-se que elas são mais elevadas para os meninos nos primeiros grupos de idade, tornando-se maiores para o sexo feminino no grupo etário 15-17 anos. Em termos de categorias de atividade, a maior parte das crianças ativas declararam ter um trabalho, porém havendo também uma percentagem considerável dos que, tendo reportado que não tinham trabalho e que eram domésticos, caíram na categoria de atividade por (i) terem ido à machamba, (ii) terem produzido ou vendido produtos e (iii) ajuda dos familiares na produção ou nos negócios.

Entre os inativos, a maior parte reportou serem apenas estudantes como motivo para não terem trabalho. No entanto, há uma percentagem elevada daqueles que apenas cuidaram de casa e/ou de crianças. Segundo as definições correntes de trabalho infantil, o trabalho doméstico não remunerado pode ser considerado também uma forma de trabalho infantil, dependendo do número de horas dedicadas a esta atividade. No caso do Censo de Moçambique, não há como saber o tempo dedicado a esta atividade, razão pela qual não incluímos os afazeres domésticos como forma de trabalho infantil. No entanto, deve-se registrar a considerável percentagem de meninas e meninos realizando trabalho doméstico sem remuneração, sendo esta percentagem em torno de 12% tanto para meninas quanto para meninos de 7-11 anos, baixando um pouco para as meninas e bem mais para os meninos de 12-14 anos. No grupo etário de jovens de 15-17, a percentagem de meninas se eleva para 21,25%, mais que o dobro da percentagem de meninos nos trabalhos domésticos. Estas informações, portanto, apontam um importante viés de gênero no trabalho infantil: embora as taxas de atividade não sejam muito distintas entre meninos e meninas de 07-14 anos, entre os jovens de 15-17, as meninas

trabalham mais do que os meninos, tanto na machamba, quanto nos afazeres domésticos. Vale notar também que a contrapartida para as meninas é uma redução da atividade exclusiva de estudante.

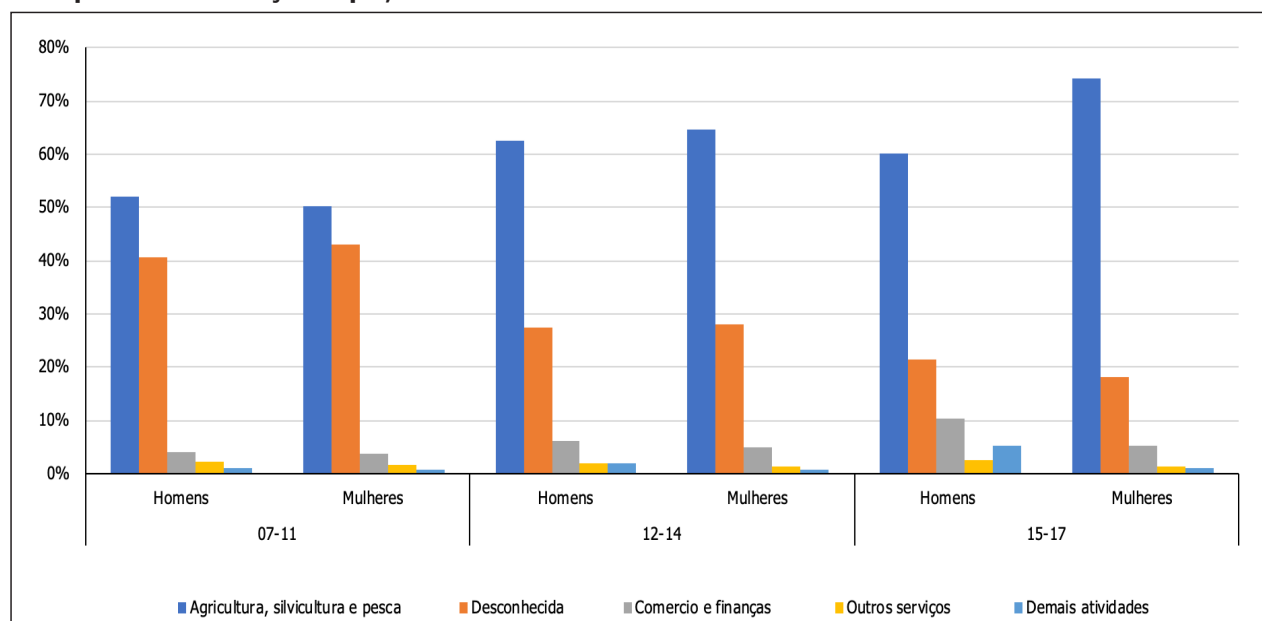
A Figura 51 mostra a distribuição ocupacional dos economicamente ativos de 07-14 anos, mostrando que estes se concentram, crescentemente, com a idade, na ocupação de camponeses. No grupo mais jovem, de 07-11 anos, há também uma percentagem muito elevada de ocupações desconhecidas, que não podemos saber do que se trata, mas é provável que sejam ocupações irregulares, ilegais ou prejudiciais às crianças.

Figura 51: Distribuição ocupacional dos ativos de 07-17 anos de idade, por sexo, segundo os grupos ocupacionais mais prevalente, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

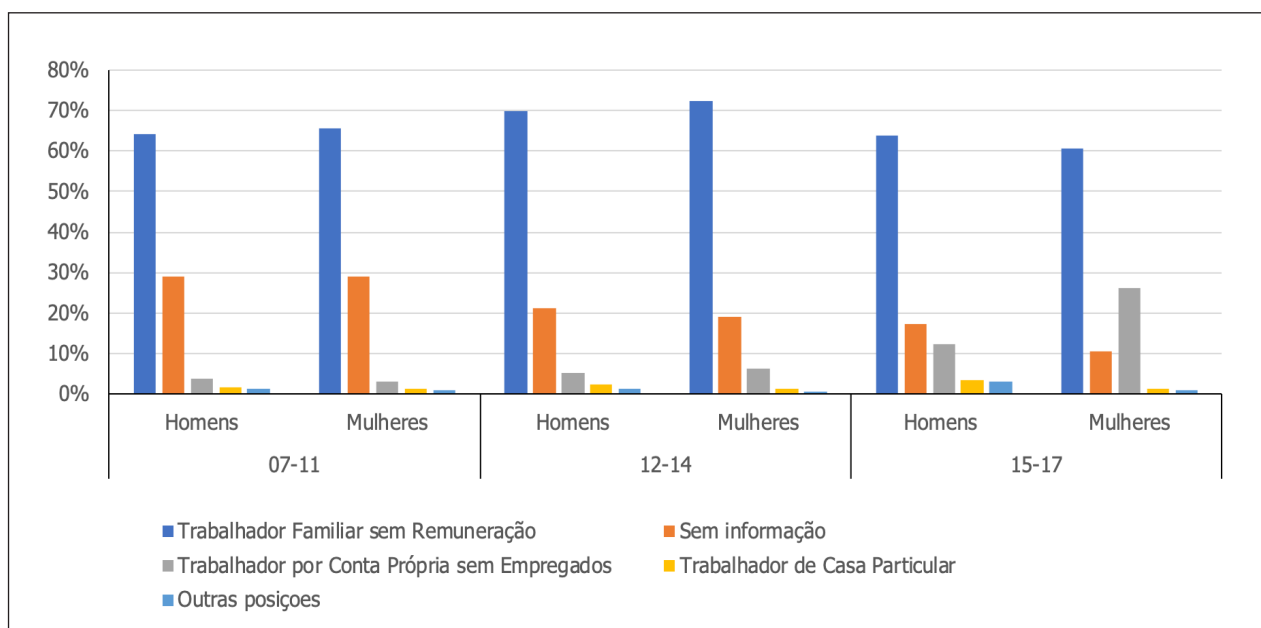
Figura 52: Distribuição da população de 7 a 17 anos de idade, por sexo, segundo os setores de atividade mais prevalente – Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

A Figura 52 complementa a anterior com a distribuição dos setores de atividade das crianças, indicando ser a Agricultura, silvicultura e pesca o setor mais prevalente, havendo, numa menor proporção, mas ainda bastante elevada para as crianças de 07-11 anos, a categoria de setor de atividade econômica 'Desconhecido', corroborando a ideia de uma atividade econômica de difícil ou indesejável identificação.

Figura 53: Distribuição dos ativos de 07-17 anos de idade, por posição no processo de trabalho, por sexo – Moçambique, 2017

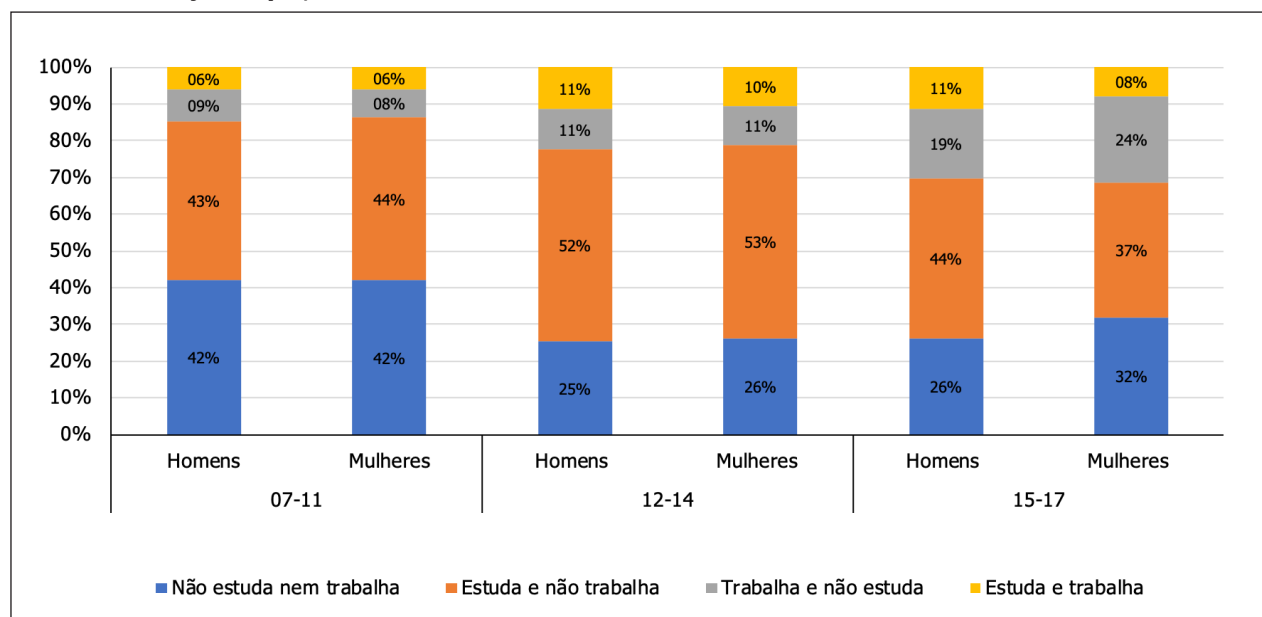


Fonte: INE, Censo 2017.

Da Figura 53, constata-se que o trabalho infantil é exercido prioritariamente na forma de trabalhadores familiares sem remuneração e, em menor medida, por ocupados sem informação quanto a posição. Para os jovens de 15-17, nota-se a maior presença de trabalhadores por conta-própria sem empregados, notadamente no caso das meninas.

Finalmente, a Figura 54 traz a contraposição das quatro possibilidades relacionadas às atividades econômica e escolar das crianças e jovens. Idealmente, sobretudo para os mais novos (7-11 anos), o desejável seria estudar e não ter uma atividade econômica (aqui designada, para fins de simplificação, como 'trabalhar'). Caso haja uma atividade de trabalho, esta não deveria implicar em não estar na escola, portanto, seria uma situação de simultaneamente trabalhar e estudar. Nos dois piores casos, haveria exclusivamente uma situação de trabalho (trabalha e não estuda) ou a ausência de ambas as atividades, escola e trabalho. Como se vê, na realidade moçambicana de 2017, as crianças de 7-11 anos se dividem em partes aproximadamente iguais de 'não estuda e nem trabalha' e estuda e 'não trabalha' – aproximadamente 42%, tanto para meninas quanto meninos em cada uma das duas situações. Frações bem menores, mas ainda significativas, referem-se ao trabalho exclusivo e, por fim, ao trabalho e estudo simultâneos. No grupo etário imediatamente superior (12-14 anos) a ausência de qualquer atividade reconhecida como trabalho ou estudo dá lugar a uma maior atividade escolar, tanto exclusiva, quanto simultânea a uma atividade econômica. E neste caso também há pouca diferença entre o sexo feminino e o masculino. No grupo dos jovens de 15-17 anos, o estudo exclusivo se retrai, abrindo espaço para um substantivo aumento do trabalho exclusivo, neste caso, particularmente para as mulheres.

Figura 54: Distribuição da população de 7 a 17 anos de idade, por sexo, faixa etária e segundo as alternativas 'não estudar nem trabalhar', 'estudar e não trabalhar', 'trabalhar e não estudar' e 'estudar e trabalhar' – Moçambique, 2017



Como conclusão desta seção, é importante destacar que há, em Moçambique, uma parcela muito elevada de crianças, sobretudo as mais jovens, que não estão na escola quando deveriam estar. Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017, mais de 50% das crianças de 07 a 11 anos não frequentam a escola, sendo que parte não desprezível destas, além disso, trabalham. Na faixa etária de 12 a 14 anos, a frequência à escola se eleva, mas ainda se mantém abaixo dos 70%, tanto para homens quanto para mulheres. Dadas as limitações dos dados censitários para indicar as particularidades do trabalho infantil, considera-se que o trabalho que ocupa as crianças em detrimento da atividade escolar é o mais próximo que podemos chegar de um indicador seguro de trabalho infantil a ser combatido.

5.8.2. Força de trabalho, gênero e mercado de trabalho

Quando temos em mente a distribuição das oportunidades no mercado e trabalho para um grupo de indivíduos, provavelmente a primeira coisa que vem em nossa mente é o quanto de preparação, ou de investimento em capital humano esses indivíduos possuem. De que forma anos de escolaridade, saúde e experiência no trabalho – as três características fundamentais que constituem o conceito de capital humano – estão distribuídos entre os membros deste grupo. Ou seja, pesamos imediatamente em uma associação direta entre oferta e demanda. Entretanto, a estrutura do mercado de trabalho sempre demonstrou ser menos fluida e mais segmentada (Clain, 1976). O principal desafio que as Teorias do Mercado de Trabalho Segmentado propõem à Teoria Neoclássica é a existência no mercado de trabalho de “populações truncadas” onde a determinação endógena de variáveis atitudinais de um grupo específico de trabalhadores questiona a fluidez do comportamento da oferta e demanda natural do mercado (Clain, 1976: 1247-1248). Ou seja, os rendimentos destes grupos se posicionam em valores limitados em relação à média dos rendimentos da população de trabalhadores como um todo mesmo que estes indivíduos possuam as mesmas características em termos de capital humano, por exemplo. Estes indivíduos que formam os grupos “truncados” que “confundem” a relação oferta e demanda são também entendidos como discriminados por cor/raça, gênero, etnia, orientação sexual, dentre outras características no mercado de trabalho.

A intenção desta seção é investigar a relação de gênero com o mercado de trabalho em Moçambique utilizando o censo de 2017. Analisar a discriminação de gênero no mercado de trabalho em uma sociedade em desenvolvimento onde a oferta de trabalho é bastante restrita não é uma tarefa simples. Em se tratando da sociedade moçambicana temos ainda mais alguns outros agravantes: recém-saída de uma guerra, boa parte da população, em especial as mulheres, não sabem ler e escrever, altas taxas de natalidade, concentração da população em áreas rurais e em ocupações manuais. Todas estas características podem levar a uma noção simplista de que é mais prudente aguardar um outro momento

socioeconômico da sociedade em que o mercado de trabalho esteja mais bem estruturado e as desigualdades de gênero internas mais perceptíveis para proceder um estudo e propor políticas públicas. Por outro lado, podemos pensar que a estruturação das desigualdades de gênero independe do tipo e condição do mercado de trabalho e que em qualquer sociedade e, a qualquer momento, estudos, devem ser feitos e políticas que visem amenizar desigualdades devem ser propostas.

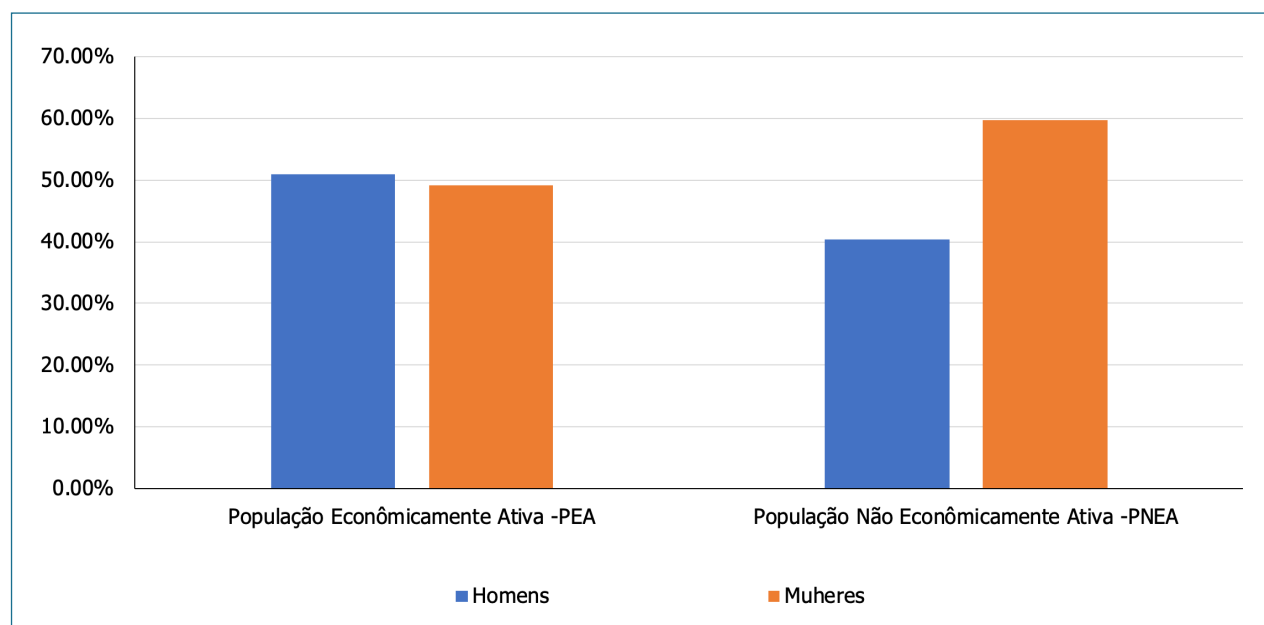
A análise abaixo busca entender a real posição da mulher moçambicana na força de trabalho. Observando sua distribuição na População em Idade Ativa – PIA, aqui considerada como tendo 15 anos ou mais de idade. A primeira constatação a ser feita é a posição das mulheres na População Economicamente Ativa – PEA e População Não Economicamente Ativa – PNEA. A Tabela 20 e a Figura 55 mostram um painel quanto à realização, na semana de referência (25 a 31 de julho de 2017), de qualquer actividade destinada à produção de bens ou serviços para o autoconsumo ou mercado. Percebe-se que as mulheres apresentam uma participação menor na PEA, o que é esperado por várias razões e, em especial, pelo seu papel reprodutivo. De toda a PEA, 63,1% é composta por homens e 52,7% é composta por mulheres. Em verdade, a participação feminina na PEA Moçambicana é até superior do que em outros países.

Tabela 20: População economicamente ativa por sexo (na semana de 25 a 31 de julho trabalhou? Sim/não)

PNEA PEA			População em Idade Ativa -PIA (15 anos ou mais)		Total
			PNEA	PEA	
Sexo	Homens	Valor Absoluto	2 460 081	4 209 302	6 669 383
		%	40,3%	50,9%	46,4%
	Mulheres	Valor Absoluto	3 638 328	4 055 060	7 693 388
		%	59,7%	49,1%	53,6%
Total %		Valor Absoluto	6 098 409	8 264 362	14 362 771
		100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 55: População economicamente ativa por sexo



Fonte: INE, Censo 2017.

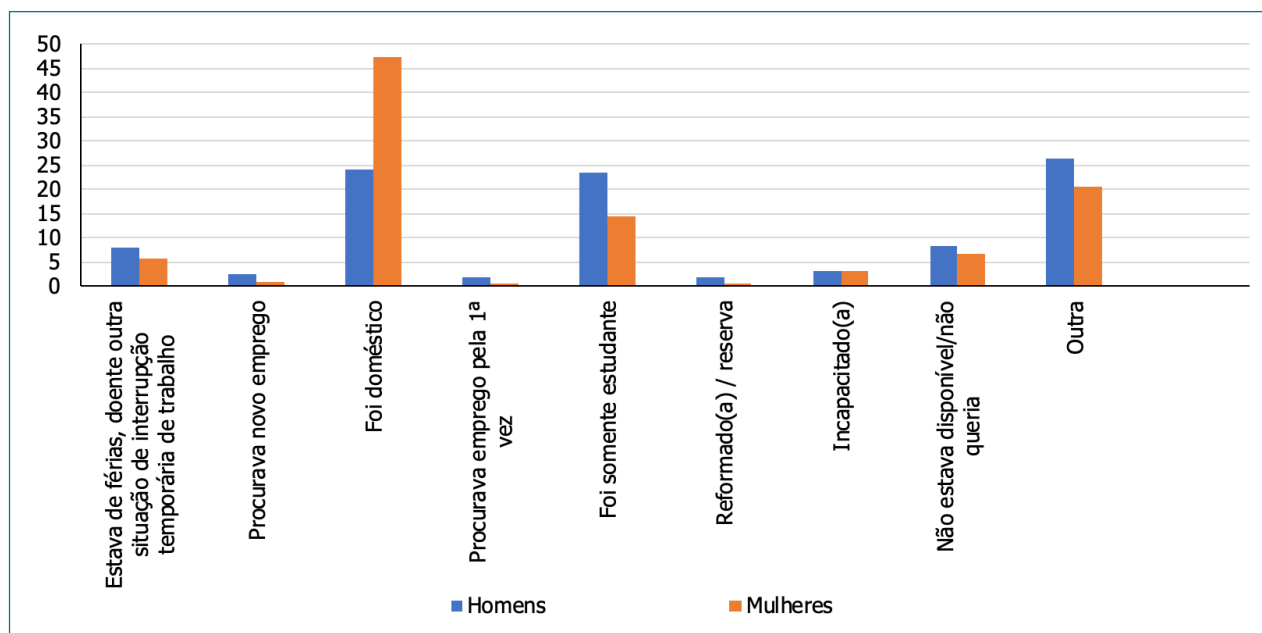
Uma outra visão é quando observamos a distribuição de gênero a partir da análise da População Não Economicamente Ativa – PNEA. Observando a Tabela 21 e a Figura 56 tem-se a distribuição das respostas à pergunta destinada a pessoas que declararam não ter trabalhado na semana de referência, para aferir se estão na situação de ativos ou inativos. Assim, neste grupo de pessoas, foram consideradas ativas as que estavam de férias, doentes ou em outra situação de interrupção temporária, e as que procuraram novo emprego; e consideradas inativas as que declararam que foram somente estudantes, reformado e ou reserva, incapacitado, não estava disponível e/ou não queria, foi doméstico e só cuidou de crianças e outras. Pelo menos dois pontos devem ser aqui considerados. Em primeiro lugar, a proporção de mulheres que declaram serem domésticas é quase 2 (1,96) vezes a proporção de homens na mesma situação - 47,3% e 24,1%, respectivamente. Em segundo lugar, a proporção de homens que declarou ser apenas estudante é 1,65 vezes superior à das mulheres - 23,6% e 14,3%, nessa ordem. Esta segunda situação na qual a população feminina está inserida é ainda mais preocupante do ponto de vista da reprodução da desigualdade de gênero para gerações futuras, pois alija parte significativa das mulheres do acesso à educação, fundamental para determinação de sua posição no mercado de trabalho.

Tabela 21: Razões das pessoas que responderam não trabalhar na semana de referência por sexo (Não trabalhou na semana de 25 a 31 de julho por quê?)

	Total			Homens			Mulheres		
	No	Percentagem	Percentagem líquida	No	Percentagem	Percentagem líquida	No	Percentagem	Percentagem líquida
Estava de férias, doente ou outra situação de interrupção temporária de trabalho	515 492	3,6	6,7	257 176	3,9	8,0	258 316	3,4	5,8
Procurava novo emprego	113 226	0,8	1,5	78 573	1,2	2,4	34 653	0,5	0,8
Foi doméstico	2 885 845	20,1	37,6	774 452	11,6	24,1	2 111 393	27,4	47,3
Procurava emprego pela 1ª vez	93 865	0,7	1,2	63 664	1,0	2,0	30 201	0,4	0,7
Foi somente estudante	1 395 228	9,7	18,2	757 074	11,4	23,6	638 154	8,3	14,3
Reformado(a) / reserva	89 335	0,6	1,2	58 795	0,9	1,8	30 540	0,4	0,7
Incapacitado(a)	243 551	1,7	3,2	102 954	1,5	3,2	140 597	1,8	3,1
Não estava disponível/não queria	562 990	3,9	7,3	267 653	4,0	8,3	295 336	3,8	6,6
Outra	1 774 502	12,4	23,1	849 734	12,7	26,5	924 768	12,0	20,7
Total	7 674 033	53,4	100,0	3 210 075	48,1	100,0	4 463 957	58,0	100,0
Omissos	6 688 738	46,6		3 459 308	51,9		3 229 431	42,0	
Total	14 362 771	100,0	100,0		100,0		7 693 388	100,0	

Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 56: Razões das pessoas que responderam não trabalhar na semana de referência por sexo (Motivo de não ter trabalhado na semana de 25 a 31 de julho)



Fonte: INE, Censo 2017.

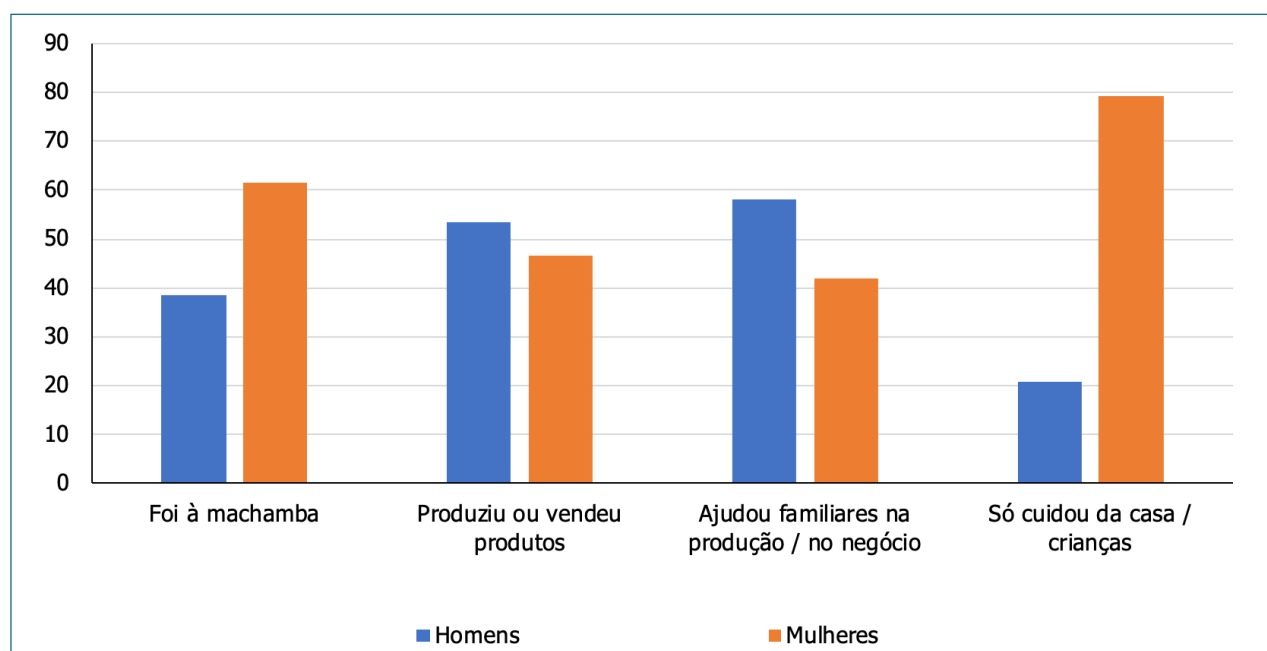
Uma outra pergunta que foi inserida no Censo nos permite desagregar a categoria de resposta “foi doméstico”. Esta indaga quais atividades a pessoa que declarou ser doméstico na semana de 25 a 31 de julho desenvolveu. Como destaca a documentação do Censo de 2017, esta é uma pergunta filtro para minimizar erro de declaração. Geralmente as mulheres não consideram como trabalho o cultivo, venda de produtos etc. Assim, as que declararam ter sido domésticas, mas foram à machamba, produziram/venderam produtos ou ajudaram familiares na produção/no negócio foram consideradas pessoas ativas e devem ser consideradas no cálculo da PEA. Por outro lado, os que declararam só terem cuidado das crianças devem ser considerados no cálculo da PNEA. Ressalta-se na Tabela 21 e na Figura 56 um recorte de estatística descritiva que melhor representa a condição precária da mulher na divisão doméstico. De toda a população que respondeu ir à machamba, 61,6% era do sexo feminino e 38,4% do sexo masculino. Dos que declararam só ter cuidado das crianças e da casa, 73,2% eram do sexo feminino e 26,8 do sexo masculino. A situação se inverte quando as respostas estão associadas a uma posição que envolve alguma forma de recursos gerados. As categorias “produziu ou vendeu produtos” e “ajudou familiares na produção e/ou no negócio” têm uma maior representação masculina, 53,3% dos homens e 46,7% das mulheres, enquanto estas proporções são 58,2% 41,8% para a segunda categoria, respectivamente. Não temos como saber ao certo se mais os homens do que as mulheres estão a receber algum recurso, pois não temos a variável rendimento. O que podemos inferir é que existem muitas horas de trabalho não remunerado em algumas destas categorias e que a proporção de mulheres nesta situação é bem superior à dos homens. O peso da distribuição das horas não pagas de trabalho no domicílio parece pertencer mais às mulheres do que aos homens, o que não destoa da relação de gênero em outros países, incluindo países em que a estrutura do mercado de trabalho é bem mais diversificada.

Tabela 22: Distribuição da população declarada como doméstica, por sexo e motivo de não ter trabalhado na semana de 25 a 31 de julho

		Sexo		Total
		Homens	Mulheres	
Foi à machamba	Valor Absoluto	274 854	441 769	716 623
	%	38,4%	61,6%	100,0%
Produziu ou vendeu produtos	Valor Absoluto	39 943	34 951	74 894
	%	53,3%	46,7%	100,0%
Ajudou familiares na produção / no negócio	Valor Absoluto	35 785	25 739	61 524
	%	58,2%	41,8%	100,0%
Só cuidou da casa / crianças	Valor Absoluto	423 871	1 608 933	2 032 804
	%	20,9%	79,1%	100,0%
Total	Valor Absoluto	774 453	2 111 392	2 885 845
	%	26,8%	73,2%	100,0%

Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 57: Distribuição da população declarada como doméstica, por sexo e motivo de não ter trabalhado na semana de 25 a 31 de julho



Fonte: INE, Censo 2017.

Como já foi ressaltado em outras partes deste relatório, existe uma concentração populacional na área de residência rural e, como consequência, uma forte concentração da PEA no grupo ocupacional de camponeses. Recuperando a análise feita na seção de análises das ocupações podemos ver que esta ocupação aglutina quase 80,0% da distribuição das mulheres ocupadas e apenas 51,0% da distribuição dos homens. Por outro lado, o grupo ocupacional de operários não agrícolas concentra apenas 1,4% da distribuição feminina e 14,8% da distribuição masculina.

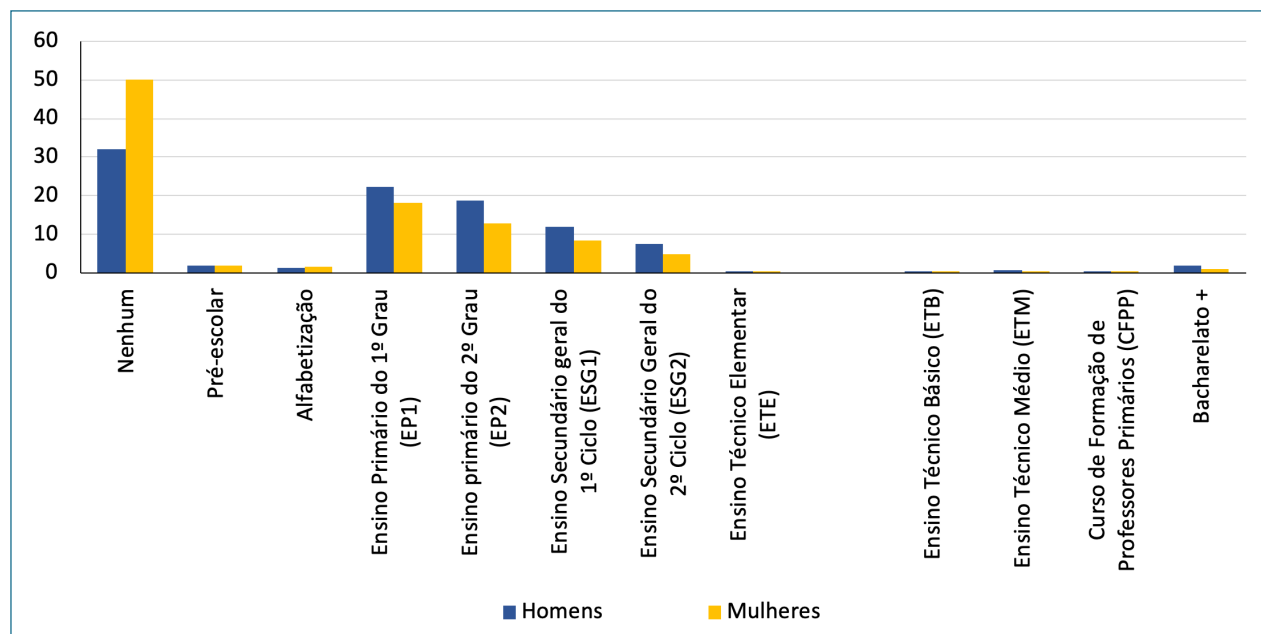
Como a distribuição por sexo e área de residência é de certa forma equitativa, se faz necessário observar o acesso das mulheres à educação e qual o efeito deste estoque educacional na distribuição ocupacional. De acordo com a Tabela 23 e a Figura 58, vemos que a metade da população feminina acima de 15 anos de idade declarou ter nenhum nível educacional concluído e apenas 12,9% declarou ter concluído o ensino primário. Situação bem mais vantajosa é da população masculina, em que 32,1% declararam não ter nenhum nível educacional concluído e quase 20,0% possuíam primário.

Tabela 23: Distribuição da população por nível de ensino concluído e sexo

	Homens			Mulheres		
	Nº	Porcentagem	Porcentagem válida	Nº	Porcentagem	Porcentagem Válida
Nenhum	2 058 958	30,9	32,1	3 716 017	48,3	50,1
Pré-escolar	122 651	1,8	1,9	145 600	1,9	2,0
Alfabetização	89 028	1,3	1,4	113 531	1,5	1,5
Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	1 431 239	21,5	22,3	1 344 872	17,5	18,1
Ensino primário do 2º Grau (EP2)	1 211 712	18,2	18,9	956 174	12,4	12,9
Ensino Secundário geral do 1º Ciclo (ESG1)	777 200	11,7	12,1	630 202	8,2	8,5
Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo (ESG2)	490 091	7,3	7,6	354 150	4,6	4,8
Ensino Técnico Elementar (ETE)	10 103	0,2	0,2	6 055	0,1	0,1
Ensino Técnico Básico (ETB)	23 145	0,3	0,4	13 555	0,2	0,2
Ensino Técnico Médio (ETM)	53 093	0,8	0,8	35 626	0,5	0,5
Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)	25 644	0,4	0,4	16 778	0,2	0,2
Bacharelato +	122 997	1,8	1,9	79 880	1,0	1,1
NR	2 935	,0	,0	2 124	,0	,0
Total	6 418 796	96,2	100,0	7 414 565	96,4	100,0
Omissos	250 587	3,8		278 823	3,6	
Total	6 669 383	100,0		7 693 388	100,0	

Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 58: Distribuição da população por nível de ensino concluído, segundo o sexo



Fonte: INE, Censo 2017.

A relação entre educação, gênero e mercado de trabalho merece destaque, dado que a educação é entendida como sendo a mola propulsora dos acessos não apenas a posições no mercado de trabalho, mas em especial à capacidade de transmitir a gerações futuras os possíveis ganhos. Para transformar a estrutura de desigualdades socioeconômicas se faz necessário alterar as estruturas sociais que legitimam tais desigualdades. Uma maior mobilidade educacional cria oportunidades para redução da desigualdade (Narayan et al. 2018).

6. IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA E RECOMENDAÇÕES

Apesar da evidente subenumeração da população economicamente ativa de Moçambique pelo censo de 2017, que compromete o uso destes dados para definir os níveis gerais da atividade econômica do país, foi possível realizar, neste trabalho, uma detalhada análise da distribuição da população ocupada segundo variáveis sociodemográficas (sexo, idade, escolaridade, área de residência e províncias) e segundo a ocupação, a atividade econômica e a posição no processo de trabalho dos indivíduos ocupados. Através dessas análises, é possível identificar importantes áreas de oportunidade a serem consideradas na elaboração de políticas públicas que visem melhorar a empregabilidade dos trabalhadores, tornar o mercado de trabalho mais diversificado, dinâmico e atrativo para a população do país, alinhadas com medidas mais abrangentes de desenvolvimento social e econômico e redução da pobreza e desigualdade.

Incrementar a escolaridade da população, priorizando a redução da defasagem de gênero na frequência e desenvolvimento escolar, assim como investir em maior diversidade de opções de trabalho, especialmente nas áreas urbanas do país, despontam como prioridades. O trabalho de camponeses e operários agrícolas representam a forma de atividade econômica de quase 70% da população do país, mas tende a subutilizar a força de trabalho, uma vez que as jornadas de trabalho reportadas nestas ocupações são geralmente parciais. Pelo nível de agregação das informações ocupacionais, não é possível conhecer as especificidades do trabalho agrícola no país, mas há, supostamente, muita atividade de subsistência, com grande concentração de membros da família sem remuneração, com grande participação de crianças, jovens e mulheres. Investimentos na produtividade agrícola e melhor organização da comercialização da produção poderiam não apenas extrair melhor proveito da principal atividade econômica do país, como também melhorar as condições de ocupação da população residente no meio rural. No outro extremo, o setor público de Moçambique absorve grande parte da ainda incipiente parcela de população com escolaridade mais elevada (acima de secundário completo), especialmente em Maputo e Cidade de Maputo. Seria desejável que as demais províncias investissem em reproduzir estas experiências, fomentando um mercado de trabalho com maiores exigências em nível de qualificação e, ao mesmo tempo, melhorando os serviços oferecidos pelo setor público. Atenção especial deveria ser dada para atrair trabalhadoras do sexo feminino de mais alta escolaridade, o que criaria incentivos à formação educacional de cada vez mais mulheres.

Além das indicações mais gerais sobre o necessário investimento na escolarização e qualificação profissional dos trabalhadores e da criação de oportunidades de emprego que privilegiem a absorção da crescente quantidade de trabalhadores com níveis intermediários de escolaridade, cabe, neste documento, sugerir melhorias ao instrumento de coleta de informações censitárias para o melhor aproveitamento das oportunidades que os censos oferecem.

Em primeiro lugar, é necessário cuidar para que o próximo censo tenha uma melhor formação de recenseadores que possam reconhecer e instruir corretamente os respondentes na identificação de suas próprias condições de atividade. Neste sentido, é muito importante que a categoria residual de inatividade – aquela que não identifica qual foi o motivo pelo qual o indivíduo não trabalhou e nem procurou trabalho – não apresente valores elevados, como se deu em 2017, o que indica falha na detecção da real condição dos respondentes. Tecnologias de crítica de respostas em tempo real podem ser úteis para prevenir a ocorrência deste tipo de problema e criar soluções que possam ser tomadas com o Censo ainda em campo.

Além desta medida de treinamento mais geral e adoção de tecnologias que minimizem as possibilidades de falha na captação correta dos conceitos, a elaboração do questionário pode ajudar a melhorar a qualidade das informações. Um dos mais importantes problemas apontados na análise dos dados mostrou a limitação das informações disponíveis para lidar com a baixa absorção da mão de obra disponível no país. Como se viu na seção destinada a avaliar a desocupação, as taxas de desemprego aberto só se elevam quando se trata de jovens, residentes nas áreas urbanas e com nível de escolaridade entre intermediário e alto, revelando que são apenas estes os que estão envolvidos em busca ativa por trabalho. Entre pessoas residentes no meio rural, com baixa escolaridade e idades mais elevadas, as possibilidades de trabalho se concentram na atividade agrícola, na qual o campesinato é a ocupação mais importante. Estas pessoas relatam ter tido uma atividade econômica no período de referência do censo, e frequentemente informam também um número muito baixo de horas semanais trabalhadas. No entanto, elas não informam se gostariam de encontrar mais trabalho e se fizeram algum esforço para obtê-lo. Isto porque a pergunta sobre procura por trabalho é destinada apenas àqueles que responderam que não trabalharam no período de referência.³ Analogamente, os dados censitários não permitem obter informações sobre trabalhos realizados de forma ocasional ou irregular, sem a expectativa de continuidade. Assim, sugere-se que os censos demográficos planejem convergir os conceitos utilizados para força de trabalho com as definições alternativas utilizadas pelo módulo de trabalho do Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF), que se mostra um instrumento mais adequado à realidade de funcionamento da sociedade Moçambicana. Com isso seria possível combinar o benefício do conceito alternativo de desemprego utilizado na pesquisa amostral do IOF, com o detalhamento de cruzamentos que apenas o censo possibilita, devido a sua extensão, tanto em cobertura, quanto em aspectos investigados.

Uma outra recomendação essencial é investir em captar corretamente e disponibilizar o detalhamento das ocupações dos grandes grupos ocupacionais e dos ramos que compõem os setores de atividade econômica. O Censo de 2017, assim como os anteriores, perguntou, em quesitos de respostas abertas, a ocupação e o ramo da atividade, porém agregou todos os resultados em grandes grupos de ocupações e de atividades, limitando as possibilidades analíticas. Conforme discutido neste documento, a ocupação de camponeses reúne mais de 60% da população ocupada do país, sendo esta percentagem ainda mais elevada para as mulheres. É forçoso conhecer a distribuição ocupacional no interior deste grande grupo para indicar onde se concentram os trabalhos mais precários, sem remuneração e com insuficiência de horas trabalhadas. Do mesmo modo, abrir o grupo ocupacional das “ocupações desconhecidas” e os ramos de atividade das “atividades desconhecidas” é fundamental para a investigação do trabalho infantil, uma vez que, como se viu, depois do campesinato e da atividade agrícola, são estes os grupos que absorvem a maior parte das crianças trabalhadoras entre 7 e 17 anos de idade.

³ Só respondem ao quesito P32, que inclui as alternativas de procura de novo emprego e procura de emprego pela primeira vez, aqueles que responderam, em P31, que não trabalharam na semana de 24 a 30 de julho.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. 2022. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Trabalho Decente. /h/https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm (Acesso em: 17 de jun. de 2022).

Collins, Randall. 1979. *The Credential Society: An Historical Sociology of Education and Stratification*. New York: Academic Press.

Denes, Guilherme. 2018. Análise do impacto da mineração no desenvolvimento dos municípios mineiros e paraenses entre 2000 e 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Belo Horizonte, p.97.

Ganzeboom, Harry B. G.; Donald J. Treiman e Wout C. Ultee. 1991. Comparative intergenerational stratification research: Three generations and beyond. *Annual Review of Sociology* 17, 211-302.

INE - Instituto Nacional de Estatística, Moçambique. 2016. Relatório Final do Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2014/15. Maputo.

INE - Instituto Nacional de Estatística, Moçambique. 2021. Relatório Final do Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/20. Maputo.

Loayza, Norman e Jamele Rigolini. 2016. The local impact of mining on poverty and inequality: evidence from the commodity boom in Peru. *World Development*, v. 84, p. 219-234.

Lubaszewski, Natasha. P. 2019. O Papel da África do Sul no Desenvolvimento Regional O caso das relações económicas bilaterais com Moçambique. Dissertação de Mestrado – Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa - ISCSP, Lisboa.

Maloa, Joaquim M. 2019. A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. *Revista Brasileira de Gestão Urbana* [online], v. 11 [Acessado 20 Agosto 2022] , e20180101. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101>. Epub 04 Jul 2019. ISSN 2175-3369. https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101.

McMahon, Gary e Susana Moreira. 2014. *The Contribution of the Mining Sector to Socioeconomic and Human Development. Extractive Industries for Development Series*, no. 30, World Bank.

Narayan, Ambar; Roy Van der Weide; Alexandru Cojocaru; Christoph Lakner; Silvia Redaelli; Daniel G. Mahler, Rakesh G. N. Ramasubbaiah e Stefan Thewissen. 2018. *Fair Progress? Economic Mobility across Generations Around the World*. Washington, DC: World Bank.

PNUD. 2019. Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York.

Reis, Sandra M. 2012. Incompatibilidades entre educação e ocupação: uma análise regionalizada do mercado de trabalho brasileiro. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte, p. 159.

Van der Berg, Servaas; Carlos da Maia e Cobus Burger. 2017. Educational Inequalities in Mozambique. *UNU-WIDER Working Paper* 2017/212.

Zambrano, Omar; Marcos Robles e Denisse Laos. 2014. Global boom, local impacts: Mining revenues and subnational outcomes in Peru 2007-2011. *IDB Working Paper Series*.

8. ANEXOS

Tabela 24: Ocupações e subgrupos ocupacionais que fazem parte do grupo ocupacional camponeses

Nível		Designação
Divisão	Grupo	
01	010	Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados
	011	Culturas temporárias
	011	Cerealicultura (excepto arroz), leguminosas secas e sementes oleaginosas
	011	Cerealicultura (excepto arroz)
	011	Cultura de leguminosas secas e de sementes oleaginosas
	011	Cultura de arroz
	011	Cultura de produtos hortícolas, raízes e tubérculos
	011	Cultura de mandioca
	011	Cultura de produtos hortícolas e de outras raízes e tubérculos
	011	Cultura de cana de açúcar
	011	Cultura de tabaco
	011	Cultura de plantas têxteis
	011	Cultura de algodão
	011	Cultura de sisal
	011	Outras culturas de plantas têxteis
	011	Outras culturas temporárias
	011	Cultura de flores e plantas ornamentais
	011	Outras culturas temporárias, n.e.
	012	Culturas permanentes
	012	Cultura de frutos tropicais e subtropicais
	012	Cultura de citrinos
	012	Cultura de outros frutos (inclui casca rija), em árvores e arbustos
	012	Cultura de cajú
	012	Cultura de outros frutos (inclui casca rija), em árvores e arbustos, n.e.
	012	Cultura de frutos oleaginosos
	012	Cultura de plantas destinadas à preparação de bebidas
	012	Cultura de chá
	012	Outras culturas de plantas destinadas à preparação de bebidas
	012	Cultura de especiarias, plantas aromáticas, medicinais e farmacêuticas
	012	Outras culturas permanentes
	013	Cultura de materiais de propagação vegetativa (viveiros)
	014	Produção animal
	014	Bovinicultura
	014	Criação de gado ovino e caprino
	014	Suinicultura
	014	Avicultura
	014	Outra produção animal
	014	Apicultura
	014	Outra produção animal, n.e.
	015	Agricultura e produção animal combinadas

Continua...

Continuação

Nível		Designação
Divisão	Grupo	
	016	Actividades dos serviços relacionados com a agricultura e com a produção animal, excepto serviços de veterinária
	016	Actividades dos serviços relacionados com a agricultura
	016	Actividades dos serviços relacionados com a produção animal, excepto serviços de veterinária
	016	Preparação de produtos agrícolas para venda
	016	Preparação e tratamento de sementes para propagação
	017	Caça, repovoamento cinegético e actividades dos serviços relacionados
02	020	Silvicultura e exploração florestal
	021	Silvicultura e outras actividade florestais
	022	Exploração florestal
	023	Extracção de cortiça, resina e apanha de outros produtos florestais, excepto madeira
	024	Actividade dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal
03	030	Pesca e aquacultura
	031	Pesca
	031	Pesca marítima, apanha de algas e de outros produtos do mar
	031	Pesca marítima
	031	Apanha de algas e de outros produtos do mar
	031	Pesca em águas interiores e apanha de produtos em águas interiores
	032	Aquacultura
	032	Aquacultura em águas salgadas e salobras
	032	Aquacultura em águas doces

Fonte documentação ANEXO 8_Actividades Económicas_3 Dígitos, ANEXO 7_Profissões_Final_3 Dígitos, Boletim censo 7-dezembro-2016_nova-estrutura_completo.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Av. 24 de Julho, n° 1989, C. Postal 493

Email: info@ine.gov.mz

Web: www.ine.gov.mz Maputo - Moçambique

